Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores

Fernanda Nascimento Crespo

O Brasil de Laudelina: usos do biográfico no ensino de história

São Gonçalo
2016

Fernanda Nascimento Crespo

O Brasil de Laudelina: usos do biográfico no ensino de história

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Orientadora: Profª. Dra. Marcia de Almeida Gonçalves

São Gonçalo

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Fernanda Nascimento Crespo

O Brasil de Laudelina: usos do biográfico no ensino de história

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada em 12 de setembro de 2016.

Banca Examinadora:

_____

Profª. Dra. Marcia de Almeida Gonçalves (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Prof. Dr. Luís Reznik
Faculdade de Formação de Professores -UERJ

_____

Prof. Dr. Amilcar Araujo Pereira
Faculdade de Educação - UFRJ

São Gonçalo
2016

Para Rafael, o amor cultivado nas rimas raras das ruas.

AGRADECIMENTOS

À Marcia de Almeida Gonçalves, pelas orientações que transpuseram os limites das referências bibliográficas, estimulando meu desenvolvimento intelectual e transmitindo confiança e tranquilidade em todas as etapas de elaboração deste trabalho.

Aos professores Luis Resnik, e Warley da Costa pelo incentivo, leituras críticas e sugestões valiosas.

A todos os professores do ProfHist e, em especial, a Amilcar Pereira, grande entusiasta destas reflexões, cujas aulas marcantes promoveram a reavaliação e a reorientação dos meus objetivos enquanto professora de história do ensino básico.

Aos meus pais Sonia e Luis Crespo e minhas irmãs amigas Luciana e Simone Crespo pelo apoio total e irrestrito; à Clarissa e Manuela Crespo; a Dejair Negreiros e Cícero Dutra e à família Lima sem os quais qualquer caminho se tornaria menos iluminado e mais sinuoso.

Ao meu cúmplice Rafael Lima por toda beleza e inspiração das crônicas de cada dia escritas a quatro mãos e por me encorajar e apoiar em mais esse desafio.

Às amizades proporcionadas pelo ProfHist, em especial a Marcelo Ferro, Fernanda Moura e Lorraine Janis, com quem muito aprendi sobre história, docência e parceria.

Ao amigo Vinicius Ferreira pela inesquecível generosidade de disponibilizar sua experiência à minha estreia como professora.

A Tathiana Loyola e Raphael dos Santos pela amizade e pelo apoio.

Pela solicitude e confiança neste trabalho, agradeço também à Elisabete Aparecida Pinto; Cleusa Aparecida Silva e à CASA LAUDELINA de Campos Mello; à diretoria do Sindicato das Empregadas Domésticas de Campinas; e a Edis Cruz e o Museu da Imagem e do Som de Campinas.

RESUMO

CRESPO, F. N. *O Brasil de Laudelina:* usos do biográfico no ensino de história. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

O currículo de história tem sido um espaço de grandes tensionamentos no que se refere às questão racial e de gênero e muitas iniciativas que visam a atender a essas demandas no âmbito escolar, a despeito das boas ou más intenções, têm encontrado na prática, os obstáculos da essencialização e da folclorização das diferenças, reafirmando estereótipos. Neste estudo, apostamos nos usos do biográfico como um instrumento potencialmente fecundo no que tange à superação desses entraves e, mais especificamente, nas histórias de vida de Laudelina de Campos Mello como um recurso para a construção de conhecimentos históricos sobre o nosso país. Mulher negra, Laudelina viveu entre os anos de 1904 e 1991 e colecionou histórias de luta e resistência. Foi fundadora da primeira Associação de Empregadas Domésticas do Brasil no ano de 1936, na cidade de Santos-SP e até seus últimos anos de vida se dedicou à conquista de direitos por parte desta categoria. Além disso, sua atuação junto a movimentos negros faz com que suas histórias constituam registros importantes sobre a luta dos afro-brasileiros ao longo do século XX.

Palavras-chave: usos do biográfico. ensino de história. mulher negra.

ABSTRACT

CRESPO, F. N. *The Brazil of Laudelina:* biographical uses in teaching history. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

The history curriculum has been a large space tensions regarding to racial issues and gender and many initiatives to meet these demands in the school have found in practice, the obstacles of essentialization and folklorization differences, reaffirming stereotypes. With this study, we bet on the biographical uses as a potentially fruitful instrument in regard to overcoming these barriers and, more specifically, on the life stories of Laudelina Campos Mello as a resource for the construction of historical knowledge about our country. Laudelina was black woman who lived between the years 1904 and 1991 and collected stories of struggle and resistance. She founded the first Association of Domestic Employees of Brazil in 1936, in the city of Santos- SP and her last years of life were dedicated to the conquest of rights by this professional category. Moreover, her work with the black movements makes their stories consist in importants records about the struggle of african-brazilians throughout the twentieth century.

Keywords: biographical uses. teaching history. black women.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	8
1	**UMA PROTAGONISTA PARA UMA NARRATIVA HISTÓRICA DIDÁTICA**	17
2	**UMA DISPUTA PELA FIXAÇÃO DE SENTIDOS**	35
3	**BAÚ BIOGRÁFICO: O BRASIL DE LAUDELINA DE CAMPOS MELLO**	49
3.1	**Por dentro do *Baú***	55
	CONCLUSÃO	68
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
	APÊNDICE	74

INTRODUÇÃO

Em 12 de outubro de 1904, em Poços de Caldas, Minas Gerais, berrara sua nascença Laudelina de Campos Mello, bem como ainda berrava a recém-nascida República.Estava em curso a chamada Primeira República, inicialmente sob o comando das espadas dos militares e posteriormente sob o cabresto da aristocracia rural brasileira.

Neta de um ventre livre, a pequena Nina deu seus primeiros passos em descompasso com um projeto de Brasil que se pretendia branco. Este período foi marcado pela elaboração de projetos nacionais que sustentavam o Brasil como uma nação branca em seu cerne e os africanos e seus descendentes recém-libertos como elementos estrangeiros a essa nação. Em diálogo com certas apropriações da *eugenia*,tais projetos previam solucionar os problemas da sociedade brasileira eliminado as "raças inferiores", ou seja, planejavam o embranquecimento para a regeneração de um Brasil que consideravam "atrasado" na perspectiva positivista de progresso. Assim, a cidadania, intrínseca a qualquer república de fato, não fora pensada para recém libertos e afrodescendentes.

A situação da mulher negra no pós-abolição, então, era ainda mais peculiar. Como reflete Bebel Nepomuceno[1], em *Mulheres Negras - protagonismo ignorado*, apesar de a virada do século XIX para o XX ser marcada por uma série de conquistas das mulheres,fosse no mundo do trabalho, na esfera política ou mesmo no que tangia à sexualidade e aos direitos reprodutivos, tais avanços não podem ser levados em conta plenamente para pensar mulheres como Laudelina.Aliás, o próprio feminismo durante a primeira metade do século XX, valia-se muitas vezes de umaperspectiva essencialista a respeito das mulheres, não levando em conta as diferentes necessidades e demandas que existiam entre elas. Cláudia Pons Cardoso afirma que

> [...] o movimento feminista no Brasil procurou construir seu legado de lutas a partir de tendências americanas e européias, neste sentido destacou mulheres e reivindicações que correspondessem àquelas tendências(...), as produções feministas, de modo geral, são evasivas no trato teórico da relação entre gênero e raça no Brasil, na importância das diferenças raciais na constituição de gênero e das

[1]NEPOMUCENO, Bebel. “Mulheres Negras - protagonismo ignorado” In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*.São Paulo: Editora Contexto, 2012.

> identidades das mulheres. E principalmente a falta de estudos nesta área oculta a discussão sobre o privilégio de ser mulher branca, em uma sociedade racista.[2]

Enquanto mulheres brancas, de grupos sociais privilegiados, conquistavam gradativamente os espaços públicos e um mercado de trabalho ocupado quase que exclusivamente pelos homens brancos até então, mulheres negras como Laudelina, já eram íntimas das ruas e não foram absorvidas por um mercado de trabalho formal. Como um legado dos tempos de escravidão -quando eram muito comuns as cenas de mulheres negras vendendo quitutes nas ruas, trabalhando como lavadeiras ou prestando serviços domésticos de toda sorte -,no pós-abolição, delas se esperava a presença nos espaços públicos e a prestação de serviços, porém a elas eram oferecidas as oportunidades de menor prestígio, menor remuneração e que não contavam com nenhum tipo garantias ou direitos. Nas análises de Nepomuceno,

> A chegada do novo século encontrou-as trabalhando como pequenas sitiantes, agricultoras, meeiras, vendedoras de leguminosas e demais produtos alimentícios nas ruas das cidades brasileiras. Muitas delas viviam em lares sem presença masculina, chefiando a casa e providenciando o sustento dos seus. Outras trabalhavam para famílias de mais posses como criadas para todo o serviço. Algumas haviam conseguido acumular patrimônio, formar núcleos familiares estáveis, criar redes de solidariedade e comunidades religiosas. Ao contrário do prescrito para a mulher idealizada da época, as negras circulavam pelas ruas, marcando a seu modo presença no espaço público.[3]

O mercado de trabalho no pós-abolição, para Nepomuceno, apresentava-se como um dos campos em que o preconceito racial mais ficava latente. O critério racial de seleção dos empregadores ia ao encontro das políticas oficiais de branqueamento. Os negros eram preteridos pelos imigrantes europeus e seus descendentes, mesmo para a execução de atividades subalternas. Havia grande euforia entre as patroas brasileiras em contratar domésticas de pela clara, por exemplo; porém a presença da mulher negra nos serviços domésticos permaneceu predominante, visto que poucas eram as imigrantes européias dispostas a enfrentar as humilhações, o salário ínfimo, as extensas jornadas de trabalho e os abusos sexuais recorrentemente cometidos contra estas trabalhadoras.[4]

As dificuldades vividas pelas trabalhadoras domésticas foram vivenciadas por nossa protagonista desde cedo. Apesar de aos 16 ou 17 anos ter começado a exercer trabalho

---

[2]CARDOSO, Cláudia Pons. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões.**Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008, pp.2 e 4.
[3]NEPOMUCENO, Bebel. "Mulheres Negras - protagonismo ignorado" In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*.São Paulo: Editora Contexto, 2012, p.383.
[4] Idem, p. 382-409.

doméstico remunerado, desde os 7 anos, aproximadamente, a pequena Nina já desempenhava funções em sua própria casa enquanto sua mãe trabalhava como lavadeira em um hotel. Com 12 anos já desempenhava a função de pajem esporadicamente, além de cuidar dos próprios irmãos.

Chamada pelo ministro do trabalho Jarbas Passarinho, no ano de 1967, de o "terror das patroas",Laudelina teve sua vida marcada pela luta por melhores condições de trabalho para as domésticas e pelos direitos da população negra em nosso país. Sua atuação políticas fora marcada pelas relações com diversos militantes negros, comunistas e sindicalistas e o contato e interlocução com as várias organizações políticas distintas como a Frente Negra Brasileira, o Partido Comunista e o Teatro Experimental do Negro fizeram parte das suas histórias.[5]Organizações recreativas e educativas voltadas para a afirmação do povo negro, como o concurso de beleza Pérola Negra, o Clube 13 de Maio e a Escola de Bailados Santa Efigênia, foram obras de sua criação e articulação. A ela é conferida a primeira organização de domésticas do Brasil, criada em 1936 em Santos/SP e fechada em 1942 pelo Estado Novo; a fundação da Associação de Domésticas em Campinas, na década de 1960,também é atribuída à sua luta a conquista da sindicalização desta categoria profissional,ocorrida em 1988.[6]

Aos 87 anos, Vó Nina finalizou sua longa caminhada repleta de lutas e negociações e, a esta altura, a República já colecionava projetos e feições. Nossa personagem, por sua vez, colecionava histórias sobre racismo, afirmação e resistência; sobre negação e conquista de cidadania; sobre a luta e a conquista de diretos trabalhistas; sobre a assimetria inerente às relações de gênero e às táticas desenvolvidas frente a isso. Até mesmo uma participação no movimento de defesa passiva e auxiliar na II Guerra Mundial - e a sobrevivência a um tiro - constam nessas experiências de vida!

Laudelina de Campos Mello traz em suas histórias as marcas dos diversos tempos, assim como a história do Brasil é marcada pelos agenciamentos protagonizados por Laudelina desde a chamada Primeira República, passando pela Era Vargas, os projetos que antecedem o golpe de 1964, os 21 anos de ditadura militar, a chamada redemocratização e até Nova República. Cada contexto lhe impôs normatizações específicas; cada marcador social lhe

[5] PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.

[6] BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes Subalternos**. Tese (doutorado em Sociologia). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

tensionou diante das mais variadas circunstâncias, porém à luz de Michel de Certeau nos interessamos principalmente em lançar vistas às táticas desenvolvidas e aos espaços insinuados por Laudelina diante dessas coerções sociais.[7]

Propomos, com este estudo, o desenvolvimento de uma abordagem didática da história do Brasil republicano através das histórias de vida desta mulher e para isso a dissertação *Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*[8], defendida por Elisabete Aparecida Pinto na UNICAMP no ano de 1993 e que foi transformada em livro no ano passado - 13 anos depois - é uma referência.Trata-se do primeiro e mais expressivo trabalho sobre a vida de Laudelina de Campos Mello e do qual ela participou ativamente, narrando suas histórias de vida à Elisabete Pinto ao longo de uma série de encontros, pouco antes de seu falecimento. Além do extenso depoimento que foi transcrito e disponibilizado junto à dissertação, a autora também reproduziu fotografias, cartas pessoais e documentos relacionados à militância de Laudelina em seu trabalho.

Foi a partir dessa dissertação que conheci estas histórias e também a partir dela que travei contato com a própria autora e com as atuais lideranças do Sindicato das Domésticas de Campinas. Laudelina deixou a casa onde residiu nesta cidade para o Sindicato, ainda em vida, sob o direito de usufruto e lá fui recebida pelas atuais dirigentes.Muitos de seus pertences como roupas, fotografias, louças e outros objetos utilizados por dona Nina em seu cotidiano se encontram nesta casa não organizados como um memorial ou algo parecido, mas como uma herança deixada aos seus.

A ideia de preservar as memórias de Laudelina é pauta para Cleusa Aparecida da Silva, com quem também estabeleci contato através de Elisabete Pinto, e que é coordenadora executiva da *CASA LAUDELINA - Organização de Mulher Negra.* Esse, movimento criado em1989, assim define seus objetivos:

> CASA LAUDELINA de Campos Mello ... tem como eixo estruturante de suas estratégias e ações políticas, o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, ao capitalismo e à lesbofobia entre outras formas de dominação hegemônica, sendo a única organização no Brasil, que tem o trabalho doméstico remunerado, como carro chefe das lutas.[9]

[7]CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1984.
[8]PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.
[9]CASA LAUDELINA - Organização de Mulher Negra. Disponível em http://www.casalaudelina.org.br/#nos-laudelinas. Acessado em abril de 2016.

Trata-se de uma organização de mulheres negras que inspiradas em Laudelina travam lutas pela superação de desigualdades de cunho racial, trabalhista e de gênero na cidade de Campinas, em São Paulo. A CASA LAUDELINA conquistou uma lei municipal que destina uma área pública para a construção de sua sede e para a construção de um memorial dedicado à ela, onde se possa concentrar e conservar o acervo que hoje se encontra desorganizado e fragmentado entre o Sindicato, o Museu da Imagem e do Som de Campinas, o Centro de Memória da Unicamp e o Museu da Cidade de Campinas.

As lutas travadas por Laudelina de Campos Mello foram muito importantes em seus contextos e para além deles. As questões de raça, gênero e trabalho, especialmente quando articuladas, são pungentes para a sociedade atual, porém ainda encontramos grandes lacunas no que concerne ao trabalho com elas no ambiente escolar. Por isso, visamos ao desenvolvimento de outras possibilidades de narrativa da nossa história para além das tradicionalmente feitas por docentes e manuais didáticos. Especialmente voltados para o 9º ano do Ensino Fundamental, tencionamos trazer histórias da vida dessa mulher, negra e doméstica, para o primeiro plano e a partir delas produzir, junto aos estudantes, análises sobre os diferentes contextos das repúblicas que foram vivenciados. Nesse sentido, as reflexões sobre a relação entre narrativa e ensino de história e sobre papel de destaque desempenhado pelo(a) docente nesse processo transfixarão este trabalho.

Nos lançamos no desafio de investigar as contribuições que a personagem Laudelina de Campos Mello pode oferecer em relação aos impactos que a Lei 10639/03 promoveu na educação brasileira, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas. Muito mais que uma medida imposta de cima para baixo, compreendemos esta lei sancionada no ano de 2003, como uma conquista das lutas históricas do movimento negro no Brasil pela inserção efetiva dos afro-descendentes em nossa sociedade. Como ressalta Amilcar Pereira, principalmente a partir da década de 1980**,** quando vivenciamos a reabertura política e o centenário da abolição da escravidão, houve a formação de novos grupos e lideranças políticas negras que passaram a atuar e criar articulações em diferentes esferas de poder. Esses novos lugares políticos e sociais ocupados pelos movimentos negros e anti-racistas trouxeram mudanças no âmbito educacional. [10]

[10] PEREIRA, Amilcar Araujo. Por uma autêntica democracia racial: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de História.**Revista História Hoje**. vol. 1, n.1, jun/2012, p.111-128.

Martha Abreu e Hebe Mattos[11] lembram que apesar de termos como pluralismo cultural e diversidade já constarem nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* de 1996 e 1999, apenas no ano de 2004, com a instituição das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*, que visam a atender à Lei nº 10.639/03, é que são travados compromissos com o desenvolvimento de políticas de reparação e ações afirmativas em relação às populações afro-descendentes. Deste modo, oficialmente se estabelece um enfrentamento no âmbito escolar contra o racismo negligenciado historicamente pelo "mito da democracia racial"[12].

Acreditamos, no entanto, que o caráter transformador ou conservador do currículo não se circunscreve às prescrições formais; entendemos que é, sobretudo, das relações estabelecidas pelos(as)docentes e alunos e seus materiais com o que é ensinado e apreendido, que se dão as perspectivas de mudanças ou de permanências culturais em sociedade. A Lei 10639/03, ratificada pelas Diretrizes de 2004, induz ações que desde então podem ser observadas no âmbito dos materiais submetidos ao PNLD (Programa Nacional de Livros Didáticos) e também nos calendários das escolas que passam a reservar o mês de novembro como um mês de culminância de projetos relacionados à África e à cultura afro-brasileira, quando no dia 20 se homenageia a luta do negro no Brasil, através da figura de Zumbi Palmares. Porém, o caráter meramente protocolar de algumas dessas ações, ao visarem estritamente ao cumprimento da Lei, sem refletir sobre as melhores formas de atendê-la, acabam por perpetuar essencialismos. O ensino de história à serviço de problematizações e desconstruções de estereótipos deve orientar nossa abordagem não só direcionada à população negra, por considerarmos o racismo um problema de todos e a ser encarado e combatido por toda a sociedade brasileira. Como bem enfatiza Verena Alberti:

> A criança e o adolescente que se identificam e são identificados como brancos têm muito a ganhar com um ensino qualificado das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas. Se um menino que se identifica como branco se acha no direito de xingar

[11] ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. Em torno das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana": uma conversa com historiadores.**Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, jan-jun/2008.

[12] Associada à obra de Gilberto Freyre, Casa Grande e Senzala, de 1933, ainda na primeira metade do século XX, a ideia de democracia racial, baseada na mestiçagem biológica e cultural entre negros, índios e brancos, passa a ser o centro da construção da identidade nacional brasileira. A despeito de inúmeras pesquisas desenvolvidas, sobretudo na década de 1950 por Florestan Fernandes, que comprovavam a existência de racismo no Brasil, este mito torna-se um grande obstáculo à percepção das desigualdades raciais que marcam a nossa sociedade. Cf. PEREIRA, Amilcar Araujo. Por uma autêntica democracia racial: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de História.Revista História Hoje. vol. 1, n.1, jun/2012, p.111-128.

> um colega identificado como negro por causa de sua raça ou cor, esse menino necessita de tanta ajuda quanto seu colega que sofre preconceito. O racismo é um problema de todos e envolve toda a sociedade. Por isso mesmo deve preocupar imensamente os historiadores.[13]

As vivências de Laudelina também nos permitem explorar demandas feministas com relação à escrita e ao ensino da história. Desde sua constituição como disciplina, a história apresenta majoritariamente homens como protagonistas de suas narrativas. Seja ao tratar de trajetórias individuais - elegendo "grandes heróis" e elencando cronologicamente seus feitos - ou quando, em outra perspectiva, trabalha com sujeitos sem nomes próprios - como operários e camponeses, por exemplo -, as mulheres, em muitos casos, não aparecem nos textos principais de nossos manuais didáticos, não desempenham protagonismo nessas narrativas.Assim, também servirão de base para nosso estudo, discussões sobre a tímida e/ou previsível presença das mulheres na narrativas históricas. Rachel Soihet e Joana Maria Pedro nos lembram que categorias como "gênero", "mulher" ou "mulheres" entram no âmbito da História tardiamente e afirmam que:

> Grande parte deste retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria "homem". Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade. Mas, também, não eram todos os homens que estavam representados nesse termo: via de regra, era o homem branco ocidental. Tal se devia à modalidade de história que se praticava, herdeira do iluminismo.[14]

Essa abordagem traz profundas marcas para o ensino de história. Quando figuram nestes materiais, as mulheres ocupam pequenos *boxes* ou *textos complementares.* Mesmo diante de pressões das históricas lutas feministas, é muito comum que às mulheres sejam reservadas, apenas, "curiosidades históricas" da esfera do privado apresentadas anexas às narrativas principais. Acreditamos que essa desigualdade expressa no âmbito dos currículos escolares e nos livros didáticos reflete e sustenta as condições de desigualdade de gênero que produzem identidades negativas relacionadas às mulheres, as privam do pleno exercício de sua cidadania e às submetem às mais variadas formas de violência.

---

[13] ALBERTI, Verena. "Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira". In: PEREIRA, Amilcar Araújo e MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p.28.

[14]SOIHET,Rachel; PEDRO,Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In.**Revista Brasileira de História** Nº 54 vol. 27. São Paulo: ANPUH, jul.-dez, 2007, p.284.

Por tudo isso, propomos com este trabalho o deslocamento do prisma usualmente utilizado para tratar da história do Brasil republicano trazendo personagens que, de modo geral, são relegados a segundo plano, para os papéis principais de nossa narrativa. Almejamos travar um embate às guetizações, às folclorizações, aos essencialismos e ao racismo que submetem constantemente o negro ao papel de vítima, de coadjuvante e a mulher negra à invisibilidade no que se refere à história do Brasil.Sendo assim, nosso olhar percorrerá os caminhos abertos pela perspectiva pós-estruturalista de currículo - compreendido, aqui, como uma arena de disputa pela fixação de sentidos - e pela questão da produção de identidade e diferença, tendo como mote o rompimento com o autorreferente, como nos propõe Tomaz Tadeu da Silva.Através de Laudelina, e suas histórias, sobretudo relacionadas a sua atuação política, tencionamos romper com "o lugar da mulher" na história, circunscrito ao âmbito do privado e ocupar as imensas arestas do pós-1888, quando crescem ainda mais as dívidas dos manuais didáticos com relação às agências da população negra em nossa história.

Nossas análises tomarão corpo em 3 capítulos dissertativos e resultarão na montagem de um produto didático que possa ser utilizado por professores da educação básica. Movem este estudo questões cujo cerne é a problematização do uso de histórias de vida com fins didáticos.No primeiro capítulo, intitulado *Uma Protagonista para uma Narrativa Histórica Didática,*apresentaremos histórias de vida de Laudelina de Campos Mello, trazendo-as à tona no ensejo das discussões sobre biografia e história e as potenciais contribuições de usos do biográfico para o ensino/aprendizagem de história..Discussões sobre estreita,porém historicamente conflituosa, relação entre biografia e história engendradas principalmente a partir da década de 1970, nos auxiliarão na tomada de posição diante de algumas questões. Como utilizar trajetórias individuais nos processos de ensino-aprendizagem sem que incorramos em uma espécie de retorno a antigas práticas da história elegendo heróis e seus feitos como ícones dessa história a ser contada? Como abordar didaticamente a história do Brasil tomando emprestado o olhar de Laudelina de Campos Mello?

No segundo capítulo, intitulado *Currículo como disputa: Questões Raciais e de Gênero no Ensino de História*, daremos destaque às disputas engendradas no campo do ensino de história, especialmente motivadas pelas lutas dos movimentos negro e feminista, focando as subjetividades implicadas na seleção das personagens principais e secundárias e nas abordagens desenvolvidas em nossas narrativas históricas didáticas. A responsabilidade do docente diante dos impactos dessa seleção na produção de identidades e diferenças também é assunto deste segundo capítulo.

Já o terceiro capítulo,*Entre a pequena Nina de Poços de Caldas e a Vó Nina de Campinas uma série de histórias nossas*, será destinado ao desenvolvimento de propostas de usos didáticos das histórias de vida de Laudelina de Campos Mello junto a estudantes de 9º ano do ensino fundamental. A partir das agências e experimentações dessa personagem,objetivamos fazer emergir em sala de aula temas como: mundo do trabalho e lutas trabalhistas; desigualdade racial e ações de resistência; desigualdade de gênero e ações de resistência. Pretendemos, a partir delas, mobilizar conhecimentos históricos acerca do Brasil durante o século XX, enfatizando as formas como diferentes questões que marcaram nossa sociedade, em contextos diversos, foram experimentadas por esta mulher, negra, trabalhadora.

1. UMA PROTAGONISTA PARA UMA NARRATIVA HISTÓRICA DIDÁTICA

Os anos de 1970 são marcados por uma série de questionamentos acerca das relações entre narrativa e escrita da história.[15] Segundo Jaques Revel, todavia, este debate é algo "tão antigo quanto a própria historiografia" e, inclusive, fundamenta seu pacto fundador rompido em fins do século XVIII e início do XIX.[16]

> Nas origens ocidentais da historiografia não existe contradição entre a história como investigação e a história como narrativa. As verdades que o historiador traz à luz são suscetíveis de serem transmitidas apenas ao preço de uma formação e de uma ordenação que se identificam a uma intriga. Ele não saberia,portanto, contentar-se, em apresentar os fatos que recolheu em ordem cronológica; ele deve lhe dar uma organização detentora de uma significação, produzindo figuras reconhecíveis. Esse pacto fundador foi aceito tal qual até o século XVIII.[17]

Revel se empenha em desvendar as motivações que fazem as atenções se voltarem a esse debate novamente e salienta os posicionamentos de Paul Ricouer e Arnaldo Momigliano em meio às dúvidas epistemológicas atravessadas pela historiografia. Ricouer emerge nesta arena afirmando a narrativa como "a forma irredutível da experiência humana no tempo" e Momigliano é assertivo ao afirmar que é "a experiência temporal que humaniza o tempo".[18]

A associação das palavras *história* e *narrativa* é chave para nosso estudo preocupado com a construção de novas narrativas sobre a história do Brasil, no âmbito escolar, a partir das experiências de Laudelina de Campos Melo. Devemos salientar que não estamos aqui nos referindo àquele modo de escrita da história fundamentado em "grandes heróis",subscritores de "grandes feitos" e apresentados,como exemplos a serem seguidos, em trajetórias lineares, homogêneas e inteiramente interligadas por um mesmo objetivo desde o ato de seu nascimento até seus últimos dias de vida. Ana Maria Monteiro e Carmem Gabriel nos

---

[15] A "virada lingüística", marca dos anos de 1970, reserva papel central à linguagem e sua dimensão performativa na produção do conhecimento histórico. A linguagem passa a ser compreendida como produtora e não mais mera transmissora de ideias e realidades. Do ponto de vista da historiografia isso implica em o historiador estar atento não só aos contextos sociais, mas também aos contextos linguísticos relativos aos temas e tempos estudados. No que se refere à produção do conhecimento histórico escolar, essa "virada" se reflete no ato de o(a) docente reconhecer, em diálogo com demandas de seu tempo, as subjetividades implicadas na produção de narrativas tecidas durante os processos ensino-aprendizagem. Cf. PALTI, Elias José. Giro Linguístico e Historia Intelectual. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2012.

[16]REVEL, Jacques. A biografia como problema. In: História e Historiografia: exercícios críticos. Curitiba: Ed UFPR, 2010, p.237.

[17]REVEL, Jacques. Recursos Narrativos e Conhecimento Histórico. In: História e Historiografia: exercícios críticos. Curitiba: Ed UFPR, 2010, p. 212.

[18] Idem, ibidem.

conduzem a desatar o emaranhado semântico que envolve as expressões *história narrativa* e *narrativa histórica* esclarecendo que, associadas como neste último caso, essas duas palavras não designam simplesmente um estilo possível de escrita da história; denotam, sim, a noção de narrativa como um elemento constitutivo do saber histórico.[19]

Segundo as autoras, a articulação do conceito de narrativa histórica com o de conhecimento escolar privilegia também o papel do docente que

> [...] ao produzir as narrativas do conhecimento escolar objeto de ensino, cria construções que venham a contribuir para que seus alunos possam compreender a diversidade de experiências das diferentes sociedades humanas em perspectiva crítica e transformadora/reconfiguradora de sentidos sobre o mundo, que possibilite compreender/explicar contradições, processos, "intrigas" e possibilidades; professores narradores de narrativas da História escolar.[20]

Cientes disso, defendemos a narrativa como elemento imprescindível à produção do saber histórico escolar e consideramos que, conscientemente ou não, docentes, em interlocução com estudantes, constroem narrativas históricas didáticas muito particulares. A proposta à qual nos lançamos surge da reflexão das possibilidades de trabalhar a história do Brasil através de histórias de vida e só concebemos este como um caminho possível quando, como propõe Ilmar Mattos, compreendemos o(a) docente como autor(a) diante do processo de ensino-aprendizagem e sua aula como texto. A partir dessa postura conscientemente assumida, a(o) professora(o) tece seu enredo, elenca personagens, estabelece panos de fundo, encadeia temporalidades e narra a história deixando evidente a marca de seu estilo e de seu ponto de vista.

> De modo categórico, afirmamos ... que, por meio de uma aula, também se conta uma história; que, ao se contar uma história por meio de uma aula, também se faz história; e que somente ao se fazer história por meio de uma aula nos tornamos professores de história. Por lermos de um modo singular uma proposição, podemos afirmar que também somos autores.[21]

Monteiro e Gabriel sustentam a narrativa como mediação "entre a História (vivida) e a produção de um saber para a construção de sentido do mundo"[22] e afirmam que sendo

---

[19] MONTERO E GABRIEL. Currículo de História e Narrativa: Desafios Epistemológicos e Apostas Políticas. In: MONTEIRO, Ana Maria; GABRIEL, Carmen Teresa; ARAÚJO, Cinthia Monteiro de; COSTA, Warley da (orgs.) Pesquisa em Ensino de História: Entre Desafios Epistemológicos e Apostas Políticas. - 1 ed. - Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

[20] Idem, p.35

[21] MATTOS, Ilmar Rohloff. Mas não somente assim. Leitores, autores, aulas como texto e o ensino aprendizagem de história. Revista Tempo. Departamento de História da UFF. V.11, n.21. Rio de Janeiro. Julho, 2006, p.11.

[22] MONTERO E GABRIEL. Currículo de História e Narrativa: Desafios Epistemológicos e Apostas Políticas. In: MONTEIRO, Ana Maria; GABRIEL, Carmen Teresa; ARAÚJO, Cinthia Monteiro de; COSTA, Warley da

utilizada no ensino de história por esse prisma, rompe com o modelo engessado que lhe impuseram durante tanto tempo, tomando uma nova forma que permite dar luz e superar algumas dificuldades no campo do ensino-aprendizagem. Por isso, entendemos também, que o(a) professor(a)/autor(a) deve ter em seu horizonte o devir; ou seja, é importante que conte com as múltiplas e simultâneas possibilidades para o desfecho de sua narrativa, pois esta parte - que lhe escapa - se dá na interlocução com seu público leitor; neste caso, na forma como cada estudante vai apreender e se apropriar daquela história.

Neste projeto, elegemos um indivíduo, uma pessoa e não um grupo social, por exemplo, como protagonista de nossa narrativa histórica com fins didáticos. Escolhemos explorar os usos do biográfico para o ensino de história e, antes que pareça que seguimos por caminhos isentos de problematizações, devemos esclarecer que nossa opção só pode ser compreendida quando cientes das discussões atuais acerca das relações entre biografia e história.

A partir da década de 1980, em meio à crise dos grandes modelos de interpretação marxista e estruturalista, a esfera do individual se tornou uma questão central e as apostas na biografia foram retomadas. À luz de Chartier, Benito Bisso Schmidt[23]afirma que o movimento de retomada da biografia no campo da História a partir da década de 1980, relacionado à crise do paradigma estruturalista, deseja "trazer de volta os indivíduos à construção de laços sociais".

> Tratava-se de recuperar o poder da história de *contar uma história*, resgatando os aspectos literários da prática historiográfica, que a preocupação teórica de quase cem anos tinha eclipsado(...) o indivíduo, até então predominantemente um joguete nas mãos das vastas forças impessoais ou, então, um simples elo nas cadeias de amplas estruturas meta-humanas, ressuscitava da morte a que fora condenado e resgatava sua dignidade.[24]

Tal movimento, todavia, foi alvo de questionamentos por parte de alguns historiadores preocupados com um possível retorno de abordagens cronológicas, individualistas e narcísicas da história. Muitos autores, também, passaram a refletir sobre esse movimento não como um simples retorno, mas sim, apontando para suas especificidades. Quais seriam as perspectivas que fariam do biográfico algo renovado e desvinculado de um modelo de história que se buscava superar?

(orgs.) **Pesquisa em Ensino de História: Entre Desafios Epistemológicos e Apostas Políticas**. - 1 ed. - Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014. p.34

[23]SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e Regimes de Historicidade. In: **MÉTIS: história & cultura – UCS.**v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003

[24]NEVES, Guilherme Pereira das. **História, Teorias & Variações**. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2011. p. 79.

Começamos a responder essa pergunta a partir de Levillain e suas critica às pretensões muito grandiosas que tentam dar conta de totalidades. O autor identifica em tais propostas grandes obstáculos a abordagens mais densas e comprometidas com o fazer histórico.

> a biografia histórica hoje reabilitada não tem como vocação esgotar o absoluto do "eu" de um personagem, como já o pretendeu e ainda hoje pretende mais do que devia. E se a simbologia de seus fatos e gestos pode servir de representação da história coletiva através de um homem, tal como o retrato, ela não esgota a diversidade humana (...) Ela tampouco tem que criar tipos (...).[25]

Outra questão intensamente debatida é a que envolve o quinhão ficcional em relação às biografias históricas. Sobre essa desconfiança Guilherme das Neves sustenta como marca fundamental da biografia histórica o compromisso com a verdade - ainda que sempre subjetiva, incompleta e provisória -, selado a partir do tratamento privilegiado dado às fontes. Segundo o autor essa é a principal diferença entre a história e a literatura no que se refere à biografia.

> O que distingue a história da literatura (...) são os instrumentos a que os historiadores e literatos recorrem para assegurar aquela verossimilhança de que falei. (...) Os historiadores tem a obrigação de reportar-se a uma realidade - mesmo que não saibam e não possam saber qual seja - através de um procedimento referencial próximo daquele utilizado pelas ciências empíricas. E são as *fontes*, ou seja, os pedaços de passado que ainda se conservam no presente que permitem essa operação. Em si, as fontes não garantem a realidade do passado, mas impedem que se faça do passado *qualquer passado*. Nesse jogo entre imaginação e realismo reside a originalidade da história.[26]

Entretanto, Neves defende que a originalidade da história reside justamente onde realismo e imaginário se tocam e destaca pontos de convergência entre história e a literatura na escrita biográfica. Mesmo com grande rigor no tratamento das fontes e outros instrumentos de contextualização das experiências dos indivíduos, o historiador jamais conseguirá reconstituir plenamente os ambientes, as paisagens em que o biografado travava suas relações. Nesta brecha, então, toma relevo a subjetividade do biógrafo que

> se vê na contingência de recorrer à imaginação, construída a partir da sua própria experiência, de modo a transportar-se para a situação do outro - ainda que deva tomar certos cuidados para não ferir a verossimilhança do que propõe. Ao fazê-lo, não está recuperando um inalcançável passado, mas projetando naquele mundo

[25]LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In.**Por uma História Política**. RÉMOND, René (org.). Dora Rocha (trad.). Rio de Janeiro: FGV, 2013. p 176

[26]NEVES, Guilherme Pereira das. Elétrons não são interessantes como gente: História e Biografia. **História, Teorias & Variações**. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2011. p.82.

> imaginário, que está trazendo à luz, os medos e esperanças de sua própria época, do meio de onde proveio e de si mesmo.[27]

Jaques Revel também destaca a importância do tratamento das fontes como algo determinante para o trabalho biográfico e defende, nesse ensejo de reconfiguração, a ruptura com algumas regras que de maneira implícita recaem sobre a escrita biográfica como por exemplo a ideia de que uma vida é uma trajetória contínua, costurada pela coerência e compreendida entre um começo e um fim. Para isso, o autor sugere que da vida do biografado se escolha um seguimento específico para se trabalhar e também que se questione o princípio da coerência levando em conta a posição do sujeito biografado sempre de maneira relacional, ou seja, delineando-a pelas relações travadas em cada contexto específico.[28]

Pierre Bourdieu, em *A Ilusão Biográfica*, também alerta para a trama - a *superfície social* - em que se inserem os indivíduos e critica as produções biográficas alinhadas à perspectiva teleológica da história, ou seja, que trabalham histórias de vida como hermeticamente fechadas em si, como se cumprissem uma trajetória sem percalços, ininterrupta e auto-explicativa, seguindo o modelo do "desde pequeno fulano tinha espírito de liderança...por isso se tornou presidente", por exemplo. Este autor sustenta a necessidade de se analisar criticamente os processos sociais que atuam na construção de uma história de vida:

> Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um "sujeito" cuja constância certamente não é senão aquela do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.[29]

Não contradizendo totalmente o que é posto por Bourdieu, mas enfatizando outras faces e usos do gênero biográfico, Giovanni Levi enfatiza as liberdades, as negociações, as capacidades, os espaços de ação dos indivíduos diante das regras estabelecidas. Segundo ele, as normas estabelecidas pelo poder hegemônico são marcadas inexoravelmente por incoerências e, nesses limites entre o imposto e seus próprios paradoxos, reside o espaço onde as ações dos indivíduos são capazes de promover transformações na sociedade. O campo do biográfico seria uma via privilegiada para observar o funcionamento concreto dos sistemas

---

[27]NEVES, Guilherme Pereira das. Elétrons não são interessantes como gente: História e Biografia. **História, Teorias & Variações**. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2011.

[28]REVEL, Jacques. A biografia como problema. In: **História e Historiografia: exercícios críticos.** Curitiba: Ed UFPR, 2010.

[29] BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp.189, 190.

normativos e as margens mais ou menos extensas de liberdade dos indivíduos em cada contexto:

> Na verdade nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação. Ao meu ver, a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar o caráter intersticial - todavia importante - da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições.[30]

Nessa esteira, Benito Schmidt afirma, por sua vez, que nos usos contemporâneos da biografia pela história devemos visar à introdução do elemento conflitual; buscar a relação entre indivíduo e sociedade, e enfatizar os espaços de liberdade do indivíduo frente aos sistemas normativos vigentes em cada contexto. [31]Para ele, esse movimento de retomada das histórias de vida está no bojo de uma transformação muito marcante das bases teórico-metodológicas da produção historiográfica e, por tudo isso, não pode ser entendida como "a simples retomada de um gênero velho."[32]

As novas abordagens do biográfico nos impeliram à optar por esta seara também por se dedicarem à "outros sujeitos", não mais os "grandes", não mais o tratamento do "excepcional". Como destaca Levillain a biografia passa a ser "o lugar por excelência da pintura da condição humana em sua diversidade, de não isolar o homem ou exaltá-lo às custas de seus dessemelhantes."[33]Por influência da micro-história italiana, da história cultural francesa, da história social inglesa, da historiografia norte-americana fortemente ligada à antropologia e pela legitimação da metodologia da história oral, abrem-se, também nos estudos biográficos, espaços para sujeitos que raramente tinham voz na historiografia.[34] Os personagens subalternos passam a ser pensados não mais como passivos e sim como protagonistas ativos em sua própria história. Mulher e negra, as histórias de vida de Laudelina de Campos Melo vão ao encontro desse campo reformulado. A partir da crise das "grandes

[30]LEVI. Usos da biografia. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp.179, 180.

[31]SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e Regimes de Historicidade. In: MÉTIS: história & cultura – UCS.v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003

[32]SCHMIDT, Benito Bisso. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. p.3. Comunicação apresentada na sessão "A abordagem biográfica: meios e fins em diferentes campos de expressão e saber" do GT "Biografia e memória social" no XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, outubro de 1998. Disponível em http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5031&Itemid=359. Acesso em: 20 de agosto de 2015.

[33]LEVILLAIN, Phillipe. Os protagonistas da biografia. In. RÉMOND, René. **Por uma história política.** Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.176.

[34]SOIHET, Rachel. Discutindo Biografia e História das mulheres. In: FUNK, Susana Bórneo; MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Glaucia de Oliveira (orgs.). Linguagens e Narrativas: Desafios feministas. Vol.1. **Tubarão - SC**: Copiart, 2014, p.63 a 79.

estruturas" é que se passa a perpetrar no âmbito da história questões como gênero e raça, que julgamos indispensáveis para pensar a protagonista da nossa narrativa. Situemos então um pouco melhor, nossa protagonista.

O interesse de uma mestranda da Unicamp em registrar suas histórias, poucos anos antes de sua morte, deixou dona Laudelina muito lisonjeada. Ela acompanhou com afinco e disposição a elaboração da dissertação, concedeu longas entrevistas através das quais deixou registrada a forma como ela gostaria de ser rememorada. Ela faleceu sem poder ver o resultado final do trabalho, mas pelas mãos de Elisabete Pinto, também mulher negra, adentrou o ambiente acadêmico. A despeito das ínfimas relações estabelecidas entre nossa personagem e as instituições formais de ensino, seu conhecimento forjado pela experiência e legitimado, ao rés do chão, pelas transformações que induziu, chega à universidade e nos demonstra, mais uma vez, que até os compartimentos mais herméticos estão suscetíveis a ranhuras.

> É sabido que a maioria das famílias negras não conseguiam manter a frequência de seus filhos na escola, e o depoimento de DonaLaudelina ilustra bem esta realidade, pois a instrução formal que recebeu foi diminuta, conforme ela mesmo diz: *nasci em Poços de Caldas, sul de Minas em 12 de outubro de 1904. Filha de pais descendentes de escravos, minha infância foi de menina pobre. Fiz até o terceiro ano do Grupo Escolar David Campista.*[35]

Segundo Elisabete Pinto, durante as primeiras décadas do século XX, as pessoas negras não eram incluídas em projetos de mobilidade social vertical e, mesmo garantias mínimas, essa parcela da população conseguia através dos apadrinhamentos por parte da elite branca. Nesse contexto a educação de Laudelina de Campos Mello se deu, sobretudo, em espaços não formais, direcionando-a ao trabalho doméstico desde a infância, "cuidando dos irmãos, sendo pajem ou ajudando a mãe a fazer doces, estava sendo educada para vir a ser boa dona de casa ou uma empregada doméstica qualificada."[36]

A questão racial marcou uma série de experiências de Laudelina lhe impondo limites, mas também estimulando sua participação em articulações de luta pela igualdade racial. As suas memórias desde a infância guardam diversos casos de discriminação, como o dos meninos brancos filhos de um juiz da vizinhança em Poços de Caldas que lhe atiravam pedras insultando-a aos gritos de "macaco, lava boteco, saci" e o próprio juiz, ignorando seu nome

[35] PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015, p. 151.
[36] PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015, p. 151.

próprio e sugerindo à mãe de Laudelina que desse "uma carraspana nesta negrinha" por ter revidado às pedradas.[37] Pinto destaca que as reações de nossa personagem ao racismo sofrido quando criança se deram através da agressão física, entretanto, durante a vida adulta, Nina iria militar de forma articulada e se utilizar de meios legais em prol da luta contra a desigualdade racial.

Data de 1920 sua primeira participação em um grupo com fins recreativos que tinha identidade negra. Era o Clube 13 de Maio, fundado por ela e outros negros da vizinhança e do qual se tornara presidente. Participou ativamente até 1930 de outras associações que considerava de lazer e prestações de serviço beneficentes ligadas à população negra, como a *Saudades de Campinas* - da qual se tornou oradora oficial e vice-presidente - localizada na cidade de Santos, onde passou a residir em 1922.Ainda nos anos iniciais desta década adotou um tom mais reivindicatório à sua atuação, especialmente inspirada no contato com militantes negros e sindicalistas como Geraldo Campos, Vicente Lobato e um professor negro maranhense que chegara a Santos fugido por ser comunista e dera aulas na associação *Saudades de Campinas,* falando sobre " a condição do negro e do branco trabalhador"[38] e preparando os associados para realizarem palestras. Segundo Pinto:

> O período de 1933 a 1963, configurou-se como o auge de sua militância junto ao movimento negro, caracterizando-se pela continuidade das ações, e porque também, no início dos anos 1930, Dona Laudelina, dá conscientemente um caráter político, reivindicatório à sua luta. Nos depoimentos de Dona Laudelina emergem outras instituições e personagens. A Frente Negra Brasileira, o jornal Clarim da Alvorada e o Clube Cultural do Negro são referenciais em seu discurso ao narrar sobre os anos 1930 e 1940.[39]

Nossa personagem teve contato com as publicações da imprensa negra da época e com militantes que divergiam entre si a respeito dos posicionamentos a serem travados na luta pela igualdade racial. Todavia, essa aproximação de pessoas e organizações com ideais políticos tão distintos não resultaria em contradições em sua própria militância. A autora sustenta e enfatiza a capacidade de seleção de informações por parte de Laudelina e suas alianças com pessoas/grupos de posicionamentos políticos diversos como uma forma muito própria de construir sua militância.

O alinhamento de membros da Frente Negra Brasileira com regimes políticos fascistas, como o caso de Alemanha e Itália na época, incomodava Laudelina que, inclusive,

[37] Idem, pp. 182 -183.
[38]Idem, p. 203.
[39] Idem, p.205.

se alistou na defesa passiva e auxiliar durante a Segunda Guerra Mundial. Ela afirmava que foi motivada pela repulsa às ideias racistas de Hitler:

> Hitler foi o maior carrasco que existia naquela época. Dizia...que ele eliminaria todas as raças que não fossem arianas, principalmente a raça negra seria eliminada. Então aquilo me levou, me trouxe uma revolta dentro de mim, então resolvi me alistar para servir à Pátria.[40]

No ano de 1949 ocorreu sua mudança para Campinas, acompanhando a família para a qual trabalhava. Nesta cidade que,àquela época, demarcava muito explicitamente o lugar desprestigiado que o negro deveria ocupar no espaço público, também precisou enfrentar muitas situações de racismo. Frente a isso, em 1953 iniciou seus trabalhos junto ao Clube Cultural Recreativo, organização negra da qual fez parte da diretoria e posteriormente passou a organizar atividades como bailes de debutantes negras, concursos de beleza negra - como o Pérola Negra, cuja primeira edição ocorreu em 1957-, e fundou em 1955a Escola de Bailados Santa Efigênia, uma escola de bailados clássicos para negros, que tinha como funções transmitir conhecimentos formais de dança e música, mas também o lazer e a socialização de conhecimentos de maneira informal. Deste trabalho surgiu também a Cidade do Menores, fundação dedicada a menores abandonados. Já no ano de 1963, juntamente com Bráulio Mendes Nogueira - quem ela conheceu na fundação do Teatro Experimental do Negro em Campinas -, José Alberto e Mário de Oliveira, Laudelina idealizou o "I Salão Campineiro dos Amigos das Belas Artes", segundo ela, um evento dedicado à "exposição de valores negros". Todas essas iniciativas foram compreendidas por Elisabete Pinto como investimentos na educação e na bagagem cultural da população negra visando à "libertação da raça".[41]

As histórias lembradas e narradas por Laudelina nos revelam atuações em lugares e ocasiões onde sua presença não era prevista. Ela adotou, em muitos casos, posturas não esperadas pelos padrões ideais de mulher negra. No que se refere às próprias organizações negras, sobretudo na primeira metade do século XX, as mulheres não eram quistas nos cargos de diretoria; a elas eram destinados os departamentos ligados ao lazer, à promoção de festas e à cozinha, comumente eram chamados de "departamentos femininos".[42] No entanto, a presidência de um Clube Recretaivo aos 16 anos, a liderança de movimentos políticos e até

[40]Depoimento de Laudelina de Campos Mello para Elisabete Pinto. In PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015, p. 209.
[41]PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015, p. 229.
[42] Idem.

uma atuação na II Guerra Mundial constam em suas histórias. Também constam jantares com políticos, reuniões com ministros e presidentes da República.

Por um lado, no pós-abolição, a sociedade brasileira que pretendia se desenvolver fundamentada nos ideais do branqueamento, esperava da mulher negra serviços domésticos prestados sem nenhum direito assegurado. Por outro, movimentos que buscavam a igualdade do negro em nossa sociedade, durante a primeira metade do século XX, pretendiam adequar as mulheres negras aos moldes do ideal de mulheres brancas, ou seja, direcionando-as para o cuidado com o próprio lar, a própria família e à submissão ao cônjuge.[43] Este modelo, é importante salientar, não viria a corresponder à realidade da maior parte da população negra visto que, como nos elucida Bebel Nepomuceno, a menor dificuldade da mulher negra, em relação ao homem negro, conseguir um trabalho, nas primeiras décadas após a abolição, fez com que grande parte das mulheres negras chefiassem seus lares e tivessem certa autonomia na relação conjugal e familiar.[44]

As histórias de Laudelina de Campos Mello nos chamam a atenção por revelarem as marcas da apropriação que ela realizou das coerções sociais. Uma mulher que se casou no ano de 1922, aos dezoito anos, e via no cônjuge muito mais um parceiro com quem poderia se divertir indo a bailes do que um protetor ou provedor. Durante o casamento a atuação dela e de seu marido em organizações negras nos possibilita indagar que ela ocupava cargos mais elevados que ele, a exemplo da associação *Saudade de Campinas*, da qual ela era oradora e vice-presidente e seu marido era seu secretário. Ela foi mãe de Alaor (1925-1989) e Neusa, que faleceu ainda pequena. Alaor não construiu família e carreira próprias, era ele o responsável pela casa e por assessorar e secretariar sua mãe. Laudelina separou-se do marido ao descobrir adultério e não mais se casou. Alegou em depoimento à Elisabete Pinto que a vida pública que assumira não dava brechas para um novo cônjuge e que não concebia namoro sem casamento, dando a entender que teria abdicado da sua vida sexual.

Nos registros deixados por nossa personagem ela faz questão de dar ênfase à sua vida pública, até mesmo nas cartas trocadas com parentes. Com relação à sua família de origem, Laudelina era uma filha, irmã, cunhada e tia que apenas se fazia presente, para além de notícias por cartas, quando algum de seus familiares estivessem envolvidos com problemas do

[43]PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015

[44]NEPOMUCENO, Bebel. "Mulheres Negras - protagonismo ignorado" In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres.**São Paulo: Editora Contexto, 2012.

âmbito público, como questões trabalhistas ou de racismo. Talvez fosse na forma da atuação política que nossa personagem melhor expressasse o carinho e cuidado para com os que a cercavam. Segundo Elisabeth Pinto,

> Assim, a família e o espaço doméstico vão tomando significados diferentes para Dona Laudelina que, por razões econômicas ou não, nunca privilegiou o espaço doméstico como um espaço para ser dividido apenas com uma única família nuclear. Por conseguinte, na cronologia de seu relato se observam os vários momentos de habitação conjunta, às vezes sem a companhia do filho(...).É recorrente também a coabitação por solidariedade (...) quando Dona Laudelina recolhia as empregadas domésticas negras que não tinham para onde ir...[45]

O exercício de Laudelina de Campos Mello junto às trabalhadoras domésticas é que fez seu nome ficar conhecido em todo o Brasil. Nossa personagem já estava envolvida com essa causa desde 1936, quando residiu em Santos e lá fundou a primeira Associação de Trabalhadoras Domésticas do Brasil com fins beneficentes. Seu objetivo inicialmente era auxiliar especialmente aquelas que se encontravam doentes e sem amparo. Tais situações eram muito comuns entre essas trabalhadoras que tinham ao longo da vida seu trabalho explorado e nenhum direito assegurado, já que as Leis Trabalhistas instituídas por Getúlio Vargas não contemplavam tal segmento. Segundo depoimento de Laudelina:

> Getúlio já tinha instituído as leis sindicais e ia haver o primeiro congresso (I Congresso de Trabalhadores em 1936)...As empregadas domésticas foram destituídas das leis trabalhistas, nós estávamos criando um movimento para ver se conseguia o registro do sindicato... Eu fiquei no Rio uns três ou quatro dias, no terceiro dia eu consegui falar com o secretário do ministro. Fui falar com o ministro, mas não adiantou nada porque não havia possibilidade de enquadramento da classe das empregadas domésticas. Foram destituídas porque não trazem economia para o país. E até hoje eles dizem que a empregada não traz economia para o país.[46]

A Associação de Santos foi fechada durante o Estado Novo e só voltaria a funcionar em 1946. Usufruindo do cabedal político que adquirira a partir do contato com sindicalistas e apurando as potencialidades reivindicatórias relacionadas à questão trabalhista, Nina deu continuidade à luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas quando em 1961 fundou uma Associação de Empregadas Domésticas em Campinas que funcionava em uma sede única compartilhada com outros 12 sindicatos e que tinha como principal finalidade o reconhecimento das domésticas como categoria profissional e a sindicalização. Sua luta nesta

[45]PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. p. 162

[46] Depoimento de Laudelina de Campos Mello para Elisabete Pinto. In PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015, p. 362.

cidade assumiu com maior intensidade o caráter racial, entrecruzando com as questões trabalhistas, na medida em que na época eram muito comuns anúncios em jornais procurando por domésticas com a exigência de serem "preferencialmente brancas".

Em 1962, encontrou-se com o presidente João Goulart, a quem entregou as reivindicações das trabalhadoras. Essa associação de Campinas deixou de funcionar como entidade reivindicatória em 1964 por ocasião do golpe que depôs o presidente João Goulart. A partir desse ano, para continuar atuando, a associação deveria assumir caráter apenas beneficente, como afirma Laudelina: "Nesse período não foi realizado nenhum evento e nem reivindicamos nada, a gente andava pro congresso (sic) atrás dos vereadores...e aí foi votado uma lei pra Associação passar a ser como utilidade pública"[47]. Dessa forma, passou a desenvolver atividades mais no âmbito do mercado de trabalho, beneficência com distribuição de alimentos, cursos de capacitação profissional e profissionalizantes, como o de corte e costura e creche para os filhos das empregadas domésticas.

No ano de 1966, Laudelina foi à Brasília, sendo recebida pelo Ministro do Trabalho Jarbas Passarinho, a quem expôs as demandas das domésticas sobre o INPS, direito à pensão e sindicalização. O última, mais uma vez, lhe foi negado, os dois primeiros passaram a vigorar como facultativos e dependentes da própria doméstica se inscrever como autônoma.

Dona Nina ajudou a criar associações em várias cidades brasileiras a fim de construir uma articulação nacional até que conseguissem ser reconhecidas como categoria profissional e pudessem se sindicalizar. Todavia em 1968, um desentendimento interno entre ela e a vice-presidente paralisaram as atividades políticas da associação de Campinas. Apenas 14 anos depois,foi que Laudelina retomou as atividades junto às domésticas, já aos 78 anos de idade, em um contexto político bastante distinto daquele de 1968. Segundo Bernardino Costa,

> Após a 'refundação' da Associação em 1983, esta passaria a ter uma participação relevante na estruturação do movimento das trabalhadoras domésticas em âmbito nacional, destacando-se nas atuações junto à Constituinte, integrando as diversas caravanas realizadas para Brasília, com o intuito de pressionar os parlamentares, a fim de que estes incorporassem as trabalhadoras no capítulo dos direitos sociais e garantissem o direito de sindicalização das domésticas.[48]

Conquistada a sindicalização logo após a promulgação da Constituição Cidadã, em 20 de novembro de 1988, a Associação de Campinas tornou-se Sindicato. Dona Nina pode

[47]PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993, p.421.

[48] BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes Subalternos**. Tese (doutorado em Sociologia). Brasília: Universidade de Brasília, 2007, p. 118.

presenciar a concretização de uma luta que engendrara há mais de meio século e, na década de 1990, após seu falecimento, sua casa tornou-se a sede do Sindicato, desejo documentado em vida.

Como já afirmaram Pinto e Bernardino-Costa, a atuação de Laudelina de Campos Mello junto aos movimentos negros permeia sua luta junto à causa trabalhista e isso nos parece muito evidente pelo seu envolvimento concomitante com as Associações e com os Clubes Recreativos e a promoção de atividades educativas e de afirmação étnica da população negra. Ainda nesse sentido, nos salta aos olhos a escolha da data de fundação do Sindicato em Campinas, justamente no ano do centenário da abolição, para 20 de novembro, quando se rememora a figura de Zumbi dos Palmares como representante da luta do povo negro contra a escravidão e a opressão.

Claudia Pons Cardoso compreende Laudelina como referência para o feminismo negro do Brasil:

> A história de Laudelina faz parte da história das mulheres negras no Brasil, da luta coletiva em busca da transformação social, seu legado contra as desigualdades alicerça o pensamento feminista negro e embasa a luta das gerações seguintes de mulheres negras, possibilitando ao feminismo negro operar dialogicamente entre prática e teoria, numa perspectiva dinâmica, atualizando-se tanto a partir de novos contextos históricos quanto nas estratégias de resistência às opressões que recaem sobre as mulheres negras.[49]

A autora argumenta que o movimento feminista se desenvolveu por longo tempo no seio de uma camada intelectual letrada da qual as mulheres negras não eram integrantes e para a qual a questão racial não era um problema; embora enfatize que a questão racial évivenciada por todos nós, negros ou brancos. Segundo ela, Laudelina de Campos Mello antecipou em suas vivências de luta algo que as mulheres negras em diálogos e embates com o movimento feminista iriam resgatar nos anos de 1980:

> as opressões raciais e de classe redimensionam "o lugar que habitamos no gênero" (COSTA, 2000, p.43), a opressão é experienciada a partir de um lugar, o qual é dado pela forma como gênero, raça e classe se entrecruzam em diferentes pontos. Pensar a história das mulheres negras é refletir como esse sujeito social foi historicamente construído a partir destes embates e estratégias de sobrevivência na diáspora, nas sociedades pós-coloniais racializadas.[50]

[49]COSTA, Claudia Pons. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder Florianópolis**, de 25 a 28 de agosto de 2008. Acessado em abril de 2016.Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Claudia_Pons_Cardoso_69.pdf, p.6.
[50]COSTA, Claudia Pons. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder Florianópolis**, de 25 a 28 de agosto de 2008. Acessado em abril de 2016. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Claudia_Pons_Cardoso_69.pdf

Como vimos, seria inadequado falar em um compromisso de nossa personagem com a luta feminista que, como indica Pinto, até fins de 1980 tinha visões universalistas e muito pouco pragmáticas em relação aos anseios de nossa personagem.[51] Os desafios da suposta "mulher universal", predominante nos discursos feministas até então, não coincidiam com as necessidades práticas de mulheres como Laudelina, que se dedicava a uma categoria composta quase que exclusivamente por mulheres negras pobres, assim como ela, o que fazia com que seus maiores desafios se encontrassem na interseccionalidade desses marcadores sociais.

Assim como Pinto, Costa sustenta que Laudelina desenvolveu consciência de gênero ao longo de sua militância junto às trabalhadoras domésticas e essa luta também rumava para a autonomia das mulheres negras. A sua militância trabalhista consistia também em lidar com problemas que recaíam fundamentalmente sobre mulheres como, por exemplo, a questão do abuso sexual de patrões contra empregadas. Segundo depoimento de Laudelina,

> Ela trouxe uma menina do interior pra criar e pra ser pajem, pra ser escravinha, ser tudo, né? A menina veio com 12 anos, e quando ela estava com 14 anos o patrão abusou dela, né? ...Quando ela soube que a menina estava grávida, né? Aí ela pôs a menina pra rua 11 horas da noite. Aí eu fui falar com ela, ela disse que tinha posto mesmo, porque a menina abusou da confiança dela e passou a ser amante do marido. Eu falei: "Não foi ela que abusou do seu marido, foi seu marido que abusou dela."....fui lá no juiz e fiz queixa né...[52]

Essa faceta das preocupações de Laudelina fica também evidente no próprio fato de que, desde 1936, já a primeira Associação ter sido criada visando à formação de uma rede de solidariedade entre as domésticas, ou seja, majoritariamente as mulheres negras da época, que diante da exploração de seu trabalho e na ausência de qualquer direito garantido, pudesse buscar apoio nesse coletivo.

Em uma visão única da história, nossa protagonista seria tratada como uma parcela da humanidade sem cor, sem gênero, sem subjetividade, cuja condição é simplesmente determinada por constrangimentos sociais. Sob nosso enfoque, Laudelina deve ser analisada enquanto sujeito, que traz em suas histórias de vida as marcas das relações sociais travadas em seu tempo e, ao mesmo tempo, agente, no que tange à exploração das brechas inerentes aos sistemas normativos. Como argumenta Soihet,

---

[51] PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.

[52] Depoimento de Laudelina de Campos Mello para Maria Dutra de Lima. In: Trabalhadores, Classes Perigosas, n.6:27-40. Associação Cultural do Aquivo Edgar Leuenroth/Unicamp. Campinas, 1990. Apud. PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015, p. 151.

> O método biográfico constitui-se no campo ideal para verificação das brechas utilizadas pelos subalternos, entre eles, as mulheres, os quais mesmo que se valendo de subterfúgios, compõem a rede de uma antidisciplina. Desta forma, buscam aproveitar as "ocasiões", as possibilidades oferecidas para garantir o exercício de sua cidadania, inclusive em termos de gênero, no grau mais ampliado possível.[53]

À luz de Michel de Certeau, compreendemos os movimentos que marcam suas experiências como *táticas* desenvolvidas frente ao que lhe era imposto. Nesta categoria Certeau condensa as diversas formas de se utilizar da ordem imposta sem exatamente romper com ela, ou seja, a arte de se apropriar das regras estabelecidas e delas tirar efeitos imprevistos.[54]Almejamos, desse modo, iluminar as ações de Laudelina frente às normatizações, seja em pleno acordo com elas ou experimentando-as e tensionando-as em suas próprias contradições.

Um olhar pouco atento às suas histórias se anteciparia em afirmar que sua vida fora determinada pelas "grandes estruturas", afinal, em sua condição de negra, descendente de escravizados, nascida quando a abolição nem contava ainda com duas décadas completas, precisava se submeter ao poder do apadrinhamento de brancos para conseguir direitos mínimos.Como menina pobre, lhe foi destinada a exploração do seu trabalho desde a infância; em sua condição de mulher, pobre e negra desempenhou durante 33 anos o papel à ela reservado pelo legado dos tempos da escravidão: o do pouco prestigiado trabalho doméstico.

Todavia, com um pouco mais de afinco em nossas reflexões notamos que, das posições a ela impostas, Laudelina construiu possibilidades outras. Aos 16 anos, por exemplo, diante do racismo que obstaculizava o lazer comum entre negros e brancos fundou e tornou-se presidente do Clube 13 de Maio, que reunia jovens negros de sua vizinhança em Poços de Caldas para promover bailes e festas; tomou a frente de uma série de organizações que visavam à conquista de melhores posições sociais pela população negra; em fins década de 1950 promoveu o concurso de beleza Pérola Negra, levando a população negra de Campinas a ocupar espaços elegantes como o Teatro Municipal e o "Lo Schiavo", segundo matéria publicada pela Revista *O Cruzeiro*, em "um dos lugares mais finos da cidade"[55]; no ano de

---

[53] SOIHET, Rachel. Discutindo Biografia e História das mulheres. In: FUNK, Susana Bórneo; MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Glaucia de Oliveira (orgs.). Linguagens e Narrativas: Desafios feministas. Vol.1. **Tubarão - SC**: Copiart, 2014, p.63 a 79.

[54]CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 21. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p.86.

[55]FERREIRA, Neil. Nos Salões do Teatro Municipal de Campinas Eleita a Pérola Negra. O Cruzeiro. 18 de maio de 1957. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.

1936fundou a primeira associação de domésticas do Brasil com fins de proteger e dar assistência às trabalhadoras domésticas e lutar pelo reconhecimento desta enquanto categoria profissional em um momento em que a questão trabalhista era discussão central no Brasil.[56]Foi nesta década de 1930 que estavam sendo instituídas as leis sindicais por Getúlio Vargas, porém a luta das trabalhadoras domésticas pela sindicalização se estenderia, com Laudelina à frente, até as últimas décadas do século XX. Tal protagonismo, lhe rendeu uma identidade e também muitas críticas:

> "Ela é o 'terror das patroas!' - Muito prazer! Então a senhora que é o terror das patroas campineiras, não é mesmo?' A expressão do ministro do trabalho, Jarbas Passarinho, ao receber dona Laudelina de Campos Melo, líder das empregadas domésticas. Ela não se encabulou e sorriu com o ministro. Aliás, dona Laudelina não se encabula com essas coisas; já falou com outros ministros e até com presidentes da República para movimentar o seu grande plano de regulamentar a profissão doméstica. No dia que ouviu a frase, a presidente da Associação dos Empregados Domésticos de Campinas foi franca com o ministro: este é o quarto presidente da República que está para regulamentar a profissão e pelo menos uns 8 ministros do Trabalho empenharam a palavra de levar o ante projeto ao Executivo'"[57]

Podemos afirmar que as ações de Laudelina promoveram ranhuras nas hierarquias e exclusões então institucionalizadas.na sociedade brasileira. Para Certeau, nesses *lugares*, concebidos pela normatividade, sujeitos/agentes históricos posicionados na arena no lado de menor força forjam *espaços*, ou seja brechas criadas pelas necessidades de incluir no sistema instituído, porém ocupando posições não previstas[58]. Frente às pressões e desigualdades impostas por uma ordem que a preteria como mulher, pobre e negra, Laudelina de Campos Mello com suas *táticas* provocou fissuras nas edificações de uma nação republicana que reservava a ela apenas lugares de onde sua voz não pudesse ser ouvida e sua presença permanecesse invisível.

Entendemos que, ao mesmo tempo em que as conjunturas sociais são fundamentais para pensar sua biografia, buscamos destacar pela sua postura ativa como agente, a qual resultou em relevantes conquistas não só para a categoria das empregadas domésticas, mas também para as mulheres e para a população afro-brasileira de modo mais abrangente. As

---

[56]PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.

[57]Jornal da Cidade, 03/07/1967, *apud* BERNARDINO-COSTA, Joaze. Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes Subalternos. Tese (doutorado em Sociologia). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

[58]CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 21. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

experiências de vida de Laudelina possibilitam construir outras narrativas para a escrita da história de nosso país.

Nos interessa que a história do Brasil seja tratada não como uma série de grandes estruturas encadeadas cronologicamente e que passam ao largo de desejos e agências das pessoas que nelas meramente se encaixariam plenamente ou não, sendo nesse caso consideradas marginais. Não pensamos a história da perspectiva de um urbanista que projeta uma cidade para atender ao "progresso" e não às pessoas, que ocupa-se exaustivamente na construção de grandes avenidas, edifícios vertiginosos, gigantes passarelas, mas ignora os usos e a dinâmica delineada pelos que ali vivem. Interessa-nos, em nosso proposta de reflexão e de intervenção didático-pedagógica, que a história do Brasil seja narrada não só a partir dos *lugares*, estabelecidos pelo poder hegemônico, mas também dos *espaços*, tensionados pelos agentes que se posicionam em desvantagem na disputa pelo poder. Segundo Certeau:

> O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas. Diversamente do lugar não tem portanto nem univocidade nem estabilidade de um próprio. O *espaço é um lugar praticado*. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos - um escrito.[59]

De acordo com Loriga, sustentamos o uso de biografias pela história como forma de abordagem que apresente a sociedade como uma obra comum e não como uma totalidade social independente ou como um estrutura impessoal superior aos indivíduos e que os domina[60]. Acreditamos que a perspectiva que procuramos desenvolver apresenta elementos muito férteis no âmbito dos nossos objetivos relacionados à construção do conhecimento histórico escolar. Ao mesmo tempo que dessacralizamos a história, ou seja, através do uso de histórias de vida de uma pessoa comum, aproximamos a história experimentada pelos estudantes da história narrada; também tencionamos trocar a sensação de vertigem que imobiliza, pela possibilidade de ação frente às coerções dos contextos em que se inserem. Para nossa proposta a biografia é, como afirmou Levillain, "um meio de mostrar as ligações

[59] CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 21. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p.184

[60] LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história.** Belo Horizonte*:* Autêntica, 2011.

entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova da vida."[61]

[61] LEVILLAIN, Phillipe. Os protagonistas da biografia. In. RÉMOND, René. Por uma história política. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.176.

2. **UMA DISPUTA PELA FIXAÇÃO DE SENTIDOS**

A relação entre saber e poder é assunto de destaque para Michel Foucault que, em *Vigiar e Punir*, afirma: "não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder"[62]. Esse é também um pressuposto que embala as reflexões do nosso estudo e costura a proposta de intervenção didático-pedagógica que aqui desenvolvemos. Na perspectiva pós-estruturalista da teoria de currículo[63], a disputa por poder é a disputa pela fixação de sentidos. Nada é real antes do discurso, ou seja, é a linguagem que constitui o real ao dar sentido às coisas.

> ...o significado não é, da perspectiva pós-estruturalista, pré-existente; ele é cultural e socialmente produzido. Como tal, mais do que sua fidelidade a um suposto referente, o importante é examinar as relações de poder envolvidas na sua produção (...) Uma análise derridariana do processo de significação combina-se aqui com uma análise foucaultiana das conexões entre poder e saber para caracterizar o processo de significação como não apenas instável, mas também como dependente de relações de poder.[64]

Nessa visão, as relações de poder que marcam hoje a sociedade não são dicotômicas e nem bem definidas estruturalmente; constituem-se em uma arena de conflitos infindos onde micropoderes se posicionam sempre de forma assimétrica. Por esse prisma, o currículo é entendido como um "discurso produzido na interseção entre diferentes discursos sociais e culturais que ao mesmo tempo reitera sentidos postos por tais discursos e os recria." [65]Ou seja, sendo um discurso oriundo da relação assimétrica entre poderes, o currículo atua na atribuição de significados, criando e enunciando sentidos e identidades tanto pelo que é abordado quanto pelo que é omitido, silenciado.

Atento ao caráter político do dito e do não dito, o autor Amilcar Araújo Pereira em seu artigo *Resistência também dentro da escola*, chama a atenção para um caso de silenciamento

---

[62]FOUCAULT, Michel.**Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p.30.

[63] Segundo Tomaz Tadeu da Silva "não se pode falar propriamente de uma teoria pós-estruturalista do currículo mesmo porque o pós-estruturalismo tal como o pós-modernismo rejeita qualquer tipo de sistematização. Mas há certamente uma atitude pós-estruturalista em muitas das perspectivas atuais sobre o currículo (...) a atitude pós-estruturalista enfatiza a indeterminação e a incerteza também em questões de conhecimento. O significado não é...pré-existente; ele é cultural e socialmente construído. A perspectiva pós-estruturalista abandona a ênfase na "verdade" para destacar em vez disso, o processo pelo qual algo é considerado como verdade. A questão não é pois saber se algo é verdadeiro, mas, sim de saber porque esse algo se tornou verdadeiro" Cf. SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. pp.122 e 123.

[64] SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. - 3. ed. - 4 reimp - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p.123.

[65] LOPES, Alice Casemiro e MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011, p.41.

que marca profundamente a sociedade brasileira e que é um dos principais direcionadores do nosso estudo:

> Os negros compõem mais da metade da nossa população, mas as histórias de suas lutas e de sua participação na sociedade ainda são pouco conhecidas e estudadas nas escolas e universidades. Essa escassez de memórias e histórias nos espaços de aprendizagem dificulta as construções identitárias positivas pelos indivíduos deste grupo.[66]

O autor sublinha a importância de dar ênfase às lutas do povo negro brasileiro frente às injustiças que lhes foram impostas em diversos contextos como via de desnaturalização da sua associação exclusiva à escravidão, à submissão e à resignação. Diante disso, destaca a responsabilidade da escola em romper com a propagação dessas ideias visando à superação da desigualdade racial que nos causa tantos prejuízos à nossa sociedade.

Entendemos que o pouco conhecimento das lutas travadas por Laudelina de Campos Mello em nosso país é um exemplo nítido dessa assimetria de poderes revelada nos currículos, além de materializar o problema apresentado por Pereira e que nos serve de pilar para o desenvolvimento deste trabalho.

> seu protagonismo e importância na luta dos direitos das empregadas domésticas são desconhecidos por muitas/os, isso porque, como ressalta Collins, "grupos desiguais em poder são correspondentemente desiguais na possibilidade de fazer seus pontos de vista conhecidos por si mesmos e por outros".[67]

Apesar de algumas mudanças já estarem em curso, muitas narrativas construtoras de conhecimento histórico escolar ainda abordam a história do Brasil sob uma a perspectiva eurocêntrica, ou seja, atribuindo papel central aos europeus e seus descendentes. Hebe Mattos, em seu artigo *O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil*[68],demonstra preocupação quando afirma que "os povos africanos não são considerados a partir de suas culturas de origem, encontros e desencontros com europeus e nativos americanos, mas fundamentalmente a partir de seu papel de força de trabalho na sociedade colonial escravista". Encapsulando, desse modo, o negro na memória e história nacional, os currículos trazem em si as marcas do colonialismo que, como afirma Bhabha[69], fixa sentidos

---

[66] PEREIRA, Amilcar Araujo. **Resistência também dentro da escola**. Revista de História da Biblioteca Nacional. nº101, fev/2014, p. 80.

[67]COSTA, Claudia Pons. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder Florianópolis**, de 25 a 28 de agosto de 2008. Acessado em abril de 2016.Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Claudia_Pons_Cardoso_69.pdf, p.6.

[68]MATTOS, Hebe Maria. O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro:Casa da Palavra, 2003.**p.** 133

[69] BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2003.

preferenciais, numa tentativa de inviabilizar outras formas de significação e representação, reduzindo múltiplas possibilidades a uma. Segundo Silva:

> O texto curricular, entendido aqui de forma ampla - o livro didático e paradidático, as lições orais, as orientações curriculares oficiais, os rituais escolares, as datas festivas e comemorativas - está recheado de narrativas nacionais, étnicas e raciais. Em geral, essas narrativas celebram os mitos da origem nacional, confirmam o privilégio das identidades dominantes e tratam as identidades dominadas como exóticas ou folclóricas. Em termos de representação racial o texto curricular conserva, de forma evidente, as marcas da herança colonial. O currículo é, sem dúvida, entre outras coisas, um texto racial.[70]

Foram muitas as investidas, no âmbito escolar, na disputa por frear o discurso eurocêntrico e pela ressignificação do papel do negro na história do Brasil. Segundo Amilcar Pereira, a relação da "luta pela reavaliação do papel do negro na História do Brasil" e a história ensinada nas escolas não é inaugurada com a Lei 10639/03. O autor afirma que, já na década de 1930, a Frente Negra Brasileira bem como o Teatro Experimental do Negro (TEN), na década de 1940, criaram escolas próprias para a formação de jovens negros que colaborassem para a afirmação destes na sociedade brasileira pós-abolição[71]. Abdias do Nascimento, fundador do TEN, afirmava que o objetivo desse movimento era

> resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, imbuída de conceitos pseudocientíficos sobre a inferioridade da raça negra.[72]

Era um contexto de muitas dificuldades de acesso às instituições tradicionais de ensino por parte da população negra e, aqueles que conseguissem o acesso deparavam-se com uma educação que rejeitava qualquer valoração positiva em relação às culturas que vieram do continente africano e aqui se ressignificaram. Como bem destaca Elisabete Aparecida Pinto:

> No caso do Brasil, especificamente(...)a partir das primeiras décadas do século XX, (...)os indivíduos negros(...)aprenderão na escola sobretudo a negar sua etnia e cultura, mas por outro lado, ela será vista e servirá como a oportunidade de que os

---

[70] SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. - 3. ed. - 4 reimp - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. pp.101,102.

[71] Frente Negra Brasileiro (FNB) foi um movimento criado no ano de 1931, que se tornou partido político em 1936 e, em 1937, foi fechado pelo Estado Novo de Vargas. Cf. DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**. vol.13 no.39. Rio de Janeiro. Sept./Dec. 2008. Já o Teatro Experimental do Negro (TEN) surgiu, em 1944, no Rio de Janeiro com a proposta de, através da educação, da cultura e da arte, "resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana...a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, " Cf. NASCIMENTO, Abdias do. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos avançados**. 18 (50), 2004, p. 210.

[72] NASCIMENTO, Abdias do. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos avançados**. 18 (50), 2004, p. 210.

> descendentes de africanos necessitavam e necessitam para darem início ao processo de mobilidade social. [73]

A autora Warley da Costa, em seu artigo *Escrita Escolar da História da África e dos Afro-Brasileiros: Entre Leis e Resoluções*, ressalta o papel assumido pelo Estado ainda na década de 1950 no intuito de frear a discriminação racial impregnada na sociedade brasileira. Lembra que em 1951 a Lei Afonso Arinos, de nº 1390, estabeleceu que esse tipo de preconceito passava a ser contravenção penal. Entretanto, foi a partir da década de 1980 que este enfrentamento ganhou mais força. Com a reabertura política e o centenário da abolição, o movimento negro no Brasil tomou outras configurações e se articulou com variadas esferas de poder. Suas ações em meio à produção da nova Carta Constitucional promulgada em 1988 resultaram no artigo 215, que atribui ao Estado a responsabilidade de assegurar e proteger as manifestações da cultura afro-brasileira e também indígena e de outros povos que tenham participado do processo de construção da nação brasileira.[74]

Nesta conjuntura, as demandas do povo negro passaram a ter mais visibilidade e a educação formal, ou seja, o ambiente escolar, continuou sendo visto como um instrumento poderoso de transformação.Amilcar Pereira destaca a importância de Maria Raimunda Araújo (Mundinha), presidenta do Centro de Cultura Negra (CCN) do Maranhão, que ainda no início dos anos 1980 atuara diretamente nas escolas oferecendo palestras e produzindo materiais didáticos voltados para a positivação do papel da população negra na história do nosso país, que foram, inclusive, publicados em outros estados.[75] Já as décadas de 1990 e 2000 foram marcadas por uma série de políticas educacionais e culturais, por parte do governo federal, com o objetivo de atender às necessidades de enfrentamento e superação do racismo. Especialmente o ensino de história para a educação básica passou ser regulado com afinco por parte do Ministério da Educação que, em suas normatizações,valorizou as noções de cultura, diversidade cultural, identidades e relações étnico raciais.[76]

A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*,sancionada no ano de 1996, estabeleceu que "o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das

[73]PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015, p. 151.
[74]COSTA, Warley da. A Escrita Escolar da História da África e dos Afro-Brasileiros: Entre Leis e Resoluções. In. PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
[75] PEREIRA, Amilcar Araujo. Por uma autêntica democracia racial: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de História.Revista História Hoje. vol. 1, n.1, p.111-128, jun/2012.
[76] ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. Em torno das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana": uma conversa com historiadores.Estudos Históricos. Rio de Janeiro, jan-jun/2008. p.6

diferentes etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia".[77]Também o Ministério da Justiça criou neste ano o *Programa Nacional de Direitos Humanos* que, dentre uma série de ações, estimulava a produção de livros didáticos que valorizassem "a história e as lutas do povo negro na construção do nosso País, eliminando estereótipos e discriminações".[78] Nos anos seguintes, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN´s), que apresentaram temas transversais, ou seja,comuns a todas as disciplinas. São eles: Convívio Social e Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Saúde, Trabalho e Consumo. O tema Pluralidade Cultural é descrito pelo documento da seguinte forma em 1998:

> Este tema propõe uma concepção que busca explicitar a diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira, compreender suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas e apontar transformações necessárias, oferecendo elementos para a compreensão de que valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-los como expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano, por sua dignidade intrínseca, sem qualquer discriminação. A afirmação da diversidade é traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, tendo a Ética como elemento definidor das relações sociais e interpessoais[79]

No ano de 2003, o que até então constava apenas como orientação nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional passou a ter caráter de obrigatoriedade. A Lei 10.639, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tornou obrigatório o ensino da história da África e dos afro-brasileiros nas instituições escolares e fez com que diferentes esferas da estrutura educacional do nosso país se mobilizassem para atendê-la, gerando consequências importantes:

> Esse movimento teve como desdobramento a elaboração das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana,* a criação de cursos para professores em serviço; além de propostas de alteração das grades curriculares nas universidades.[80]

---

[77] BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em abril de 2016.

[78]BRASIL. Ministério da Justiça. I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNHD). Decreto nº 1904, de 13 de maio de 1996. Disponível em http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/i-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-1996.html. Acessado em abril de 2016.

[79]_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília : MEC/SEF, 1998. Disponível em http://portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series. Acessado em abril de 2016.

[80]COSTA, Warley da.A Escrita Escolar da História da África e dos Afro-Brasileiros: Entre Leis e Resoluções. In. PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

A força que as demandas do movimento negro adquiriram na esfera educacional está diretamente relacionada ao questionamento de uma suposta universalidade do conhecimento escolar e às pressões de grupos politicamente minoritários pela valorização de seus saberes e histórias. Especialmente a história, como disciplina escolar imbricada em suas responsabilidades epistemológicas e axiológicas, é visada pelos setores em disputa. Desta forma, como defende Costa, é também no âmbito do currículo de história que "as tensões entre as demandas do presente e as 'raízes' do passado, o embate entre a história nacional e a história dos grupos que reivindicam maior visibilidade nesse espaço enunciativo."[81]

Em consonância com esses movimentos, notamos que a adoção de termos como *pluralismo cultural*, *diversidade* e *multiculturalismo* tornou-se recorrente em textos curriculares e em debates sobre o tema revelando preocupações que as novas disposições trouxeram aos profissionais envolvidos no campo educacional. A partir reconhecimento da diversidade cultural como característica da sociedade brasileira, como devemos proceder?Essa questão suscita em nosso estudo reflexões acerca do currículo e a produção de conhecimento histórico escolar relacionados às discussões sobre produção de identidades e diferenças.

Ana Canen, em *Dilemas do Multiculturalismo: Desafios Curriculares para o novo milênio,*alerta para as armadilhas que podem representar determinadas interpretações do conceito de multiculturalismo, as quais, segundo ela, ao invés de atuar na oposição a preconceitos podem acabar perpetuando-os.[82] Dentre as interpretações equivocadas deste conceito apontadas por Canen, destacamos aquela que reduz o multiculturalismo ao folclorismo no currículo, ou seja, à momentos específicos do calendário escolar, como "feiras de culturas, celebração do Dia do Índio, da Consciência Negra" dentre outros e assim, conservam a ótica do exotismo relacionada à povos não-brancos. Nessa perspectiva o cerne continua sendo a identidade essencializada do homem, branco, europeu, tomada como norma. Outras perspectivas do multiculturalismo que Canen aponta como perigosas para os currículos são aquelas que se limitam a ações de reparação; as que ignoram "as diferenças dentro das diferenças" e também as que resultam em uma guetização curricular, em que determinados grupos se atém exclusivamente aos estudos de seus padrões culturais específicos.

[81]Idem, p.218.

[82]CANEN, Ana. Sentidos e Dilemas do Multiculturalismo: Desafios Curriculares para o novo milênio. IN: LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Currículo: debates contemporâneos** - 3ª ed - São Paulo: Cortez, 2010, pp.174-195.

Hoje, um dos desafios de nós, docentes, é não tratar a História das Culturas Afro-Brasileiras como apêndices à História do Brasil. Concordamos com Verena Alberti[83], quando ela afirma, em *Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira*(2013),que devemos "evitar confinar o estudo da história das relações raciais a nichos do currículo." Outra espécie de "confinamento" que nos propomos a enfrentar é a que se refere à atuação de mulheres na história. Concordamos com Rachel Soihet que, dialogando com Varikas, afirma em *Discutindo Biografia e História das mulheres*(2014):

> ...o que nos é necessário, enquanto gênero subordinado, não é reduzir a história da humanidade às experiências sociais das mulheres, mas fazer com que esta história "seja elaborada a partir de todas as experiências humanas, tanto no que elas têm de comum como no que têm de específico." O que pressupõe uma revisão radical na maneira de pensar a história. E, nessa revisão, a abordagem biográfica das mulheres, e do ponto de vista das mulheres, constitui-se numa contribuição preciosa não enquanto método específico, mas pela pertinência das questões que ela pode colocar.[84]

Nesse sentido, a escolha do olhar de Laudelina de Campos Mello sobre os diferentes tempos e experiências das repúblicas no Brasil nos parece muito pertinente. Através dela, podemos analisar a história da população negra e das mulheres não como algo que se desenrola à parte de uma suposta história nacional; os 87 anos de histórias de vida de nossa protagonista nos possibilitam romper com esse confinamento quando propomos abordá-la em suas experimentações em relação a questões importantes para a história de nosso país envolvendo, especialmente, as relações trabalhistas, étnico-raciais e de gênero em diferentes tempos.

Tomaz Tadeu da Silva[85], em *A produção social da identidade e da diferença por sua vez*, adverte que o multiculturalismo meramente associado à "tolerância", à proclamação da existência da diversidade serve à manutenção do *status quo,* pois impede que identidade e diferença sejam compreendidos como produções sociais, que envolvem relações de poder e assim já nos aponta um caminho para a superação desse obstáculo rumo a um ensino, de fato, democrático. Para ele, ao pretendermos adotar em nossa prática docente conceitos como

---

[83]ALBERTI, Verena. "Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira". In: PEREIRA, Amilcar Araújo e MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

[84] SOIHET, Rachel. Discutindo Biografia e História das mulheres. In: FUNK, Susana Bórneo; MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Glaucia de Oliveira (orgs.). Linguagens e Narrativas: Desafios feministas. Vol.1. Tubarão - SC: Copiart, 2014, p.79.

[85]SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, pp.73-102.

esses, devemos primeiramente refletir sobre a questão da produção de identidade e diferença. A identidade, segundo Silva, deve ser entendida como uma sucessão de negações incessantes, algo sempre inacabado, constituído pelo que se "não é". Ou seja, identidade é aquilo que emana das diferenças, e por isso não podemos falar em uma única, mas sim em várias identidades. Para Stuart Hall[86], em *Quem precisa de identidade?*, "as identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós." Contrariando o senso comum que pensa a identidade como autoreferente, esse ponto de vista ressalta a relação permanentemente conflituosa e relacional entre a definição do "eu" e dos "outros".

Mas, então, quem seria o "Outro"? Sob a ótica pós-estruturalista, a qual aqui adotamos, é o ato de nomear que constrói a diferença; o "Outro", portanto, não "é", "torna-se". Ao deslocar o eixo gerador dessa relação da identidade para a diferença,a referência deixa de ser si próprio e apostamos no descentramento do indivíduo como via de luta contra a inferiorização naturalizada do negro e da mulher. Assim fundamentados, desenvolvemos nesse trabalho abordagens que despertem nos estudantes o autoreconhecimento enquanto sujeitos de identidades não fixas e as responsabilidades para a superação das profundas marcas que as hierarquizações raciais e de gênero produzem em nossa sociedade. Segundo Suely Costa:

> A *igualdade nas diferenças* é o ideário a se consolidar na vida democrática; é nele que as escolas devem apostar. Se a impropriedade do sexo como modo de nomear e classificar as coisas e a vida social tornou-se perceptível, não há porque pretender *transformar* diferenças. A igualdade na diferença é uma possibilidade; a diversidade não é incompatível com a igualdade.[87]

Assim como as *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica* - que estabelecem em 2004, orientações oficiais das práticas e conteúdos exigidos pela Lei 10639/03 -, compreendemos que a superação da desigualdade racial é responsabilidade de todos nós e por isso, trabalhar temas de história e cultura afro-brasileira e africana é trabalhar questões formadoras da identidade de todos os cidadãos brasileiros. Nos termos do que é pontuado pelas Diretrizes,

---

[86] HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.112.

[87] COSTA, Suely.Conceito de gênero e ensino da história. X Encontro Regional de História. ANPUH- RJ. História e Biografias. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002, p.5.

> A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.[88]

Apesar do termo "cultura africana" ser abordado no singular, denotando uma espécie de essencialização, entendemos que o posicionamento dessas diretrizes têm enorme relevância para nossos tempos. São elas que, de fato, estabelecem estratégias pedagógicas de enfrentamento ao racismo no ambiente escolar e rompem com a superficialidade, ou mesmo o silenciamento, no tratamento das questões étnico-raciais que durante tanto tempo corroboraram o discurso de que o Brasil vive uma democracia racial. Tendo sido engendradas na noosfera - conceito de Chevallard[89] para referir-se ao espaço dedicado à elaboração de compatibilidade entre escola e saberes de referência, no qual atuam os movimentos sociais, por exemplo -, assim como Costa, entendemos essas *Diretrizes* como uma narrativa produtora de significados politicamente disputados.[90]

O currículo eurocêntrico, alvo desconstrução por parte das políticas educacionais citadas, é um discurso de legitimação de uma identidade de superioridade do homem, branco, europeu, que ocupou por séculos a posição privilegiada de narrador da história e imprimiu em nos livros, manuais didáticos, salas-de-aula, museus e outros espaços as digitais de uma identidade autocentrada. Sob as máscaras de meros descritores da "História como ela é" estas narrativas são naturalizadas pela ilusão de uma normalidade, que por sua vez não se constitui em si, mas sim pela definição do que é antinormal, abjeto, rejeitável". Nas palavras de Tomáz Tadeu Silva:

> A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade. A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido. [91]

---

[88] BRASIL. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. 2004. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/>. Acessado em janeiro de 2015.

[89] CHEVALLARD, Yves. **La transposición didáctica: Del saber sábio al saber esnseñado**. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 3ª ed., 2009.

[90] COSTA, Warley da. A Escrita Escolar da História da África e dos Afro-Brasileiros: Entre Leis e Resoluções. In. PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

[91]SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.83

Além do marcador racial, também é importante em nosso estudo o "Outro" no que tange às questões de gênero nos currículos. Enquanto se sustenta, pelos conhecimentos históricos escolares, a ideia de sujeitos universalizantes que respondem pela alcunha de "homens", é negada a experiência diferenciada - mas também decisiva para os rumos de muitas histórias - de agentes mulheres e todas as marcas e expectativas socialmente impostas aos sujeitos pelas hierarquizações no âmbito do gênero[92]. Nas considerações de Cristiani Bereta da Silva:

> Mesmo depois de anos de contestações de movimentos feministas que remontam às décadas de 1960/1970; as iniciativas de transversalizar gênero e sexualidade nas disciplinas escolares dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997 e todo conjunto de estudos, discussões e debates travados em encontros, simpósios, pesquisas, entre outras instâncias, o gênero feminino ainda permanece como um grupo desviante na imensa maioria dos livros didáticos de História, ao passo que o gênero masculino ainda ocupa a "base da elaboração da regra".[93]

Apesar de os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN´s), desde fins da década de 1990, preocupados com mudanças qualitativas e de formas de atualização dos conteúdos para o Ensino Básico, já apontarem o *gênero* como um de seus temas transversais, nos currículos de história, usualmente trabalhados, as mulheres são abordadas como coadjuvates, como entradas para histórias supérfluas, como um "Outro", deixando claro o padrão autocentrado do "Eu" masculino.Defendemos a ideia de que um dos papéis desempenhados pelo currículo é o de artefato de gênero, na medida em que é produto e também produtor das relações entre masculino e feminino e, como afirma Silva, não atentar para essa faceta é optar por análises limitadas desse artefato.[94]

Cristiani Bereta da Silva em uma análise sobre mulheres e relações de gênero nos livros didáticos revela o predomínio de narrativas que, centralizam as decisões sobre os rumos da sociedade em figuras masculinas, geralmente apresentadas como fortes, dominadoras e corajosas, enquanto as mulheres aparecem quando se fala em história da família, da criança e

---

92Para as ciências sociais 'gênero' significa "a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos". Seu uso enfatiza a ideia de assimetria e de hierarquia entre homens e mulheres incorporando as dimensões das relações de poder. Cf. SOHEIT, Raquel e PEDRO, Joana. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero.**Revista Brasileira de História**.Nº 54 vol. 27. São Paulo: ANPUH, jul.-dez, 2007, p.281-300

93SILVA, Cristiani Bereta da. Gênero e sexualidade nos livros didáticos de História: Algumas questões sobre produções de subjetividades. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero 28, 29 e 30 de 2006. http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/C/Cristiani_Bereta_da_Silva_07_A.pdf. Acesso em: 09 de abril de 2016. p.5.

94SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. - 3. ed. - 4 reimp - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

do patriarcalismo e, são na maior parte dos casos apresentadas como figuras frágeis, dóceis e submissas. Nas suas palavras:

> Outro ponto importante a ser pensado é que, para além das representações persistentes que estereotipam homens e mulheres em papéis a-históricos, é o fato de que temas relacionados às mulheres e às relações de gênero não são problematizados em suas contingências históricas: são dadas como necessárias, e fazem parte de uma história pronta e acabada.[95]

Luciana Gandelman[96], no artigo *Gênero e Ensino: Parâmetros Curriculares, Fundacionismo Biológico e Teorias Feministas*, apesar de reconhecer a importância da presença gênero como pauta nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, tece críticas a esse texto curricular que traz esse conceito vinculado, exclusivamente, a assuntos como "corpo e sexualidade" e "prevenção de doenças sexualmente transmissíveis". Segundo ela, esse tipo de abordagem "acarreta uma visão praticamente privada de história e de politização. Mais do que isso, a categoria de gênero fica privada de elementos que lhe são constitutivos."

Suely Costa também considera problemático o fato de o "gênero" se apresentar nos PCN´s atrelado unicamente à questão da "Orientação Sexual" e propõe uma reflexão sobre as contribuições dessa conceituação para o ensino de história. Nesse sentido, a autora destaca os impactos teórico-metodológicos que o conceito de *gênero*, afinado com as críticas aos modelos explicativos universais, suscita na produção de conhecimento histórico na medida em que desnaturaliza, ou seja, expõe o caráter político das relações entre homens e mulheres. Nas palavras dessa autora:

> Vozes inaudíveis, ampliadas através dessa orientação, denunciariam o quanto a historiografia de diferentes épocas havia mantido tantos sujeitos históricos, inclusive as mulheres, silenciados e invisíveis, com a crítica de noções que têm localizado os homens na esfera da cultura e no mundo público e as mulheres na da natureza e no mundo privado. A construção historiográfica, assim, daria sempre visibilidade aos homens e esconderia as mulheres. O conceito de gênero produziu o reexame dos sistemas de poder e subordinação.[97]

Costa defende o gênero enquanto categoria de análise profícua no que tange às desconstruções que devem constar como metas de um ensino comprometido com a ruptura de "antigos modos de pensar a história" e atenta para a responsabilidade de construir narrativas

---

[95]SILVA, Cristiani Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007. p. 242.

[96] GANDELMAN, Luciana. Gênero e Ensino: Parâmetros Curriculares, Fundacionismo Biológico e Teorias Feministas. In. SOIHET, Rachel; ABREU, Martha (orgs.). **Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p.218.

[97]COSTA, Suely.Conceito de gênero e ensino da história. X Encontro Regional de História. ANPUH- RJ. História e Biografias. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002, p.1.

que não contribuam para a disseminação de preconceitos e discriminações.[98] Acreditamos, todavia, que as narrativas históricas didáticas ainda hoje hegemônicas - apesar de alguns avanços - desempenhem um papel menos crítico do que o que lhes caberia com relação a essas temáticas. A autora feminista Judith Butler, em prol de suas análises de gênero, trabalha o conceito de *performatividade*, o qual enfatiza o poder dos discursos de criar e reiterar convenções através da ocultação ou dissimulação da historicidade. Segundo ela:

> a performatividade deve ser compreendida não como um "ato" singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia (...), como aquele poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que ele regula e constrange (...), ela é sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas. E na medida em que ela adquire o status de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição.[99]

Em diálogo com de Judith Butler, Tomaz Tadeu da Silva defende que ao acreditar que estamos descrevendo algo, nós já estamos discursando sobre, imprimindo sentido a tal coisa; assim a identidade não é aquilo que "se é", mas aquilo que "se torna". Afirma, ainda, que as identidades hegemônicas são ratificadas pela eficácia desses atos performativos, alcançadas através da repetição.[100]Atentos às assimetrias entre os protagonismos proporcionados ao masculino e ao feminino no âmbito do conhecimento histórico escolar e, como destaca Hebe Mattos, às "assimetrias entre o conhecimento das sociedades europeias, ameríndias e africanas"[101], entendemos que a hegemonia de currículos que omitem a agência de negros e mulheres nos processos históricos ratifica a todo momento a insignificância destes agentes/sujeitos para a construção de nossa sociedade. As narrativas históricas didáticas, ao negligenciá-los repetidas vezes, os naturalizam como "Outros", relegando a eles menos direitos em relação aos que são considerados a "norma", a "referência".

Segundo Butler, porém, esse processo pode ser interrompido pela contestação e é nesse poder de questionamento e ruptura que reside o potencial transformador dessa

---

[98]COSTA, Suely.Gênero e História.In. ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. (orgs.) **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

[99] BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOPES LOURO, G.(org.) **O corpo educado - Pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 152 e 163.

[100]SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, pp.73-102

[101]MATTOS, Hebe Maria. O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 133.

concepção. Assumimos, então, o desafio da contestação do discurso reproduzido pelos currículos de história centrados no homem, branco, europeu. A produção de nossa narrativa histórica didática a partir das investigações sobre as histórias de vida de Laudelina de Campos Mello significa a nossa inserção na disputa pelo frear de um discurso hegemônico que destitui mulheres e negros de papéis importantes na história do nosso país. O prisma pelo qual pretendemos tratar histórias de nosso país nesse estudo soma em si duas categorias de diferenciação: é um olhar negro e, ao mesmo tempo, feminino. As questões racial e de gênero nesse caso possibilitam uma leitura do passado que apreenda o modo como as hierarquizações que as envolvem moldam experiências distintas para um mesmo contexto.

Em diálogo com Lilian Schwartz, Suely Costa afirma sobre o ensino de história:

> Há muitos desafios a enfrentar. Um deles é o ter que lidar com um tipo de história que já nasce pronta, moldando um dado imaginário sobre essas relações, esquemas e interpretação, quase que em formatos definitivos, que pouco têm incorporado da revisão de paradigmas. Não se pode deixar de avaliar o quanto repetir antigos modos de pensar a história nos torna participantes da propagação de preconceitos, base de discriminações de vários feitios.No uso do conceito de gênero, essa *categoria útil de análise*, há muitas desconstruções a fazer na história do Brasil; é preciso inventá-la.[102]

A concepção de narrativa posta por Ana Maria Monteiro e Carmem Gabriel como um discurso que expressa e produz subjetividades e, dessa forma, pode desempenhar a função de revelar as relações de poder assimétricas expressas no âmbito do currículo e suas práticas, é a que fundamenta nossas reflexões, já que estamos aqui preocupados em antepor agentes preteridos pelas narrativas oficiais/hegemônicas.[103]Sustentamos a ideia de que um currículo que se pretenda democrático e transformador deva transcender ao posicionamento de benevolência em relação às diferenças; estas devem ser compreendidas como partes indissociáveis da existência de todos os indivíduos em sociedade e como as referências para a compreensão das posições ocupadas por quaisquer indivíduos em variados contextos. Nas considerações de Luciana Gandelman:

> Se continuarmos...a tratar homens e mulheres, meninos e meninas, BRANCOS E NEGROS como "povos" vizinhos que devem conviver, continuaremos a jogar a

[102] COSTA, Suely.Conceito de gênero e ensino da história. X Encontro Regional de História. ANPUH- RJ. História e Biografias. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002, p.4.

[103]MONTERO E GABRIEL. Currículo de História e Narrativa: Desafios Epistemológicos e Apostas Políticas. In: MONTEIRO, Ana Maria; GABRIEL, Carmen Teresa; ARAÚJO, Cinthia Monteiro de; COSTA, Warley da (orgs.) Pesquisa em Ensino de História: Entre Desafios Epistemológicos e Apostas Políticas. - 1 ed. - Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

> partida perdida dos esquemas essencialistas do "eu" *versus* o "outro", ainda que o politicamente correto os transforme numa alteridade docilizada.[104]

Gabriel e Monteiro[105], à luz de Hartog, dão tom aos nossos anseios, visto que, como pressupõem as autoras, a narrativa histórica didática que nos propomos a construir visa a ser ponte entre a história vivida e a atribuição de sentidos ao mundo. Em propostas como essa, nós docentes nos inserimos na disputa curricular pela fixação de novos sentidos à nossa própria história, convictos de que educar para liberdade é dar início a uma narrativa cujo ponto final é sempre adiado pelo devir.Como alerta Ilmar Mattos,

> Somente naquele que lê o texto parece se completar plenamente...Qualquer que seja o suporte, qualquer que seja a referência dos textos que lhe são oferecidos, é ao leitor que parece caber o papel privilegiado, porque a leitura é sempre apropriação, invenção e produção de significados. E, mais do que nunca, o leitor se mostra capaz de transitar entre o mundo da leitura e a leitura do mundo.[106]

Propor Laudelina como a protagonista do nosso enredo; eleger uma mulher negra, que foi atuante em diversas lutas ao longo das várias experiências de república no Brasil, como personagem principal da nossa narrativa histórica didática, é disponibilizar aos estudantes novas chaves para a compreensão tanto da história nacional quando das suas próprias histórias de vida.

[104]GANDELMAN, Luciana. Gênero e Ensino: Parâmetros Curriculares, Fundacionismo Biológico e Teorias Feministas. In. SOIHET, Rachel; ABREU, Martha (orgs.). **Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p.218.

[105] GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria. Currículo, ensino de história e narrativa. 2007. Disponível em <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT12-3145--Int.pdf> Acesso em 28 de julho de 2015.

[106]MATTOS, Ilmar Rohloff. Mas não somente assim. Leitores, autores, aulas como texto e o ensino aprendizagem de história. Revista Tempo. Departamento de História da UFF. V.11, n.21. Rio de Janeiro. Julho, 2006, p.10.

3. **BAÚ BIOGRÁFICO**: **O BRASIL DE LAUDELINA DE CAMPOS MELLO**

As reflexões apresentadas nos capítulos anteriores culminaram na elaboração do material didático que intitulamos *Baú Biográfico: O Brasil de Laudelina de Campos Mello* apresentado anexo. Do ponto de vista metodológico, nos inspiramos, livremente, no trabalho desenvolvido pelas professoras Marcia Gonçalves, Helenice Rocha e pelos professores Luís Reznik (coord.), Marcelo Magalhães e Rui Fernandes junto à Faculdade de Formação de Professores da UERJ, denominado *Caixa de História*. Este produto, com a intenção de inserir a história local nos currículos escolares, traz uma série de fontes relacionadas às regiões estudadas (como São Gonçalo, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, dentre outras) reproduzidas para serem manuseadas pelos estudantes e acompanhadas de uma série de propostas de atividades didáticas. Nosso *Baú Biográfico*, apresentado anexo a essa dissertação na forma de livreto foi, contudo, idealizado como um material semelhante a uma caixa de relíquias onde Laudelina de Campos Mello teria guardado suas fotografias, cartas e outros registros de sua própria história. Dessa forma, deslocamos o eixo da história local para os usos do biográfico no ensino de história, ou seja, a ideia de que experiências individuais constituem um recurso para a construção de conhecimentos sobre a história, em especial, a história do Brasil republicano.

Buscamos nessa personagem um olhar atento às regras sociais impostas em determinados contextos da história do Brasil, mas que também nos estimule a percepção das subjetividades envolvidas em cada relação indivíduo/sociedade. A percepção de que a relação do ser humano com o mundo se modifica constantemente mas é, ao mesmo tempo, produto das diversas ideias e ações que a precedem é privilegiada nessa abordagem. Como essa mulher negra agiu diante das regras e normas vigentes nos diferentes tempos que vivenciou? Suas ações foram plenamente consonantes com o que dela esperava o poder hegemônico ou promoveram fissuras nos sistemas normativos? Podemos notar, nos dias de hoje, alguma semelhança com os tempos em que viveu? As pessoas ainda pensam e agem da mesma forma? O que podemos notar que mudou? São essas algumas das questões norteadoras de nossa intervenção didática que serão respondidas por meio da utilização de registros pessoais ou públicos dos tempos em que viveu nossa protagonista. A utilização de fontes como estratégia de mediação do processo de ensino-aprendizagem é uma orientação inspirada nas

formulações de Suely Costa, que, na defesa da reinvenção do modo de pensar a história, afirma:

> Acessar fontes históricas as mais variadas, usar documentos de muitos tipos, estimular a busca regular de leitura de documentos históricos - objetos vários - evidenciam práticas sociais desapercebidas, forma de reinventar o modo de pensar a história. O exame de fontes é um exercício de crítica à escrita da História, é um modo de aprender a fazer sínteses teóricas, de buscar novos conhecimentos, ou seja, de vivenciar operações intelectuais de análise, quase nunca experimentadas pelas crianças e jovens nos jogos de perguntar e responder...[107]

Verena Alberti também sustenta que o aprendizado de história deve se dar através de três processos: a questão de pesquisa, o uso de fontes e a produção de resultados.[108] Segundo ela, a chave para um resultado positivo de compreensão sobre as pessoas do passado, seria o acesso a registros relacionados ao tema a ser trabalhado e a(o) docente caberia disponibilizá-los e proporcionar uma experiência de questionamentos e interpretação deles. Circe Bittencourt confirma a importância de fontes como recursos para o ensino de história, todavia aponta para alguns aspectos aos quais devemos estar atentos, ressaltando as diferenças entre os usos de fontes no processo de ensino-aprendizagem e no ofício dos(as) historiadores(as). Para ela, a principal diferença estaria no fato de que estes últimos selecionam suas fontes a partir do domínio prévio de conceitos e categorias de análise bem como de conhecimentos históricos sobre o período estudado; os estudantes percorreriam o caminho inverso, ou seja, se utilizariam de documentos para adquirir conhecimentos históricos sobre o contexto em que estes foram produzidos e, diante disso, cabe à(ao) professora(or) a seleção adequada e a orientação para a análise.[109] A autora afirma que

> A escolha deles em qualquer situação ou nível escolar, deve favorecer o domínio de conceitos históricos e auxiliar na formulação da generalização, ou seja, de um acontecimento particular (como o texto da Lei Áurea de 13 de maio de 1888) para o geral (o processo de abolição da escravidão no Brasil). [110]

A fim de que os documentos disponibilizados adquiram função didática promovendo a melhor compreensão de acontecimentos e sujeitos de outros tempos, Bittencourt apela para a sensibilidade do(a) professsor(a) no ato de conferir sentido aos registros e de fazer notar que

---

[107] COSTA, Suely.Conceito de gênero e ensino da história. X Encontro Regional de História. ANPUH- RJ. História e Biografias. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002, p.7.
[108]ALBERTI, Verena . Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais. *Revista História*. Hoje, v. 1, nº 1, p. 61-88 - 2012, p.63.
[109] BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2004.
[110]Idem, p.331.

vestígios do passado "são os mais diversos e encontram-se por toda parte: em livros, revistas, quadros, músicas, filmes e fotografias."[111] Atentos a isso, disponibilizamos em nosso *Baú Biográfico* uma coleção de pistas dos tempos da pequena Nina de Poços de Caldas, no início do século XX, até registros mais recentes das últimas décadas deste século, quando nossa personagem principal já atendia por vó Nina. Já o movimento do particular para o geral sublinhado por Bittencourt, e por nós adotado, implicou no destaque de um dos tipos de registros que compõem nossa intervenção didática: os depoimentos autobiográficos. Entrevistas fornecidas por Laudelina de Campos Mello em fins dos anos 1980 e início de 1990, pouco antes de seu falecimento, costuram a narrativa que construímos. Um dos depoimentos, cujos fragmentos disponibilizamos transcritos e em vídeo no material, foi concedido ao Museu da Imagem e do Som de Campinas no ano de 1989; o outro, orientado pelos métodos da história oral, trata-se de um dos resultados da pesquisa de Elisabete Aparecida Pinto sobre nossa personagem.[112]

Sobre uma suposta fragilidade inerente às fontes orais, dialogamos com a ideia de Marly Motta, segundo essa autora:

> Os riscos de distorções, de erros e de falhas presentes na fonte oral não são maiores nem menores do que nas outras fontes documentais: uma carta, por exemplo, pode conter mais "mentiras" do que uma entrevista. O depoimento de história oral permite, sim, o acesso a uma versão do passado, ou seja, à maneira pela qual o entrevistado concebe opassado. Não se trata, pois, de recuperar a história "tal como ela efetivamente ocorreu",mas sim de reconstruí-la através das múltiplas versões veiculadas pelos atores que viveram acontecimentos e conjunturas do passado.[113]

Recontar suas histórias pouco antes de falecer demonstra um desejo de registrá-las e estamos cientes de que a seleção é um processo intrínseco a esse ato. Seus depoimentos baseiam-se principalmente em sua atuação no espaço público e não temos a intenção de esgotar todas as suas experiências em nossos usos do biográfico. Como Motta, não acreditamos em um único passado real que possa ser fielmente recontado; o que nos interessa é que de suas histórias lembradas, narradas e registradas nos depoimentos, com direito a muitos esquecimentos (esses talvez insondáveis), possamos obter um prisma sobre outros tempos.

---

[111]Idem, Ibidem.

[112]PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.

[113]MOTTA, Marly Silva da. O relato biográfico como fonte para a história. Vidya, Santa Maria (RS), nº 34, p.101-122, jul./dez. 2000. pp.11-12.

> a biografia enquanto relato é o resultado de memórias (ou mesmo esquecimentos) coletivas, individuais e sociais, constantemente negociadas e processadas, com vínculos com mitos, saberes, fazeres e tradições que se corporificam a partir de relações particulares com o tempo e o espaço, que não são simplesmente atos de resgate, mas de reconstrução do passado a partir de referenciais atuais.[114]

Os depoimentos de Laudelina consistem em um esforço de autobiografar-se e, assim como nossos usos de sua biografia, são fortemente marcados por demandas e referenciais do momento em que são produzidos. Nas suas histórias encontramos um rico material a ser trabalhado em função das demandas da Lei 10.639/03, das lutas por equidade entre gêneros, dos movimentos de trabalhadores e do entrecruzamento entre esses temas. Assim, através de seus depoimentos em diálogo com outros tipos de registros, procuramos compreender suas histórias e, a partir dessa perspectiva, histórias de nosso país.

O modo como dispusemos nossas atividades permitem que conceitos centrais para o ensino de história sejam trabalhados. Dentre os "seis *conceitos chave*, que ... são identificados como o cerne da disciplina: cronologia; diversidade; mudança e continuidade; causa e consequência; relevância; interpretação", como elenca Verena Alberti, assumem papeis de destaque em nossa proposta a *diversidade* e a *relevância*. Sobre a função do primeiro conceito a autora afirma:

> O principal objetivo...é fazer frente à homogeneização simplificadora que geralmente está por trás de preconceitos e estereótipos. Bem sabemos que falar do 'índio' e do 'negro', ou do 'africano", é redutor e muitas vezes impede o reconhecimento de indígenas, negros e africanos como sujeitos e agentes da história.[115]

Como discutido anteriormente, nossos usos do biográfico são, fundamentalmente, como uma tentativa de superar essencializações e a escolha de Laudelina de Campos Mello revela nosso esforço em conferir visibilidade a vozes diversas em sala-de-aula.As *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana,* ao nos orientar para a construção de um ensino de história efetivamente anti-racista, possibilitam experimentar ações que devem ter como meta "o direito dos negros a se reconhecerem na cultura nacional (e) expressarem visões de mundo próprias..."[116]. Por isso, as agências e experimentações de Laudelina de Campos Mello

---

[114] AURELL, Jaume. Textos autobiográficos como fontes historiográficas: relendo Fernand Braudel e Anne Kriegel. SILVA, Wilton C. L. (tradução). História (São Paulo) v.33, n.1, p. 340-364, jan./jun. 2014 ISSN 1980-4369 341. p.340.

[115]ALBERTI, Verena . Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais. *Revista História*. Hoje, v. 1, nº 1, 2012. p.71.

[116]BRASIL. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. 2004. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/>. Acessado em janeiro de 2015.

são a chave para o trabalho didático que propomos junto ao 9º ano do ensino fundamental[117]. É a partir dela - mulher, negra, doméstica e militante - que procuramos compreender importantes e diferenciados momentos do nosso país durante o século XX, nas diversas "repúblicas", então instauradas no Brasil..

A par dessas formulações, o conceito de *relevância* é pensado em nosso trabalho. Sobre o papel desempenhado por esse *conceito-chave*, Alberti afirma que "*cabe introduzir ... a discussão de porque determinados personagens históricos são lembrados, e outros não, ou seja, o que, em história, é considerado 'relevante' (o que implica perguntar: 'Relevante para quem e por quê?').*"[118] Estamos comprometidos com um processo de ensino-aprendizagem que não só reconheça a diversidade, mas que valorize as diferenças, visando ao rompimento com hierarquizações de caráter étnico-racial e de gênero, questões incontornáveis para pensar a personagem principal que elegemos e também para refletir sobre as formas como construímos nossas relações na sociedade atual.

Acreditamos que nosso trabalho possa contribuir, como previsto nas *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica*, para que as identidades, as histórias e as culturas dos afro-brasileiros - aqui consideradas no plural - sejam valorizadas; para que o legado africano na construção da sociedade brasileira seja reconhecido e valorizado em posição de equidade em relação ao indígena, ao asiático e ao europeu;[119] e também, para o reconhecimento e valorização das agências e protagonismos das mulheres, para além do âmbito privado, na história do Brasil.

O foco nas agências de nossa protagonista requer, invariavelmente, o trabalho com outros *conceitos-chave* citados por Alberti. Primeiramente o acesso às suas histórias se dando através de pistas de seu passado exige que os estudantes interpretem-nas. A interpretação - de textos, depoimentos e fotografias - desempenha papel fundamental em nossas atividades e trava relações diretas com as investigações de *porquês* e suas *consequências* no que se refere às ações de Laudelina. No que se refere, por fim, à *cronologia*, apesar da opção de não adotar uma linearidade temporal como estruturante de nossa narrativa, o exercício da identificação

[117] Apesar de ter sido projetado o 9º ano do Ensino Fundamental, não há qualquer impedimento para que os materiais disponibilizados no Baú Biográfico sejam utilizados em sala de aula por professores(as) e estudantes de outras séries suscitando outros enfoques e questões.

[118] ALBERTI, Verena. Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais. *Revista História*. Hoje, v. 1, nº 1, 2012. pp.73,74.

[119] BRASIL. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. 2004. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/>. Acessado em janeiro de 2015.

de *mudanças e permanências*, priorizado em nossa proposta didática, tem como fundamento a percepção e compreensão do tempo histórico.

Laudelina vivenciou ativamente a militância relacionada às trabalhadoras domésticas em diferentes momentos durante o século XX. Desde de 1936, quando cria a primeira Associação de Empregadas Domésticas na cidade de Santos (SP), além do caráter beneficente, havia também a intenção de inserir essa categoria nos planos de Vargas, que naquele momento dedicava esforços aos sindicatos e à questão trabalhista. Como essa foi uma luta muito longa, na década de 1960, à frente da Associação de Campinas (SP), também fundada por ela, continuou pressionando representantes do Estado para esta causa. Conquistado o direito à sindicalização em 1988, Laudelina seguiu até os últimos anos de sua vida vinculada a esta militância. A luta pelo reconhecimento das trabalhadoras domésticas como categoria profissional, atravessa diferentes contextos de república e, as estratégias, as relações travadas e as respostas recebidas são diferentes e podem revelar o caráter de cada um dos projetos políticos levados à cabo nesses diferentes períodos.

A questão racial, neste *Baú Biográfico,*emerge da atenção aos legados dos tempos de escravidão que permaneceram caracterizando a sociedade brasileira ao longo do século XX e deixando marcas profundas nas histórias de Laudelina. Consideramos, todavia, fundamental apresentar ações de luta e resistência desenvolvidas por negros e negras, dando destaque aos movimentos fundados e/ou experienciados ativamente por Laudelina em diferentes momentos e aos avanços sociais que representaram em suas respectivas épocas. Já as relações de gênero virão à tona em atividades que partam , sobretudo, do papel desempenhado por nossa personagem em espaços públicos. A guerra e o mundo político, lugares relacionados ao homem pelo poder hegemônico em diferentes tempos, surgem em nossas atividades como espaços tensionados pela ação dessa mulher. Por outro lado a assimetria de responsabilidades entre mulheres e homens em relação ao trabalho doméstico, em diferentes tempos no Brasil republicano, é também assunto de nosso material. Consideramos importante ressaltar a perspectiva interseccional que nossa protagonista nos demanda, já que esses três eixos aqui expostos separadamente se entrecruzam em suas vivências. A questão trabalhista com a qual esteve envolvida está intimamente ligada à questão racial e de gênero, na medida em que a categoria das trabalhadoras domésticas é formada, em sua maior parte, por mulheres negras.

3.1 **Por dentro do *Baú***

O *Baú Biográfico* é composto por 5 oficinas subdivididas em atividades, com o objetivo de abordar em sala de aula temas como: mundo do trabalho e lutas trabalhistas; desigualdade racial e ações de resistência; desigualdade de gênero e ações de resistência. Todas as atividades exploram documentos de tipos variados ligados diretamente ou indiretamente às experiências de Laudelina de Campos Mello. Os estudantes terão contato com depoimentos de nossa personagem, transcritos ou em vídeo; com fotografias; matérias de jornais e revistas; cartas; leis; ofícios; dados estatísticos; e também com fragmentos de textos de alguns pesquisadores.

A seleção e organização das fontes disponibilizadas neste trabalho foram um grande desafio e seguiram alguns critérios. Primeiramente elegemos registros que consideramos atrativos as(aos) estudantes e que não oferecessem muitos obstáculos à compreensão. Por isso, muitas das fontes escritas que reproduzimos, por exemplo, seguem com transcrições das partes que supomos mais importantes para o desenvolvimento das atividades. Considerando a variação do número de aulas semanais e o tempo da hora-aula, elaboramos um material dividido em oficinas e atividades, maiores e menores, que podem ser trabalhadas separadamente pelo(a) docente de acordo com a realidade de seu *tempo pedagógico*[120]. Produzimos também fichas a serem preenchidas pelos estudantes durante atividades com o objetivo de auxiliar na interpretação e no questionamento dos registros históricos com os quais vão se deparar.

A oficina 1, intitulada **Passado em Preto e Branco** traz uma proposta de trabalho sobre as relações étnico-raciais no pós-abolição e ao longo do século XX. Partindo de depoimento de Laudelina de Campos Mello sobre sua infância nas primeiras décadas do século XX, orientamos o estudante, na Atividade 1, a pontuar elementos que insinuem continuidades entre aquele tempo e os tempos de escravidão. Esperamos que passagens como as que seguem abaixo chamem a atenção dos estudantes.

> "Nasci em Poços de Caldas, sul de Minas, em 12 de outubro de 1904. Filha de pais descendentes de escravos Marcos Aurélio de Campos e Sidônia...Minha infância foi de menina pobre...A minha mãe foi dada. Minha avó deu minha mãe pra irmã da sinhá dela...Então esta sinhá que minha mãe foi doada pra ela...Então a minha mãe foi dada pra esta sinhá que era pra pajear a menina moça dos patrões (...)

[120]BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2004, p.330.

> Aí a sinhá mandou buscar a minha mãe, mandou um português que era capacho dela lá(...) Aí ele (o português) começou a chicotear a minha mãe no caminho(...)
>
> A minha irmã estudou no colégio de freiras, onde minha mãe estudou com a filha da sinhá, minha irmã estudou nesse colégio, mas foi uma barra pois (o colégio) não aceitava negros. Ela conseguiu por intermédio do compadre que ela tinha. Todos nós fomos batizados, o que não foi batizado foi crismado por branco. Naquela época era tudo compadre branco..."[121]

Nos trechos destacados acima fica evidente que mesmo após a abolição da escravidão a liberdade se deu de forma limitada. Dona Sidônia, mãe de Laudelina, que jamais fora escravizada - nascera de ventre livre - fora doada para a irmã da "sinhá" da mãe para prestar serviços domésticos. Nota-se também que, mesmo "em tempos de liberdade", os castigos físicos e a subordinação aos brancos eram práticas muito comuns nas vidas de negros e negras, sendo esta última uma tática para se alcançar mínimos direitos como acesso à moradia, escola, alimentação dentre outros que lhes eram concedidos como favores de compadrio. Cabe ao docente seguir adiante nessa proposta e relembrar de outros acontecimentos associados a estas experiências, como a "Revolta da Chibata", por exemplo, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1910, que entre suas principais motivações estavam os constantes castigos físicos aos quais eram submetidos ex-escravizados e seus descendentes que naquele momento prestavam serviço como marinheiros.

A atividade 2 apresenta um fragmento do estudo etnográfico realizado por Elisabete Aparecida Pinto[122], no qual trata da relação, omitida publicamente durante mais de meio século, de nossa protagonista com religiões de matriz africana. Este modo de Laudelina de Campos Mello se relacionar com sua fé diante da sociedade é a nossa entrada para debater a discriminação religiosa sofrida por muitos praticantes da umbanda e do candomblé em outros tempos e também nos dias de hoje em nosso país. A fim de fomentar este debate disponibilizamos a matéria "Menina é apedrejada na saída de culto de candomblé no Rio", de 2015.[123]Já na atividade 3 trazemos registros fotográficos do ano de 1988, que retratam Laudelina e outras mulheres negras vestidas com trajes típicos de rituais religiosos de matriz africana em uma missa da Pastoral do Negro em Campinas.

---

[121] Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.

[122]PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.

[123] Uol Notícias, 16/06/2015. Disponível em:/http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/06/16/menina-e-apedrejada-na-saida-de-culto-de-candomble-no-rio.htm. Acesso em: junho/2016

[124]

Outubro de 1988. Laudelina de Campos Mello e outras militantes negras em missa organizada pela Pastoral do Negro de Campinas.

A análise das fotografias e a leitura de fragmento do artigo "Religião e identidade cultural negra: católicos, afrobrasileiros e neopentecostais", de Vagner Silva[125] são apresentados como recursos mobilizadores de reflexões sobre as variadas apropriações possíveis dos códigos normativos e as múltiplas identidades forjadas a partir desses processos de resistência. Segue um trecho do estudo de Silva:

> Um grupo de padres negros desde então tem investido num diálogo intenso com a tradição religiosa afrobrasileira. No diálogo entre catolicismo e candomblé, a pastoral afrobrasileira procura trazer elementos religiosos africanos para o interior da liturgia católica (...) A reinterpretação da imagem de Nossa Senhora da Aparecida, a padroeira negra do Brasil, vista como "Senhora Quilombola" é um bom exemplo.[126]

Dessa forma, além de abordarmos a convivência conflituosa e desigual entre diferentes culturas em nosso país, com o artigo de Silva, destacando esse processo de hibridização entre símbolos cristãos e do candomblé, inserimos debates sobre a importância dos descentramentos identitários e a valorização das diferenças para a construção de uma sociedade, de fato, democrática.

A oficina **Beleza, Cultura, Lazer e Arte:A afirmação da identidade negra,** segue o mote da questão racial por outro viés. Esta oficina é dividida em 2 atividades: a primeira delas traz matéria da Revista O Cruzeiro do ano de 1957 sobre o Baile do Concurso Pérola Negra; depoimentos de Laudelina de Campos Mello; e fotografias deste e de outros bailes e concursos de beleza negra por ela organizados. Nosso interesse é pontuar conquistas alcançadas a partir desses tipos de organizações e eventos e, estabelecendo uma comparação

[124] Fotografias do acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello.
[125] SILVA, Vagner Gonçalves da. Religião e identidade cultural negra: católicos, afrobrasileiros e neopentecostais. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011
[126] Idem, pp.296, 297.

entre esses - ocorridos entre fins das década de 1950 e início de 1960 em diversas cidades do interior de São Paulo - e o "Deusa de Ébano", concurso de beleza negra que acontece de 1975 até os dias atuais em Salvador – Bahia.Buscamos igualmente promover debates sobre caráter o histórico dos padrões estéticos de "beleza".

NOS SALÕES DO TEATRO MUNICIPAL DE CAMPINAS, ELEITA A

Pérola Negra

Página de matéria da Revista O Cruzeiro , de 18/05/1957**,** sobre baile do concurso Pérola Negra.

127

Registro de baile/concurso, realizado em Campinas- SP, em fins de 1950 ou início de 1960.

128

A segunda atividade dessa oficina apresenta registros de iniciativas culturais, como a Escola de Bailados Santa Efigênia e o I Salão dos Amigos das Belas Artes de Campinas, voltadas para a população negra e organizadas por Laudelina de Campos Mello, entre as décadas 1950 e 1960. Nesta oficina, de modo geral, nos dedicamos à articulação de afro-descendentes em associações e organizações de lazer, cultura e arte como instrumentos de resistência e de conquistas sociais frente ao racismo característico da nosso país em determinados contextos históricos. Utilizando registros destas realizações, damos destaque para ações de agentes históricos negras e negros em busca da equidade de direitos e de prestígio social. São exemplos de registros utilizados nesta atividade, o trecho do depoimento de Laudelina de Campos Mello e os registros fotográficos da apresentação de egressos da Escola de Bailados Santa Efigênia do artista Mário de Oliveira expondo suas telas no I Salão Campineiro dos Amigos das Belas Artes.

[127] Acervo O Cruzeiro/EM/D.A Press

[128]Disponível em http://umbaileparamatarassaudades.blogspot.com.br/. Acessado em junho/2016

"O nome dela era professora Leo Tigre. Eu a conheci por intermédio de alunas das famílias conhecidas da gente...me levaram pra conhecer a professora. Fui um dia assistir à aula, conversando com ela eu disse que tinha vontade de que Campinas tivesse (escola) para meninas negras, que a gente não conseguia aqui nas escolas do branco...[129]

Apresentação de alunos egressos da Escola de Bailados Santa Efigênia, no primeiro aniversário da Associação de Empregadas Domésticas de Campinas no ano de 1962.

Apresentação de alunos egressos da Escola de Bailados Santa Efigênia, no primeiro aniversário da Associação de Empregadas Domésticas de Campinas no ano de 1962.

130

O artista Mario de Oliveira e suas obras no I Salão Campineiro dos Amigos das Belas Artes 1960.

131

Como vimos, Laudelina denuncia uma das formas como se manifestava a discriminação racial em meados do século passado na cidade de Campinas, quando relata a dificuldade de acesso a atividades culturais por parte de negros e negras. O estudo desses registros, bem como o de outros que constam nesta oficina também permitem notar as facetas que a discriminação racial adquiria naquele contexto. Na matéria da Revista O Cruzeiro e nos depoimentos de Laudelina de Campos Mello explicita-se a segregação racial que marcava a

[129] Laudelina de Campos Mello sobre a fundação das Escola de Bailados Santa Efigênia, em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.

[130] Fotografia do acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello.

[131] Fotografia do acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello.

sociedade. Laudelina afirma sobre o concurso Pérola Negra, de 1957: "Então ficou, convidamos as candidatas, houve seleção, logo em seguida do lançamento do concurso nós fizemos coquetel para apresentação no Armorial, restaurante chique que negro nunca tinha entrado".[132] Já em um ofício da Câmara Municipal de Campinas em homenagem à realização do I Salão Campineiro dos Amigos das Belas Artes, a assimetria de prestígio social entre brancos e negros também se apresenta quando, mesmo em um elogio à mostra, sugere que as aptidões e habilidades de "homens de côr" no setor das artes eram à priori postas em dúvida, sendo necessário estes provarem do que são capazes.

> Foi realizado recentemente em Campinas o I Salão Campineiro de Amigos das Belas artes que constituiu um verdadeiro acontecimento social, pois reuniu dezenas de obras, de autoria de elementos de côr da nossa cidade os quais revelaram o quanto são capazes no setor da pintura, do desenho, da cerâmica, da arquitetura, das artes aplicadas e da poesia e da música....[133]

Por outro lado, a criação da Escola de Bailados Santa Efigênia e a produção do I Salão Campineiro dos Amigos das Belas Artes, do Baile de Debutantes Menina Moça, do Concurso Pérola Negra dentre outros, demonstram o empenho de Nina em valorizar e inserir público e artistas negros e negras na vida social e cultural da cidade e em dar uma resposta ao racismo insinuando espaços em meio a um lugar estruturalmente excludente.

A terceira oficina, "**A quem cabe a grita?"** é dedicada ao mundo do trabalho e dispõe de materiais sobre a luta trabalhista de modo mais abrangente - em sua relação com determinados governos - e, mais especificamente, sobre a luta das empregadas domésticas, com a qual nossa protagonista esteve intimamente envolvida. Divididos em 3 atividades seguem depoimentos em vídeo e transcritos; trechos da CLT e da carta constitucional de 1934; matérias e recortes de jornal; e uma carta anônima enviada à Laudelina de Campos Mello em 1961, ano da fundação da Associação da Empregadas Domésticas de Campinas.

A atividade 1 é um trabalho com fragmentos da Constituição de 1934[134], do Decreto-Lei da Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943[135] e de depoimentos da nossa protagonista.

---

[132]Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.

[133]Ofício da Câmara Municipal de Campinas parabenizando Laudelina de Campos Mello pela idealização e realização do I Salão Campineiro dos Amigos das Belas Artes. Apud. **PINTO, Elisabeth. Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991).** Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.

[134] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acessado em: junho/2016

[135] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acessado em: junho/2016.

Desejamos compreender a situação das trabalhadoras domésticas na década de 1930 e a inserção de Laudelina na luta por melhores condições de vida para essas profissionais, e verificar junto aos estudantes as conquistas e os limites das leis trabalhistas regulamentadas por Getúlio Vargas.O seguinte relato de nossa protagonista é um dos materiais que constam nessa atividade.

> A situação da empregada doméstica era muito ruim, a maioria daquelas antigas trabalharam vinte e três anos e morria na rua pedindo esmolas. Lá em Santos a gente andou cuidando, tratou delas até a morte. Era um resíduo de escravidão, porque era tudo descendente de escravos. (...) A Associação foi fundada dia 08 de julho de 1936...pra proteger as empregadas, em defesa do trabalhador doméstico, mas aí era mais assistência (...) No dia 05 de Setembro ía haver um congresso de trabalhadores na capital, que era Rio de Janeiro (...)O Getúlio já tinha instituído as leis Sindicais e ía haver o primeiro congresso. (...)As empregadas domésticas foram destituídas das Leis Trabalhistas, nós estávamos criando um movimento para ver se conseguia o registro do sindicato (...) Consegui com o secretário do Ministro que ele me deixasse falar com o Ministro. Fui falar com o Ministro, mas não adiantou nada porque não havia possibilidade de enquadramento de classe, as empregadas foram destituídas porque não traziam economia pro país.[136]

Na segunda atividade a matéria "João Goulart recebeu líderes sindicais de Campinas"[137] do jornal sindical *O Trabalhador Têxtil* e uma parte do depoimento de Laudelina de Campos Mello à pesquisadora Elisabete Pinto entre 1989 e 1990, sobre o governo de Jango e o golpe de 1964, são o mote para iniciarmos as discussões sobre a relação estabelecida pelos diferentes governos com os movimentos de trabalhadores e as táticas desenvolvidas por Laudelina de Campos Mello que a permitiram agir em favor dos interesses das domésticas explorando as brechas dos sistemas de governo aparentemente herméticos. No fragmento que segue, Nina relata a transformação da Associação que com o golpe de 1964, para não parar de funcionar, tem que abandonar seu caráter reivindicatório e se limitar a ações de caráter beneficente.

> Associação (das Empregadas Domésticas) não foi cassada, mas também não funcionou como entidade reivindicatória que era. (Nessa época de 64 a 68) foi liberada pra funcionar como instituição beneficente. Nesse período não foi realizado nenhum evento e nem reivindicamos nada...e aí foi votada uma lei para a Associação passar a ser como utilidade pública...então foi quando eu comecei a funcionar

[136]Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.

[137] João Goulart recebeu líderes sindicais de Campinas. O Trabalhador Textil. Campinas, jul/1962. Apud. Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.

> arranjando mantimentos, roupas, remédios (na Associação passou a ter) médico, dentista e advogado[138]

A terceira atividade desta oficina volta-se para o caso específico da luta das domésticas. Com recorte de jornal contendo matéria de título *Ela é o Terror das Patroas*[139]*;* a matéria *Domésticas de campinas travam luta por melhores condições de trabalho*[140]de 1961; vídeo e transcrição de fragmentos do depoimento de Laudelina ao Museu da Imagem de do Som de Campinas em 1989, visamos à compreensão, por parte dos estudantes, das reivindicações desta categoria no início da década de 1960. Nesse exercício é também imprescindível que sejam notados elementos característicos dos tempos de escravidão que assolavam o trabalho doméstico durante todo o século XX. Laudelina relata que:

> [...] a maioria daquelas antigas trabalhou 20, 30 anos, morreram na rua pedindo esmola. Lá em Santos várias delas a gente teve... Cuidou delas, tratou delas e cuidou até a morte porque elas não tinham condição. Não tinha família, não tinha ninguém por elas. Ainda um resíduo de escravidão, né. Que é tudo descendente de escravo, né. Aí foi quando surgiu a ideia e o apoio dos advogados e da comunidade de Santos.(...) Porque a maioria dos patrões que eu converso com eles, os bons, os maus e tudo, eles dizem o seguinte: "Dona Nina", ou "Nina", ou "Laudelina", eles dizem o seguinte. "Hoje a lei tá amparando, mas a maioria não é profissional". Eu disse: antigamente vocês tiveram profissional, tiveram empregada doméstica sem profissão. E vocês aceitaram. Porque foi escrava de vocês. Não tinha profissão pra vocês, mas ela nasceu já dentro da profissão. Eu, por exemplo, com sete anos já cozinhava, já tomava conta d´uma cozinha.(...) Então elas taxavam. Como ela está taxando na carta que ela me mandou...não sei se é mulher ou homem, que a empregada é malcriada, é...vagabunda, e...não cuida direito das coisas, que quebra tudo. Tira uma criatura da enxada e põe num palácio, gente. Tenha dó. E eles faziam, por quê? Porque elas vinham de graça. Trabalhavam de graça. Porque que eles íam buscar lá? Porque que eles não se juntaram com a gente logo na fundação pra formar profissionais? Pra amparar a empregada? Porque ajudava as duas partes. Não só a empregada. Sim ao patrão. A patroa diz: " A empregada não serve pra atender um telefone, não sabe receber um recado, não sabe nada, sabe nada, é sem educação e tal". Ela veio do nada! A mesma coisa foi o escravo. O escravo foi solto num campo aberto sem condição...[141]

Ainda nesta atividade, apresentamos uma carta anônima[142] enviada à Laudelina em ataque a sua militância junto às domésticas e propomos que os estudantes elaborem uma

---

[138] Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp

[139] Jornal da Cidade, 03/07/1967. Apud.Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp

[140] Jornal Novos Rumos. Campinas, 15 a 21 de dezembro/1961. Disponível em http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/. Acessado em junho/2016.

[141] Transcrição do de fragmentos do depoimento de Laudelina ao MIS - Campinas, no ano de 1989

[142]Carta anônima destinada à Laudelina de Campos Mello. Acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello

resposta a ela elencando argumentos em defesa da luta da categoria a partir das informações obtidas nas fontes anteriormente analisadas. Por fim, na tentativa de compreender as conquistas e os problemas ainda hoje enfrentados por essas trabalhadoras em nosso país, nosso material traz trechos de uma matéria do ano de 2015 intitulada "PEC das Domésticas"[143] que tem como principal finalidade informar os estudantes sobre as últimas resoluções a respeito dos direitos adquiridos por essa categoria e prepará-los para a realização de entrevistas com pessoas que desempenhem essa função nos dias atuais. Para auxiliar na realização dessas entrevistas disponibilizamos um roteiro e sugerimos que os resultados sejam discutidos em sala-de-aula.

A questão de gênero emerge mais especificamente na quarta oficina, **Lugar de Mulher? Onde é?**. Partindo das experiências de Laudelina fomentamos reflexões sobre o caráter social, histórico, das identidades feminino/masculino. A pergunta que dá título à oficina é, em parte, respondida pela atividade 1 *Na Guerra*, na qual contamos com depoimentos em vídeo e transcritos, que fornecem aos estudantes informações sobre a atuação de Laudelina de Campos Mello na defesa passiva auxiliar durante a II Guerra Mundial. O vídeo fornece, inclusive, imagens do uniforme por ela utilizado nesta ocasião. Ao relatar suas experiências, nossa protagonista nos propicia o debate sobre as identidades de gênero, como por exemplo na seguinte passagem:

> Em 41. Em 5 de setembro de 1941 eu já estava alistada e comecei a funcionar.
> -O que a senhora fazia?
> Tudo. Tudo que um soldado faz. Só não fomos pra frente, né. Tudo...Abrir trincheira, fazia aqueles exercício de guerra para levar os velho pros coisa lá...pros labirintos. Os ataques aéreos. Abria trincheira, carregava os soldados feridos. Eu dava expediente no Forte de Itaipus, onde estava a maior força, né, que é na entrada da Barra, daí eu fui escalada para..pra suprir os canhões. Então a cada bomba... tem que ser....carregava..tinha que ter cinco mulheres para carregar. Cinco soldadas, né. Então, carregava, aí eu colocava, porque os navios os....os tropedeiros vinham pra atacar, né.[144]

Na sua fala é possível notar a valorização das capacidades das mulheres de exercer qualquer tipo de função que lhes fossem destinadas, inclusive as que demandassem força, característica atribuída usualmente aos homens. Tratar da participação do Brasil na guerra a partir do olhar de Laudelina traduz a nossa opção por reconhecer atuações e protagonismos de mulheres na história do Brasil, afinal, em nosso território foi a atuação dessas agentes que deu a tônica da conjuntura como relembra Laudelina:

[143]Disponível em http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/06/pec-das-domesticas-leia-perguntas- e-respostas-e-tire-suas-duvidas-sancionado.html. Acessado em junho/2016.
[144] Depoimento de Laudelina de Campos Mello ao Museu da Imagem e do Som- Campinas, 1989.

> Eu me alistei como voluntária .....na defesa passiva e auxiliar de guerra. Durante a guerra eu fui servir, eu me alistei como voluntária...na defesa passiva e auxiliar de guerra, que os soldados tinham ido pra Itália, então o grupo feminino que acompanhava a vigilância da cidade.[145]

A atividade *Na Política*, também uma resposta à pergunta-título da oficina , propõe um trabalho sobre a atuação das mulheres na política brasileira em meados do século XX e nos dias atuais. Apresentamos fotografias de Laudelina de Campos Mello em eventos políticos durante a década de 1960 e propomos uma análise em conjunto delas orientada por uma ficha didática disponibilizada.

146

Representantes dos sindicatos de Campinas e Laudelina de Campos Mello, representando a Associação das Empregadas Domésticas de Campinas. Câmara dos Deputados, Brasília, 10 de agosto de 1965. Apud: PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação : a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991).** São Paulo: Anita Garibaldi, 2015, p.481.

147

Encontro de Laudelina com o ministro do trabalho, Jarbas Passarinho, Brasíiia (28 de maio de 1966). Reunião do ministro com os sindicalistas, solicitando o cumprimento das Leis Trabalhistas em vigor, e Dona Laudelina o enquadramento das empregadas domésticas nas Leis Trabalhistas. Apud. PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991).** São Paulo: Anita Garibaldi, 2015, p. 482.

Nossa intenção é a de que os estudantes atentem para a assimetria da composição do mundo político na década de 1960, o qual era hegemonicamente masculino (e branco).Consideramos importante a reflexão sobre as conquistas tardias de direitos por parte das trabalhadoras domésticas e a pouca representatividade da mulher (e da mulher negra) na política brasileira. A fim de expandir essas discussões, apresentamos um gráfico informativo da participação feminina na política brasileira no ano de 2014[148] e, fazendo-o dialogar com conjunto de fotografias da década de 1960, almejamos que os estudantes verifiquem semelhanças e diferenças nos cenários políticos de ontem e de hoje.

---

[145] Depoimento de Laudelina de Campos Mello à Elisabete Pinto, 1991. (Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.

[146] Fotografia do acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello.

[147] Fotografia do acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello.

[148]Disponível em https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica. Acessado em junho/2016.

Na Luta é a terceira resposta à pergunta-título **Lugar de Mulher? Onde é?.** Nessa atividade nos dedicamos à organização das domésticas. Um conjunto de fotografias registram Laudelina de Campos Mello e outras as militantes em diversas ações entre as décadas de 1960 e 1980; depoimentos de nossa protagonista relembram suas histórias de militância nesse contexto; e um gráfico informativo de 2009 traz estatísticas relacionadas ao uso do tempo nas tarefas domésticas por sexo. Em todas essas fontes nos interessa a percepção da predominância feminina no trabalho doméstico remunerado ou não.

Ao contrário do conjunto de fotografias trabalhadas na atividade anterior, a respeito do mundo político, os registros fotográficos dos eventos específicos da Associação - e posteriormente Sindicato - de Campinas demonstram, assim como os depoimentos, que o serviço doméstico, suas dificuldades e sua luta recaíam, majoritariamente, sobre as mulheres, daí a opção política de se referir à categoria no feminino.[149] Seguem exemplos:

Posse da diretoria da Associação da Empregadas Domésticas de Campinas em 5 de julho de 1962. Apud**.** PINTO, Elisabete. **Etnicidade, Gênero e Educação: Trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello.** São Paulo:Anita Garibaldi, 2015, 150

Laudelina de Campos Mello discursando no VI Congresso das Trabalhadoras Domésticas, Campinas, 1989.Apud PINTO, Elisabete. **Etnicidade, Gênero e Educação: Trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello.** São Paulo:Anita Garibaldi, 2015,p.485. 151

A seguir apresentamos pesquisas desenvolvidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que revelam que em 2009 o número médio de horas gastas por mulheres maiores de 16 anos em tarefas domésticas é mais que o dobro do tempo gasto por homens com o mesmo recorte etário no Brasil[152]. Propomos que (as)os estudantes façam um levantamento entre seus

[149]PINTO, Elisabete. **Etnicidade, Gênero e Educação: Trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello.** São Paulo:Anita Garibaldi, 2015

[150] Fotografia do acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello.

[151] Fotografia do acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello.

[152]Disponível em :http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf. Acessado em junho/2016.

colegas, meninos e meninas, sobre a execução de tarefas domésticas e discutam coletivamente os resultados obtidos.

Como última etapa deste material apresentamos a Oficina 5, **Narrando Vidas, Contando Histórias**,que consiste em uma indicação de atividade dedicada a produções de narrativas mais autônomas pelos estudantes a respeito das histórias de Laudelina de Campos Mello, com as quais tiveram contato nas oficinas anteriores. As(os) estudantes poderão apresentar as histórias de nossa personagem principal imprimindo as marcas de seus estilos e optando por linguagens com as quais mais se familiarizem. Pontuamos algumas orientações e possibilidades para esse trabalho, como a divisão da turma em quatro grupos, que escolheriam um dos temas das quatro oficinas trabalhadas anteriormente e, utilizando as informações obtidas em suas respectivas fontes, transporiam o que foi apreendido a novos formatos, como histórias em quadrinhos, curtas metragens, matérias jornalísticas, paródias musicais, dentre outros.

Ao refletir sobre estratégias para o trabalho da história das relações étnico-raciais em sala-de-aula, Verena Alberti[153] defende que, através de análises de registros históricos, os(as) estudantes sejam motivados a entender as pessoas do passado: como pensavam e agiam e de que modo seus pensamentos e ações faziam sentido em seu tempo. Laudelina de Campos Mello é a pessoa que elegemos para nos guiar em nossa visita ao passado e nos apresentar seus hábitos, costumes e formas de entender o mundo. Suas agências, analisadas como insinuações frente às regras normativas, possibilitam reconhecer diversas nuances da história do Brasil republicano. Para nós, suas histórias se iniciam antes de seu nascimento, quando nossa sociedade já imprimia marcas no ventre - Livre? - de sua avó e fazia a "liberdade" de sua mãe diferente de outras liberdades. Ao mesmo tempo seu falecimento não põe um ponto final em sua biografia, pois enquanto as domésticas continuarem lutando e enquanto negros e negras estiverem na luta por igualdade mais parágrafos de sua história continuarão sendo escritos.

Desejamos que a experiência dos estudantes de 9º ano do Ensino Fundamental com o nosso material, resulte no reconhecimento e na valorização das suas individualidades e na compreensão de que cada história de vida, inclusive a de cada um deles, é produto de uma equação entre as regras normativas de cada contexto histórico e as correspondentes reações e apropriações que os indivíduos fazem delas. O *Baú Biográfico* não guarda exemplos de

[153] ALBERTI, Verena . Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais. *Revista História*. Hoje, v. 1, nº 1, p. 61-88 - 2012.

conduta, mas a partir de Laudelina de Campos Mello materializamos nossas preocupações em relação a princípios éticos já sinalizados desde a década de 1990, nos Parâmetros Curriculares Nacionais[154]. As propostas didáticas que compõem nosso material estão à serviço do respeito e valorização das diferenças e da luta contra as desigualdades, únicas vias possíveis para a prática da cidadania como um conceito dotado, verdadeiramente, de sentido e para a construção de uma sociedade, efetivamente, democrática.

.

[154] BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Brasília : MEC/SEF, 1998. Disponível em http://portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o series. Acessado em abril de 2016.

CONCLUSÃO

O olhar de Laudelina sobre histórias que são dela, e também nossas, é acessado pelos estudantes através das fontes que disponibilizamos no *Baú Biográfico: O Brasil de Laudelina de Campos Mello*. Um baú aberto deixando expostos registros preciosos da uma vida: fotografias, cartas, documentos oficiais e até gravações em vídeo! Os(as) estudantes, orientados(as) pelo(a) professor(a), serão incumbidos(as) da tarefa de investigadores(as) e a partir daqueles vestígios do passado vão procurar compreendê-lo. Essa é a proposta do material didático que produzimos a partir das reflexões apresentadas.

A seleção aparece neste estudo como ato imprescindível a diversos processos. O próprio currículo, segundo a perspectiva que corroboramos, é uma arena de disputa envolvendo diversas forças assimétricas. Nele, ganham posição de destaque as ideias consonantes com o poder hegemônico e, de acordo com o grau de ruptura com este, vão sendo alocadas toda a variedade de vozes em disputa. A aula de história como narrativa tecida pelo(a) docente que escala seu time de personagens e os organiza do *close* até o plano aberto, revelando seus panos de fundo, molda com a força da sua subjetividade mesmo os documentos escrito, mais duros e, aparentemente, inflexíveis, que regulam atividade docente. Quando narra, o(a) professor(a) seleciona. Os registros orais de Laudelina de Campos Mello, e também os de outros tipos, que dispôs a pesquisadores sobre sua vida compõem a construção de uma narrativa autobiográfica que enquanto memória enuncia e silencia, ou seja, seleciona. Nós também selecionamos. O *Baú Biográfico* é um compartimento que guarda o que julgamos mais precioso. Quando nos lançamos sobre os registros de Laudelina de Campos Mello, escolhemos e organizamos os que melhor atendem a nossos interesses didáticos guiados por demandas do presente. E, por fim, não temos dúvidas de que o processo de ensino-aprendizagem exige também dos discentes a seleção do que lhes é apresentado.

Diante disso, não entendemos a impossibilidade de dar conta de todos os aspectos da vida de Laudelina e de todos os temas envolvidos na história do nosso país durante o tempo em que viveu como um entrave ao nosso trabalho. Lançamos mão do uso de biografias no ensino da história com o objetivo de, a partir de experiências concretas, superar generalizações e, por isso, estamos cientes de que questões específicas nos movem nesse desafio. A Primeira República, por exemplo, não foi a mesma para toda a população

brasileira; as mulheres negras não experienciaram o mercado de trabalho do pós-abolição do mesmo modo que os homens negros; negras e negros não foram tratados pelo novo regime da mesma forma que brancos e brancas; homens e mulheres têm histórias diferentes sobre a luta por direitos trabalhistas em diversos contextos; camadas socialmente privilegiadas não vivenciaram as mais diferentes conjunturas de uma mesma forma que aquelas destituídas de direitos elementares para seus tempos.

Como um balaio que enlaça uma e muitas vidas, passados e presente, o Baú Biográfico tem como meta buscar nas histórias de uma pessoa específica seus pontos de vista em relação a histórias nossas explorando o rico movimento entre o particular e o geral. Os 87 anos de histórias de Laudelina de Campos Mello possibilitam que determinados temas sejam analisados em diferentes tempos e que em determinados recortes temporais, possamos verificar a relação estabelecida com variados temas. Suas histórias são uma entrada para o debate a respeito de similaridades e diferenças entre variados tempos e contextos e sobre o próprio tempo e contexto em que professoras(es) e estudantes se encontram. A percepção de que a sociedade é passível de mudanças desperta para as possibilidades de transformações via agências no tempo presente. O Brasil de hoje ainda sofre os efeitos históricos das desigualdades racial, socio-econômica e de gênero e nossas ações e relações cotidianas se desenvolvem nos limites dessas assimetrias, porém nem sempre em nossa história ensinada esses marcadores sociais são postos em questão. Apostamos no exercício de compreensão das formas como essas relações se deram em outras circunstâncias, e como se apresentam hoje, como um instrumento mobilizador de transformações. Perceber agências individuais como promotoras de mudanças na sociedade ao longo do tempo, é fazer cada estudante despertar para a responsabilidade que tem diante da sua e da nossa história.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. "Em torno das 'Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana': uma conversa com historiadores".**Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, jan-jun/2008.

ALBERTI, Verena. "Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira". In: PEREIRA, Amilcar Araújo e MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

_____. Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais. *Revista História*. Hoje, v. 1, nº 1, p. 61-88 - 2012

ARFUCH, Leonor. **O Espaço Biográfico: Dilemas da Subjetividade Contemporânea.** Tradução: Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

AURELL, Jaume. **Textos autobiográficos como fontes historiográficas: relendo Fernand Braudel e Anne Kriegel**. Wilton C. L. Silva (tradução). História (São Paulo) v.33, n.1, p. 340-364, jan./jun. 2014 ISSN 1980-4369 341.

BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2003.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes Subalternos. Tese (doutorado em Sociologia). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2004..

BRASIL. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. 2004. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/>. Acessado em janeiro de 2015.

_____. **Lei nº 10639 de 29 de janeiro de 2003**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em: 06 fev 2014.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Brasília : MEC/SEF, 1998. Disponível em http://portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series. Acessado em abril de 2016.

BUTLER, Judith.Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOPES LOURO, G.(org.) **O corpo educado - Pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

CANEN, Ana. Sentidos e Dilemas do Multiculturalismo: Desafios Curriculares para o novo milênio. IN: LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Currículo: debates contemporâneos** - 3ª ed - São Paulo: Cortez, 2010, pp.174-195.

CARDOSO, Cláudia Pons. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. **Fazendo Gênero 8** - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

CASA LAUDELINA - Organização de Mulher Negra. Disponível em http://www.casalaudelina.org.br/#nos-laudelinas. Acessado em abril de 2016.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CHEVALLARD, Yves. **La transposición didáctica: Del saber sábio al saber esnseñado**. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 3ª ed., 2009.

COSTA, Suely.Conceito de gênero e ensino da história. X Encontro Regional de História. ANPUH- RJ. História e Biografias. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

COSTA, Warley da. A Escrita Escolar da História da África e dos Afro-Brasileiros: Entre Leis e Resoluções. In. PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria. Currículo, ensino de história e narrativa. Disponível em <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT12-3145--Int.pdf> Acesso em 28 de julho de 2015.

GANDELMAN, Luciana. Gênero e Ensino: Parâmetros Curriculares, Fundacionismo Biológico e Teorias Feministas. In. SOIHET, Rachel; ABREU, Martha (orgs.). **Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LEVI, Giovani. Usos da Biografia. In: MORAES, Marieta de; AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**, FGV Editora, 1996.

LIMA, Mônica. A África na Sala de Aula. Nossa História, ano 1, n° 4, fevereiro de 2004

LOPES, Alice Casemiro e MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011. LORIGA, Sabina. O pequeno x: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MATTOS, Hebe Maria. O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro:Casa da Palavra, 2003.

MATTOS, Ilmar Rohloff. Mas não somente assim. Leitores, autores, aulas como texto e o ensino aprendizagem de história. **Revista Tempo**. Departamento de História da UFF. V.11, n.21. Rio de Janeiro. Julho, 2006.

MONTERO, Ana Maria e GABRIEL, Carmen Teresa. Currículo de História e Narrativa: Desafios Epistemológicos e Apostas Políticas. In: MONTEIRO, Ana Maria; GABRIEL, Carmen Teresa; ARAÚJO, Cinthia Monteiro de; COSTA, Warley da (orgs.) **Pesquisa em Ensino de História: Entre Desafios Epistemológicos e Apostas Políticas**. - 1 ed. - Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras: Protagonismo Ignorado. Nova **História das Mulheres**. PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PALTI, Elias José. **Giro Linguístico e Historia Intelectual.** Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2012.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **Resistência também dentro da escola**. Revista de História da Biblioteca Nacional. nº101, fev/2014, p. 80.

_____. **Por uma autêntica democracia racial: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de História.** Revista História Hoje. vol. 1, n.1, jun/2012, p.111-128.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

_____. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.

REVEL, Jaques. Tradução de Carmem Lúcia Druciak. **História e Historiografia: Exercícios Críticos.** Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos [et al.]. História e Patrimônio: Guapimirim. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2012. 80 p.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e Regimes de Historicidade. In: MÉTIS: história & cultura – UCS.v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003

_____. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. Comunicação a ser apresentada na sessão "A abordagem biográfica: meios e fins em diferentes campos de expressão e saber" do GT "Biografia e memória social" no XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, outubro de 1998. Acessada em 14 de setembro de 2015 no site: http://www.anpocs.org/

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

_____. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Religião e identidade cultural negra: católicos, afrobrasileiros e neopentecostais. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011

SOIHET,Rachel; PEDRO,Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero.** *In. Revista Brasileira de História* Nº 54 vol. 27. São Paulo: ANPUH, jul.-dez, 2007

_____. **Discutindo Biografia e História das mulheres.** In: FUNK, Susana Bórneo; MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Glaucia de Oliveira (orgs.). Linguagens e Narrativas: Desafios feministas. Vol.1. Tubarão - SC: Copiart, 2014, p.79.

XAVIER, Regina. Biografando outros sujeitos, valorizando outra História: Estudos sobre a experiência dos escravos. In: SCHIMIDT, Benito Bisso (org.) **O Biográfico: perspectivas interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2000.

Acervos Consultados

Arquivo O Cruzeiro/EM/D.A Press
CASA LAUDELINA de Campos Mello
Museu da Imagem e do Som de Campinas
Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Outras referências

Menina é Apedrejada na Saída de Culto de Candomblé no Rio. Uol Notícias, 16/06/2015. Disponível em:/http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/06/16/menina-e-apedrejada-na-saida-de-culto-de-candomble-no-rio.htm. Acesso em: junho/2016

A Noite da Beleza Negra. http://www.ileaiyeoficial.com/noite-da-beleza-negra. Acessado em abril/2016

A PEC da Domésticas. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/06/pec-das-domesticas-leia-perguntas-e-respostas-e-tire-suas-duvidas-sancionado.html. Acessado em junho/2016.

Mais Mulheres na Política. Disponível em https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica. Acessado em junho/2016.

Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. 4ª edição. Disponível em:http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf. Acessado em junho/2016.

APÊNDICE - Baú Biográfico: O Brasil de Laudelina de Campos Mello

Nesta sessão apresentamos o material didático elaborado a partir das reflexões expostas na dissertação. Como já dito, trata-se de uma intervenção de caráter didático-pedagógica pensada para o 9º ano ensino fundamental, mas que possibilita que seus materiais sejam utilizados através de outros enfoques por docentes e estudantes em outras etapas da experiência escolar. No *Baú Biográfico* materializamos a aplicação dos usos do biográfico no ensino de história visando a atender demandas do tempo presente, especialmente sobre as relações étnico-racial e de gênero e, para isso, utilizamos as histórias de vida de Laudelina de Campos Mello como vias para a construção de conhecimentos históricos sobre o Brasil republicano.

Baú Biográfico

O Brasil de Laudelina de Campos Mello

FERNANDA NASCIMENTO CRESPO

Baú Biográfico

O Brasil de Laudelina de Campos Mello

Material didático apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Orientadora: Profª Drª Marcia de Almeida Gonçalves

São Gonçalo

2016

Sumário

Introdução **3**

Oficina 1 - Passado em Preto e Branco **7**

1. Marcas da escravidão no pós-abolição 8

2. Passado Presente: Quem tem direito de ter fé? 10

3. Cristianismo e Culto a Orixás: (Re)construindo identidades 13

Oficina 2 - Beleza, Cultura, Lazer e Arte:

A afirmação da identidade negra **17**

1. Beleza Negra 18

2. Cultura e Arte como Resistência 32

Oficina 3 - "A quem cabe a grita?" **42**

1. Quem é trabalhador? Avanços e limites da CLT 43

2. A luta sindical: entre a legalidade e a clandestinidade 48

3. "O Terror das Patroas" 51

Oficina 4 - Lugar de Mulher? Onde é? **63**

1. Na Guerra 64

2. Na Política 65

3. Na Luta 74

4. Ser menina como Nina 84

Oficina 5 - Narrando Vidas, Contando Histórias **87**

Referências Bibliográficas **89**

INTRODUÇÃO

O currículo de história tem sido um espaço de grandes tensionamentos em relação às questões racial e de gênero e muitas iniciativas que visam a atender a essas demandas no âmbito escolar têm encontrado, na prática, os obstáculos da essencialização e da folclorização das diferenças, que a despeito de boas intenções ou não, não fazem mais do que reafirmar estereótipos. Neste estudo, apostamos nos usos do biográfico, ou seja, na ideia de que histórias de vida constituem um recurso potencialmente fecundo para a superação desses entraves, e mais especificamente nas histórias de Laudelina de Campos Mello para a construção de conhecimentos sobre o nosso país.

Não temos interesse em apresentar uma protagonista como um exemplo a ser seguido, demonstrado a partir de uma trajetória heróica, coesa, homogênea, linear.[155] Nossa protagonista deve ser analisada enquanto agente, que traz em suas histórias de vida as marcas das relações sociais travadas em seu tempo e que, ao mesmo tempo, explora as brechas inerentes aos sistemas normativos. Almejamos, desse modo, que sejam iluminadas as suas ações frente às normatizações, seja em pleno acordo com elas ou experimentando-as em suas próprias contradições.[156]

O ano era 1988 quando as trabalhadoras domésticas foram finalmente reconhecidas enquanto profissionais e puderam fundar sindicatos no Brasil. Dona Nina já completava mais de meio século de luta junto a essa categoria e ainda permanecia como grande articuladora de suas reivindicações no ensejo da feitura e promulgação da Constituição Cidadã. Laudelina de Campos Mello fundou em 1936 a primeira Associação de Empregadas Domésticas do nosso país, na cidade Santos-SP, onde residia àquela época e especialmente por essa militância que perpassou tantas conjunturas políticas diferentes, seu nome é tido ainda hoje como referência.[157]

Nascida em 1904 na cidade de Poços de Caldas, em Mina Gerais, a vida da pequena Nina, neta de escravizados, fora embalada pelas opressões de um projeto de país que não contava com a sua presença. Desenvolvia-se a chamada Primeira República, inicialmente sob o comando das espadas dos militares e posteriormente sob o cabresto da aristocracia rural

---

[155] SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e Regimes de Historicidade. In: MÉTIS: história & cultura – v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003

[156] CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1984.

[157] BERNARDINO-COSTA, Joaze. Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes Subalternos. Tese (doutorado em Sociologia). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

brasileira e com ela a elaboração de projetos nacionais que sustentavam o Brasil como uma nação branca em seu cerne e os africanos e seus descendentes, recém-libertos, como elementos estrangeiros a essa nação. Em diálogo com certas apropriações da *eugenia*,tais projetos previam solucionar os problemas da sociedade brasileira eliminado as "raças inferiores", ou seja, planejavam o embranquecimento para a regeneração de um Brasil que consideravam "atrasado" na perspectiva positivista de progresso. Assim, a cidadania, intrínseca a qualquer república de fato, não fora pensada para recém libertos e afrodescendentes.

A situação da mulher negra no pós-abolição é ainda mais peculiar. No mercado de trabalho do pós-abolição os negros eram preteridos aos imigrantes europeus e seus descendentes, mesmo para a execução de atividades subalternas. Havia grande euforia entre as patroas brasileiras em contratar domésticas de pela clara, por exemplo; porém a presença da mulher negra nos serviços domésticos permanece predominante, visto que poucas eram as imigrantes européias dispostas a enfrentar as humilhações, o salário ínfimo, as extensas jornadas de trabalho impostas a estas trabalhadoras.[158]

As dificuldades vividas pelas empregadas domésticas foram vivenciadas por nossa protagonista desde cedo. Apesar de aos 16 ou 17 anos ter começado a exercer trabalho doméstico remunerado, desde os 7 anos aproximadamente, a pequena Nina já desempenhava funções em sua própria casa enquanto sua mãe trabalhava como lavadeira em um hotel. Com 12 anos já desempenhava a função de pajem esporadicamente além de cuidar dos próprios irmãos. Chamada pelo ministro do trabalho Jarbas Passarinho no ano de 1967 de o "terror das patroas", Laudelina teve sua vida marcada pela luta por melhores condições de trabalho para as domésticas e pelos direitos da população negra em nosso país.[159]

Sua atuação política fora marcada pelas relações com diversos militantes negros, comunistas e sindicalistas e o contato e interlocução com as várias organizações políticas distintas como a Frente Negra Brasileira, o Partido Comunista e o Teatro Experimental do Negro fazem parte das suas histórias. Organizações recreativas e educativas voltadas para a afirmação das(os) negras(os), como o concurso de beleza Pérola Negra, o Clube 13 de Maio e a Escola de Bailados Santa Efigênia foram obras de sua criação e articulação.[160]

---

[158] NEPOMUCENO, Bebel. "Mulheres Negras - protagonismo ignorado" In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*.São Paulo: Editora Contexto, 2012, pp.382-409.
[159] PINTO, Elisabete Aparecida. *Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991).* São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.
[160] Ibid.

Apenas aos 87 anos Vó Nina finaliza sua longa caminhada repleta de lutas e negociações e, a esta altura, a República já colecionava projetos e feições. Nossa personagem, por sua vez, colecionava histórias sobre racismo, afirmação e resistência; sobre negação e conquista de cidadania; sobre a luta e a conquista de diretos trabalhistas; sobre a assimetria referente às relações de gênero e as táticas desenvolvidas frente a isso. Até mesmo uma participação no movimento de defesa passiva e auxiliar na II Guerra Mundial - e a sobrevivência a um tiro - constam nessa lista! [161]

A chave deste Baú Biográfico nos foi dada pela pesquisadora Elisabete Aparecida Pinto, que em 1993 defendeu a dissertação Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991), vinculada à Faculdade de Educação da Unicamp. Tal importância se deve ao fato de a maior parte da produção do seu estudo etnográfico ter se dado sob o acompanhamento de nossa personagem principal em seus últimos anos de vida e ao material riquíssimo que a autora tem a generosidade de tornar disponível, como a transcrição de um extenso depoimento de Laudelina narrando suas histórias de vida de modo cronológico; e a reprodução de fotografias, cartas pessoais e documentos públicos relacionados a nossa protagonista - muitos deles descritos pela própria Laudelina! As fontes originais encontramos principalmente sob os cuidados da CASA LAUDELINA de Campos Mello Organização da Mulher Negra, do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas e Região e também encontramos alguns documentos no Museu da Imagem e do Som de Campinas.

Os depoimentos de dona Nina à Elisabete Pinto entre 1990 e 1991 e ao Museu da Imagem e do Som de Campinas em 1989 têm enorme importância em nosso trabalho. Recontar suas histórias pouco antes de falecer demonstra um desejo de registrá-las e estamos cientes de que a seleção é um processo intrínseco a esse ato. Ficaram registradas nesses depoimentos histórias sobretudo de sua atuação no espaço público e são a partir delas, e do cruzamento com outros tipos de fontes, como fotografias, matérias de jornal e revistas, cartas, ofícios dentre outras, que procuramos compreender suas histórias e as histórias de nosso país.

Os materiais selecionados foram organizados em quatro oficinas: **Passado em Preto e Branco** e **Beleza, Cultura, Lazer e Arte:A afirmação da identidade negra**, tratam da questão racial no pós-abolição. A primeira se atém às heranças da escravidão marcantes ainda no século XX; a segunda, dedica-se a táticas e articulações no âmbito da cultura e do lazer

[161] PINTO, Elisabete Aparecida. *Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991).* São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

engendradas por Laudelina de Campos Mello e outras negras e negros frente à discriminação racial . A oficina "**A quem cabe a grita?"** dispõe de materiais acerca da luta trabalhista de modo mais abrangente em sua relação com determinados governos e, mais especificamente, à das empregadas domésticas, com a qual nossa protagonista esteve intimamente envolvida. A partir da quarta oficina, intitulada **Lugar de Mulher? Onde é?**, propomos que a questão de gênero permeie o processo de ensino-aprendizagem da história do Brasil. Partindo das experiências de Nina visamos estimular as reflexões sobre o caráter social, histórico, das identidades feminino/masculino. Por fim, em **Narrando Vidas, Contando Histórias**, sugerimos que os estudantes, imprimindo as marcas de seus estilos, se lancem na aventura de contar histórias de nossa personagem abordadas nas oficinas anteriores através de narrativas variadas.

Um estudo sob a ótica de Laudelina consiste na inserção de nós docentes na disputa pela fixação de novos sentidos à nossa história. Compreendemos que o pouco conhecimento das lutas travadas por Laudelina de Campos Mello em nosso país é um exemplo nítido da assimetria de poderes revelada nos currículos escolares. Suas histórias de vida nos auxiliam a sustentar a ideia de que a história da população negra e das mulheres não é algo que se desenrola à parte da história do Brasil. Os 87 anos de histórias de nossa protagonista, vividos entre 1904 e 1991, nos possibilitam romper com esse confinamento quando propomos a abordagem da personagem em suas experimentações em relação a questões centrais para a história de nosso país, como a cidadania e sua negação à maior parte da população; as lutas contra desigualdades racial e de gênero e por melhores condições de trabalho.

Propor Laudelina como a protagonista do nosso enredo; eleger uma mulher negra doméstica, que não só foi espectadora, não teve sua vida meramente determinada pelos contextos históricos, mas foi atuante em diversas lutas ao longo das várias experiências de república no Brasil como personagem principal da nossa narrativa histórica didática é disponibilizar aos estudantes novas chaves para a compreensão tanto da história do Brasil quanto das suas próprias histórias de vida. Por isso, defendemos que esse tipo de abordagem apresenta elementos muito férteis com relação à construção do conhecimento histórico escolar. Desejamos, assim, dessacralizar a história, ou seja, através do uso de histórias de vida de uma pessoa comum aproximar a história experimentada pelos estudantes da história narrada. Tencionamos estimular a troca da sensação de vertigem que imobiliza frente às "grandes estruturas", pela possibilidade de ação frente às coerções dos contextos em que se inserem.

Oficina 1
Passado em preto e branco

Apresentação

As experiências de infância de Laudelina de Campos Mello se desenrolaram junto aos primeiros passos da liberdade do pós-abolição e também da recém nascida república no Brasil. Porém o "novo cenário" não parecia ter escalado seus personagens de forma tão nova assim e, mesmo já mais experientes, as nossas repúblicas mantiveram a sociedade brasileira sobre estruturas legadas dos tempos coloniais. A vivência de nossa personagem nos possibilita apreender continuidades ente o período escravista e o pós-1888, em especial no que se refere à condição social guardada à população negra; mas também nos guia por caminhos que iluminam as variadas ações de resistência produzidas por agentes da história como ela.

Objetivos

- Estimular a percepção crítica acerca das rupturas e continuidades que marcam o pós-abolição em relação à condição social da população afro-brasileira.
- Estimular a reflexão sobre o racismo que marca, estruturalmente, nossa sociedade.
- Debater as múltiplas formas de resistências travadas pelos(as) ex-escravizados(as) e seus descendentes frente à desigualdade racial em nosso país.

Atividade 1

Marcas da escravidão no pós-abolição

Orientação para a atividade

A partir dos materiais disponibilizados o estudante deve preencher a ficha, apontando elementos característicos dos tempos de escravidão que se mantiveram mesmo após a abolição.

Materiais

- Trechos de depoimentos de Laudelina de Campos Mello à Elisabete Pinto, entre 1990 e 1991.

- Ficha a ser preenchida

"Nasci em Poços de Caldas, sul de Minas, em 12 de outubro de 1904. Filha de pais descendentes de escravos Marcos Aurélio de Campos e Sidônia...Minha infância foi de menina pobre...A minha mãe foi dada. Minha avó deu minha mãe pra irmã da sinhá dela...Então esta sinhá que minha mãe foi doada pra ela teve uma filha só e nasceu aleijada: era aleijada, era surda, não andava, só vivia em uma cadeira de roda. Então a minha mãe foi dada pra esta sinhá que era pra pajear a menina moça dos patrões, então minha mãe carregava ela pra dar banho, dava comida na boca. Na hora que ela tinha acesso ela jogava prato vazio na minha mãe, minha mãe não podia falar nada, tinha que ficar quieta e agradar. A minha mãe aprendeu a ler assim acompanhando a sinhá moça na escola. Depois a minha mãe quando estava com 19, 20 anos casou, casou com um dos empregados deles lá mesmo. A minha mãe casou aí foi cuidar da casa dela, da família dela, mas tinha por obrigação dia sim dia não cuidar da sinhazinha, dar banho, fazer doce...Aí um certo dia lá, que ela estava com nervos a minha mãe chegou lá e ela começou a esbofetear a minha mãe na cara, aí minha mãe ficou revoltada...e disse:"eu não sou escrava, eu não vou aguentar mais isso, eu vou embora". Aí a sinhá mandou buscar a minha mãe, mandou um português que era capacho dela lá(...) Aí ele (o português) começou a chicotear a minha mãe no caminho...A sinhá velha, mãe da sinhá moça criou aquele ódio da minha mãe porque a minha mãe não ía cuidar da filhinha dela e começou a fazer pressão sobre a minha mãe(...)O avô da sinhá moça tinha dado uma casa pra minha avó e minha avó passou pra nós, pra minha mãe...Então ela (a sinhá) tirou a casa da minha mãe. (...)

A minha irmã estudou no colégio de freiras, onde minha mãe estudou com a filha da sinhá, minha irmã estudou nesse colégio, mas foi uma barra pois (o colégio) não aceitava negros. Ela conseguiu por intermédio do compadre que ela tinha. Todos nós fomos batizados, o que não foi batizado foi crismado por branco. Naquela época era tudo compadre branco. Então ela tinha um compadre que era dono de um grande hotel, Hotel Lealdade - Reinaldo Amarante. Era aquela velho costume da gente estar tomando benção do branco, de estar subordinado ao branco. Este doutro Reinaldo era fundador deste colégio, então (foi) ele que conseguiu..."

(Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.)

Marcas da escravidão no pós-abolição

ATIVIDADE 2

Passado Presente: Quem tem direito de ter fé?

Orientação para a atividade

A partir dos materiais disponibilizados o estudante deve preencher a ficha.

Materiais

- Fragmento da obra *Etnicidade, Gênero e Educação: Trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello*, de Elisabete Aparecida Pinto.
- Matéria de jornal *Menina é apedrejada na saída de culto de candomblé no Rio*, de 2015, publicada por Uol Notícias.
- Ficha a ser preenchida

"Os espaços de lutas coletivas, nos quais ela participou (partidos políticos, sindicatos e outros) nas décadas de 1920 a 1970, também não lhe proporcionaram a oportunidade de contemplar os símbolos culturais étnicos, ligados ao lazer ou à religião de origem africana, pois qualquer discurso seu que colocasse em evidência os símbolos afro-brasileiros nesses espaços deslegitimaria e desautorizaria a sua ação política. Entretanto em um dos seus últimos depoimentos, revelou ser adepta do candomblé ou da umbanda, conforme segue abaixo transcrito: *se eu não fosse filha de bons santos, se eu não fosse de uma corrente forte, se meus santos não me protegessem, meus orixás, eu iria presa como comunista.*...dona Laudelina...agia politicamente omitindo todo tempo a sua ligação com a religiosidade africana e se declarando publicamente católica. A iniciação de Dona Laudelina no candomblé ou umbanda pode ter se dado nos anos de 1927 a 1934, período em que residiu em São Paulo....Contudo, a identidade religiosa ficou na obscuridade e quase toda a sua vida."

PINTO, Elisabete. Etnicidade, Gênero e Educação: Trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello. São Paulo:Anita Garibaldi, 2015, pp. 505 e 506.

MENINA É APEDREJADA NA SAÍDA DE CULTO DE CANDOMBLÉ NO RIO

Uma menina de 11 anos foi ferida por uma pedra na cabeça ao deixar um culto de candomblé na Penha, zona norte do Rio de Janeiro. Segundo testemunhas, a menina foi atacada por evangélicos e foi vítima de intolerância religiosa. Com a pedrada, a jovem chegou a desmaiar e perder momentaneamente a memória

A ocorrência foi registrada na 38ª Delegacia de Polícia (Brás de Pina, na zona norte) como lesão corporal e prática de discriminação religiosa. Policiais buscam câmeras da região que tenham flagrado o crime.

Os autores da pedrada, que seriam dois homens, conseguiram fugir. Pouco antes da agressão, eles teriam xingado e provocado os adeptos do candomblé que estavam com a menina.

Uol Notícias, 16/06/2015. Disponível em:/http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/06/16/menina-e-apedrejada-na-saida-de-culto-de-candomble-no-rio.htm. Acesso em: junho/2016

Religiões de matriz africana citadas	
Relação da sociedade brasileira com referências culturais africanas ao longo do século XX	
Tática de Laudelina de Campos Mello frente à discriminação religiosa	
Relação entre o caso de Laudelina e o da menina de 11 anos assunto da matéria do ano de 2015	

Atividade 3

Cristianismo e Culto a Orixás: (Re)construindo identidades

Orientação para a atividade

a) A partir da observação das fotografias preencha a ficha 1.

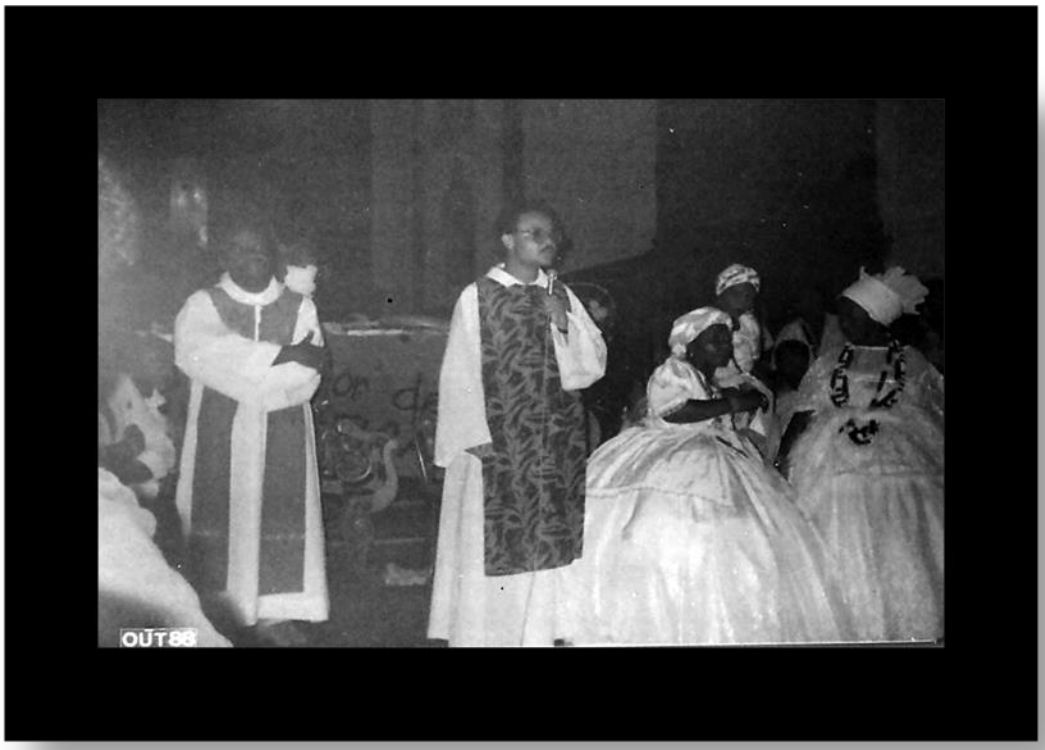
b) Relacione as situações apresentadas nas fotografias com as informações disponibilizadas pelo texto e registre na ficha 2.

Materiais

- Fotografias de missa da Pastoral do Negro em Campinas no ano de 1988.

- Fragmento do artigo "Religião e identidade cultural negra: católicos, afrobrasileiros e neopentecostais", de Vagner Silva.

- Ficha a ser preenchida



Outubro de 1988. Missa organizada pela Pastoral do Negro de Campinas.
Acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello

Outubro de 1988. Laudelina em missa organizada pela Pastoral do Negro de Campinas. Acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello

"...A realização em 1980 do primeiro Seminário de Teologia Negra e o Centenário da Abolição em 1988 impulsionaram o surgimento de diversas associações católicas voltadas ao negro sendo a mais importante a Pastoral Afrobrasileira com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Um grupo de padres negros desde então tem investido num diálogo intenso com a tradição religiosa afrobrasileira. No diálogo entre catolicismo e candomblé, a pastoral afrobrasileira procura trazer elementos religiosos africanos para o interior da liturgia católica (...) A reinterpretação da imagem de Nossa Senhora da Aparecida, a padroeira negra do Brasil, vista como "Senhora Quilombola" é um bom exemplo. A imagem desta santa é uma estátua de Nossa Senhora da Conceição que teria sido achada num rio com a cabeça separada do corpo, primeiro acharam o corpo e depois a cabeça. As partes foram coladas e um rosário foi colocado em torno do pescoço para disfarçar a emenda, aproximando-a da imagem de Nossa Senhora do Rosário, devoção das populações negras. Temos aqui duas representações: Conceição, padroeira do império português e Rosário, padroeira do povo oprimido, como a população negra. Como se a cabeça da santa fosse o Estado e seu corpo, o Povo. Desde então, e pelo fato de a cor da estátua ter "empretecido", resultado da ação da água do rio, a imagem tem sido vista por uma parte da população como a padroeira negra do Brasil (...) Na liturgia "inculturada" da "missa afro" vemos também que as tradições afros e católicas dialogam. Na comunhão, além do pão e vinho que representam o corpo e sangue de Cristo, os alimentos tradicionalmente oferecidos aos orixás são colocados ao pé do altar, há atabaques e dança dos fieis, e até a presença de sacerdotes das religiões afrobrasileiras..."

SILVA, Vagner Gonçalves da. Religião e identidade cultural negra: católicos, afrobrasileiros e neopentecostais. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011

Ficha 1

Ano em que foram produzidas	
Ambiente retratado	
O que mais chama sua atenção	

Ficha 2

OFICINA 2

Beleza, Cultura, Lazer e Arte:

A afirmação da identidade negra

Apresentação

Como táticas de articulação desenvolvidas frente às discriminações raciais a que foram submetidos, os afro-descentes fundaram uma série de associações, clubes e grêmios recreativos no pós-abolição e ao longo de todo o século XX. Laudelina de Campos Mello além de ter participado ativamente de diversas organizações negras, fundou no ano de 1920, em sua cidade natal Poços de Caldas -MG, o *Clube 13 de Maio*; em Campinas, no ano de 1955 a Escola de Bailados Santa Efigênia e organizou, principalmente ao longo das décadas de 1950 e 1960, diversos concursos de beleza como o "Pérola Negra"; bailes, como o "Menina Moça", para as debutantes negras; e eventos culturais como I Salão de Artes Amigos de Campinas, no qual artistas negros expuseram suas obras.

Objetivos

- Reconhecer as diversas formas de organização, luta e resistência travadas pela população negra durante o século XX no Brasil.

- Promover o debate acerca do caráter histórico da "beleza".

- Propiciar reflexões sobre o racismo passado e presente na sociedade brasileira.

- Estimular reflexões e posicionamentos de combate às desigualdades raciais.

Atividade 1

Beleza Negra

Orientação para a atividade

a) Consultar o depoimento e a matéria de jornal sobre o concurso Pérola Negra e preencher a ficha 1.
b) Consultar o depoimento e o panfleto de divulgação do Baile de Debutantes Menina Moça e preencher a ficha 2.
c) A partir da matéria de jornal sobre o concurso/baile Pérola Negra, fotos dos concursos e bailes das décadas de 1950 e 1960 e matéria e fotos sobre o concurso Deusa de Ébano, organizado pelo bloco afro Ilê Aiyê, em Salvador na Bahia que acontece até os dias atuais, preencher a ficha 3, comparando-os.

Materiais

- Transcrição de trechos do depoimento de Laudelina de Campos Mello à pesquisadora Elisabete Aparecida Pinto entre 1990 e 1991.
- Matéria da *Revista O Cruzeiro* sobre o baile do concurso Pérola Negra.
- Panfleto de divulgação do baile de debutantes Menina Moça.
- Fotografias de concursos e bailes da beleza negra dos anos 1950 e 1960.
- Matéria de divulgação oficial do concurso Deusa de Ébano, do bloco afro Ilê Ayiê.
- Fichas a serem preenchidas

"Começamos a conversar preparando os programas das seguintes festas quando Jair Clemente, olhando para o amanhecer do dia e disse:
- Nós não podíamos fazer um festival homenageando a raça negra? Que tal Pérola Negra? A senhora ficaria na coordenação das candidatas selecionadas.

Então ficou, convidamos as candidatas, houve seleção, logo em seguida do lançamento do concurso nós fizemos coquetel para apresentação no Armorial, restaurante chique que negro nunca tinha entrado (...) O concurso foi instituído por votos, elas vendream os votos, esses depositados numa urna do Diário do Povo, todo final de semana a comissão fazia a contagem e era publicado pela imprensa. O Diário do Povo patrocinou uma parte do concurso.

Houve classificação final, das dez entre essas, cinco finalistas: Marcilia Gama, Cicera de Oliveira, Maria de Fátima de Andrade, Odete Amaral, e Lucilia Duarte. Ganhou a Marcilia Gama. No mesmo mês realizamos o baile Menina Moça."

(Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.)

NOS SALÕES DO TEATRO MUNICIPAL DE CAMPINAS, ELEITA A

Pérola Negra

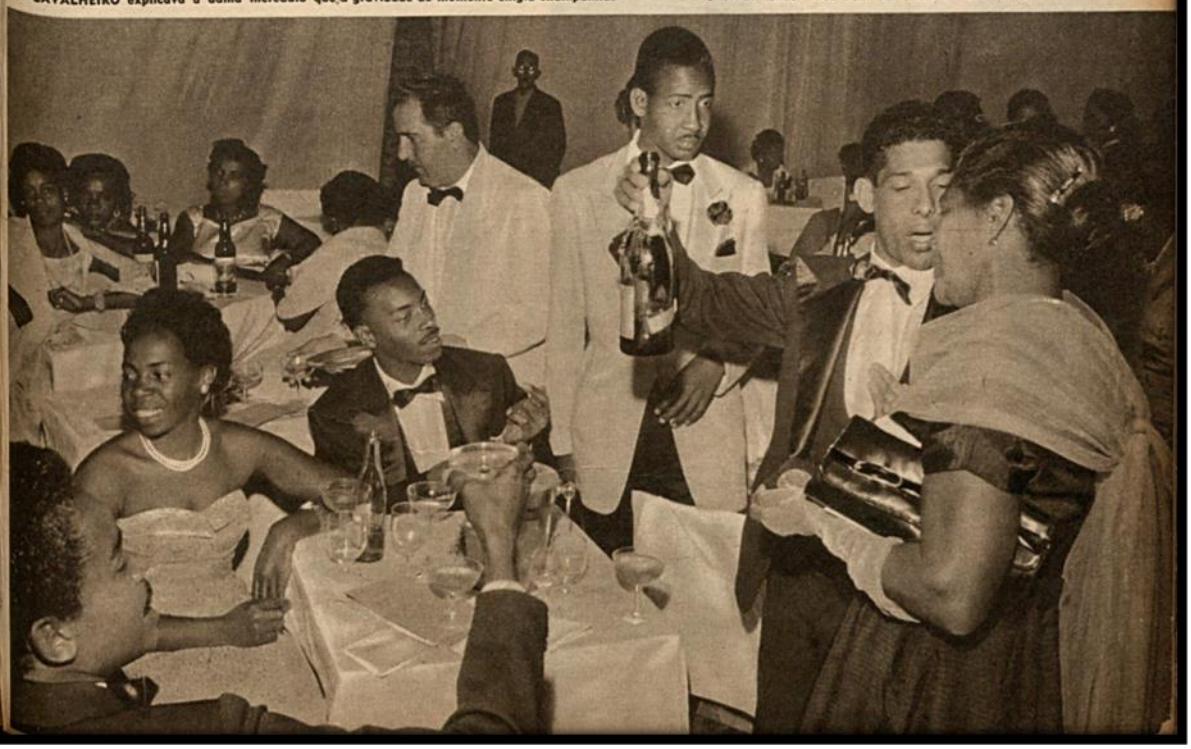
Pela primeira vez no Brasil, um concurso de beleza da sociedade negra é realizado num Teatro Municipal — O vice-governador de São Paulo, Porfírio da Paz, presidiu o júri que escolheu a mais bela jovem de côr de Campinas.

Texto de NEIL FERREIRA Fotos de GEORGE TOROK

PELA primeira vez no Brasil, a sociedade negra de uma cidade realizou um baile de gala e escolheu a sua rainha no ambiente suntuoso de um Teatro Municipal, congraçando-se numa festa que alcançou o mais amplo sucesso. Foi em Campinas (no Estado de São Paulo) que o jornal "Diário do Povo" resolveu concretizar um dos velhos sonhos da numerosa família negra, organizando e levando a efeito o concurso que escolheria a "Pérola Negra de Campinas". A vencedora seria a jovem de côr que reunisse maiores predicados em elegância, graça, beleza, cultura e simpatia, e seria apontada num baile cuja renda reverteria em benefício do Pôsto de Puericultura Beatriz Helena e Corporação Musical dos Homens de Côr. Bastou que a idéia fôsse anunciada para receber o integral apoio da Associação Cultural dos Negros do Estado de São Paulo e, imediatamente, vinte jovens foram inscritas. Escolheu-se, então, um júri que, durante um coquetel no "Lo Schiavo" (um dos lugares mais finos da cidade), levando em conta a formação moral e o grau intelectual, deveria selecionar nove entre as vinte concorrentes. Apontadas as nove semifinalistas, procedeu-se à eleição pública que apontaria as cinco finalistas. Durante três meses enorme movimento marcou o concurso e o baile final era esperado com grande expectati-

UM AR "snob" fica bem em ocasiões como estas.

E O CAVALHEIRO explicava à dama incrédula que a gravidade do momento exigia champanha.



Revista "O Cruzeiro", 18/05/1957, ano XXIX, nº 31. Arquivo O Cruzeiro/EM/D.A Press

PÉROLA NEGRA CONTINUAÇÃO

UMA SEMANA ANTES DO BAILE, ESGOTARAM-SE A

O ÚLTIMO BAILE realizado no Teatro Municipal de Campinas.

va. A medida que os resultados iam aparecendo, delineando as posições, verdadeiras torcidas das candidatas procuravam angariar votos para as suas preferidas. Quando ia se aproximando a data do baile, foram confeccionados convites que se esgotaram em tempo quase recorde, prevendo grande afluência de público para a grande noite. Foi aí que surgiu o problema. Onde realizar o baile? A sociedade negra de Campinas não possui salão de festas e, dada a grande procura de ingressos, sòmente um local bastante amplo serviria. O Tênis Clube não poderia ceder o seu local porque já havia marcado o baile da "Glamour Girl". A única solução seria o velho e austero Teatro Municipal. Mas êsse Teatro já possuía uma tradição bastante antiga. Ali havia sòmente um baile por ano. Era a apresentação das debutantes da Sociedade Hípica, nada mais nada menos do que a fina flor da sociedade da terra.

Continua na página 129

ELAS CHEGAVAM elegantes e "coquettes". Êles abriam alas.

← PÉROLA NEGRA em vestido branco. Marcilia fax jus ao título.

Revista "O Cruzeiro", 18/05/1957, ano XXIX, nº 31. Arquivo O Cruzeiro/EM/D.A Press

Revista "O Cruzeiro", 18/05/1957, ano XXIX, nº 31. Arquivo O Cruzeiro/EM/D.A Press

Nos Salões do Teatro Municipal de Campinas eleita a

PÉROLA NEGRA

"Pela primeira vez no Brasil a sociedade negra de uma cidade realizou um baile de gala a escolher a sua rainha no suntuoso Teatro Municipal congraçando-se numa festa que alcançou o mais amplo sucesso. Foi em Campinas (no Estado de São Paulo) que o jornal "Diário do Povo" resolveu concretizar um dos velhos sonhos da numerosa família negra, organizando e levando a efeito o concurso que escolheria a Pérola Negra de Campinas. A vencedora seria a jovem de cor que reunisse maiores predicados em elegância, graça, beleza, cultura e simpatia, e seria apontada num baile cuja renda reverteria em benefício do Posto de Puericultura Beatriz Helena e Corporação Musical dos Homens de Cor. (...) Escolheu-se então um júri, que durante um coquetel no "Lo Schiavo" (um dos lugares mais finos da cidade), levando em conta a formação moral e o grau intelectual deveria selecionar nove entres as vinte concorrentes. Apontadas as nove semifinalistas, procedeu-se à eleição pública que apontaria as cinco finalistas." Durante três meses enorme movimento marcou o concurso e o baile final era esperado com grande expectativa. (...) À medida que os resultados iam aparecendo, delineando as posições, verdadeiras torcidas das candidatas procuravam angariar votos para as suas preferidas. Quando ia se aproximando a data do baile, foram confeccionados convites que se esgotaram em tempo quase recorde, prevendo grande afluência de púbico para a grande noite. Foi aí que surgiu o problema. Onde realizar o baile? A sociedade negra de Campinas não possui salão de festas e, dada a grande procura de ingressos, somente um local bastante amplo serviria. O Tênis Clube não poderia ceder o seu local porque já havia marcado o baile da "Glamour Girl". A única solução seria o velho e austero Teatro Municipal. Mas esse teatro já possuía uma tradição bastante antiga. Ali havia somente um baile por ano. Era a apresentação das debutantes da Sociedade Hípica, nada mais nada menos do que a fina flor da sociedade da terra.

A sociedade apelou para o prefeito e este cedeu, excepcionalmente, o Teatro. A sociedade rejubilou-se com a concessão: faria o seu baile e fecharia a época social do vetusto casarão da terra de Carlos Gomes. O concurso tomou novo impulso e pessoas de São Paulo, Rio, Americana, São Carlos, Franca e representantes da sociedade de cor de todas as cidades vizinhas reservaram seus ingressos, prepararam os vestidos e "smokings" para a grande noite. (...) E aqueles lustres, que há cinquenta anos iluminam o que há de mais fino na sociedade campineira, não foram decepcionados. Iluminaram também desta vez "smokings" do mais puro corte inglês, modelos de Dior, Fath e Givenchy e "visons" legítimos. (...)

Após longos debates, o júri chegou a uma definição. Apontou a Srta. Marcília Gama a "Peróla Negra de Campinas". A faixa simbólica e a clássica valsa ficaram a cargo do vice-governador. O sucesso da festa animou os seus organizadores, que irão agora construir a sede da sociedade negra e inaugurá-la com o baile das Debutantes, semelhantes ao que se realiza anualmente no Hotel dos Presidentes dos Estados Unidos, e único no gênero na América do Sul."

Quem foi ao "Baile de Gala Pérola Negra"
sabe como será

"O BAILE DAS DEBUTANTES NEGRAS"

As revistas "O Cruzeiro" e "Manchete" farão
a cobertura de mais êste grande acontecimento

LUZES - CORES - MUSICA - ROMANCE E
MUITA POESIA NO PRIMEIRO

"BAILE DAS DEBUTANTES NEGRAS"

EM 26 DE OUTUBRO DE 1957
NO GINÁSIO DO REGATAS

No Primeiro "Baile das Debutantes Negras", você terá:

1) - Uma Decoração Maravilhosa
2) - Um "Shou" fabuloso
3) - A elite negra do Estado
4) - Um acontecimento inigualável

e a presença da famosa atriz

RUTH DE SOUZA

TRAJE: RIGOR

PREÇOS:
Cavalheiros - Cr.$ 200,00
Damas - Cr.$ 150,00
Mesas - Cr.$ 400,00

Reserve com antecedência seu convite e a sua mesa, porque
estarão todas as cidades do Estado mandarão delegações re-
presentar o "PRIMEIRO BAILE DAS DEBUTANTES NEGRAS".

Dia 26 de Outubro, no Ginásio do Regatas

Acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello

"Quem foi ao Baile de Gala Pérola Negra sabe como será 'O Baile das Debutantes Negras'.
As revistas "O Cruzeiro" e "Manchete" farão a cobertura de mais este grande acontecimento..."

(Transcrição de parte do anúncio do Primeiro Baile das Debutantes Negras, 1957)

Laudelina de Campos Mello no Baile Pérola Negra, Campinas, 1957.
Acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello

Laudelina de Campos Mello em coquetel oferecido às candidatas do concurso Pérola Negra, Campinas, 1957.

Laudelina de Campos Mello com a atriz Ruth de Souza no baie de debutantes negras Menina Moça, Campinas, 1957. Acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello de Campos Mello.

Laudelina de Campos Mello com as participantes do concurso e baile do Fidalgo Clube, fins de 1950 ou início de 1960. Acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello.

Laudelina de Campos Mello com o cantor Jair Rodrigues e a vencedora do Concurso Miss Simpatia, fins de 1950 ou início de 1960. Acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello.

Registro de baile/concurso, fins de 1950 ou início de 1960. Acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello.

Registro de baile/concurso, fins de 1950 ou início de 1960.
Disponível em http://umbaileparamatarassaudades.blogspot.com.br/. Acessado em junho/2016.

Registro de baile/concurso, fins de 1950 ou início de 1960.
Disponível em http://umbailepara matarassaudades.blogspot.com.br/. Acessado em junho/2016.

A NOITE DA BELEZA NEGRA

"A Noite da Beleza Negra do Ilê Aiyê é hoje o maior concurso de beleza e exaltação da mulher negra no Brasil. Nele, o Ilê Aiyê elege a Deusa do Ébano (Rainha do Ilê), que tem a missão de levar ao público todo encanto e consciência que a mulher negra necessita para elevar sua auto-estima e censo crítico.

O concurso acontece desde 1975 e nasceu a partir da constatação de que não havia nenhum registro de que uma mulher negra tivesse ousado concorrer em uma competição de beleza. Apesar de a população brasileira ser majoritariamente mestiça, o biotipo de mulheres que o Brasil exportava a partir dos seus concursos de beleza não correspondia à realidade étnica nacional.

Com o surgimento do Ilê Aiyê, sobretudo após a criação da Noite da Beleza Negra, veio à tona a discussão acerca "de ser negro", da negritude e do padrão de beleza diferente, mas longe de ser inferior.

A estética do concurso é regida pelos trançados dos cabelos, estamparias do tecido, pela graça da dança, mas, sobretudo, pela consciência da candidata no que diz respeito a sua negritude, sendo ela atuante na comunidade nesse sentido..."

(Disponível em http://www.ileaiyeoficial.com/noite-da-beleza-negra. Acessado em abril/2016)

Ficha 1

ANO	
TIPO DE EVENTO	
OBJETIVO	
AVANÇOS PROMOVIDOS NOS HÁBITOS E COSTUMES	

Ficha 2

ANO	
TIPO DE EVENTO	
OBJETIVOS	
AVANÇOS PROMOVIDOS NOS HÁBITOS E COSTUMES	

Ficha 3

---------- ----------	**PÉROLA NEGRA** **(e outros dos anos 1950 e 1960)**	**DEUSA DE ÉBANO** **(de 1975 até os dias atuais)**
Vestimentas		
Penteados		
Critérios de Avaliação dos jurados		

SEMELHANÇAS	**DIFERENÇAS**

Atividade 2

Cultura e Arte como Resistência

Orientação para a atividade

a) A partir da leitura do Ofício da Câmara Municipal de Campinas e do depoimento de Laudelina de Campos Mello, preencha a ficha 1 com elementos que evidenciem a desigualdade racial que marcava o Brasil na metade do século XX.

b) Consultando as fontes disponíveis, preencha a tabela comparativa entre as duas iniciativas culturais: Escola de Bailados Santa Efigênia e I Salão Campineiro dos Amigos das Belas Artes.

Materiais

- Transcrição de trechos do depoimento de Laudelina de Campos Mello à pesquisadora Elisabete Aparecida Pinto entre 1990 e 1991.

- Ofício da Câmara Municipal de Campinas sobre I Salão Campineiros dos Amigos das Belas Artes

- Fotografias sobre Escola de Bailados Santa Efigênia e I Salão Campineiros dos Amigos das Belas Artes

- Recorte de Jornal sobre I Salão Campineiros dos Amigos das Belas Artes

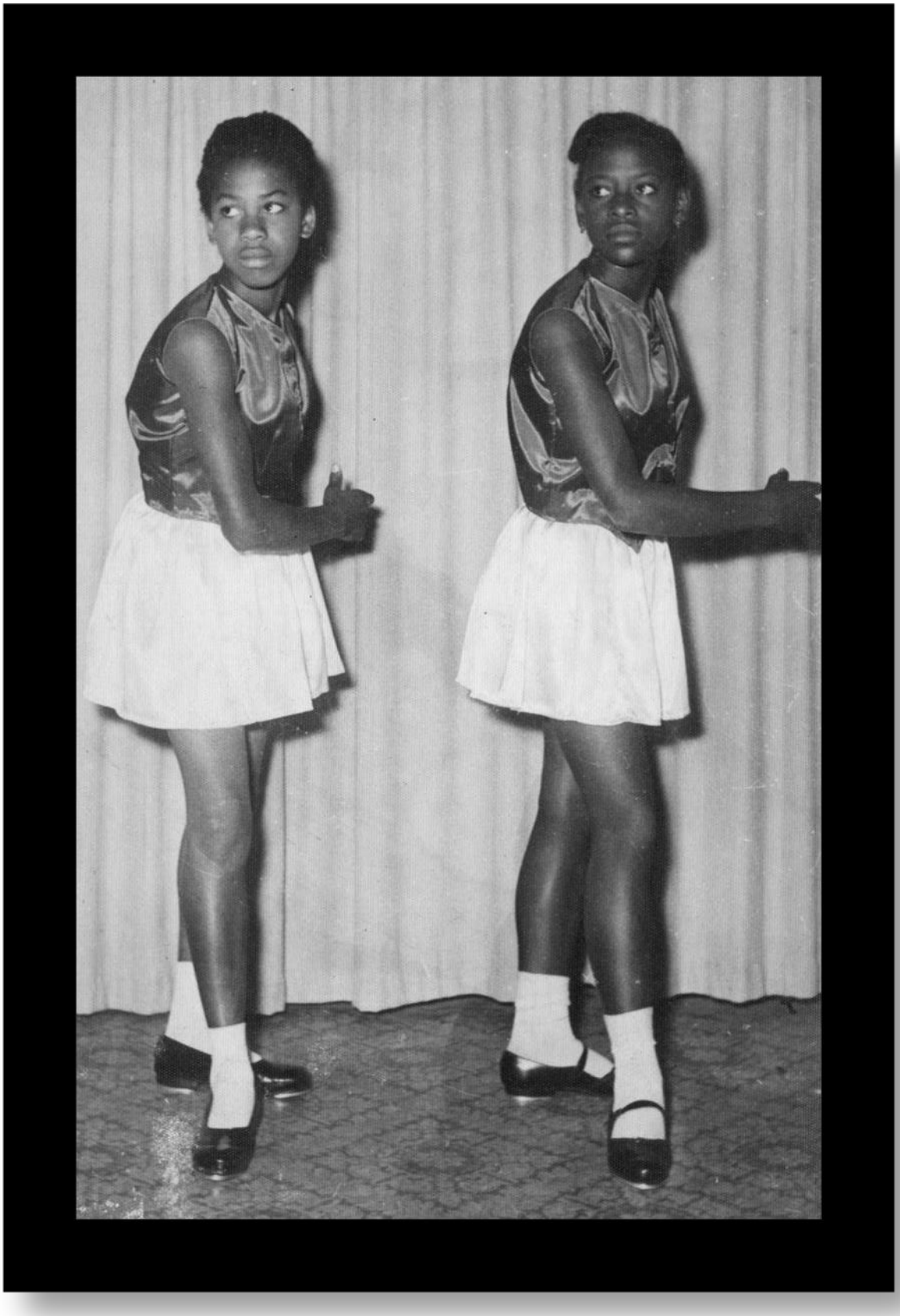
- Fichas a serem preenchidas

Escola de Bailados Santa Efigênia

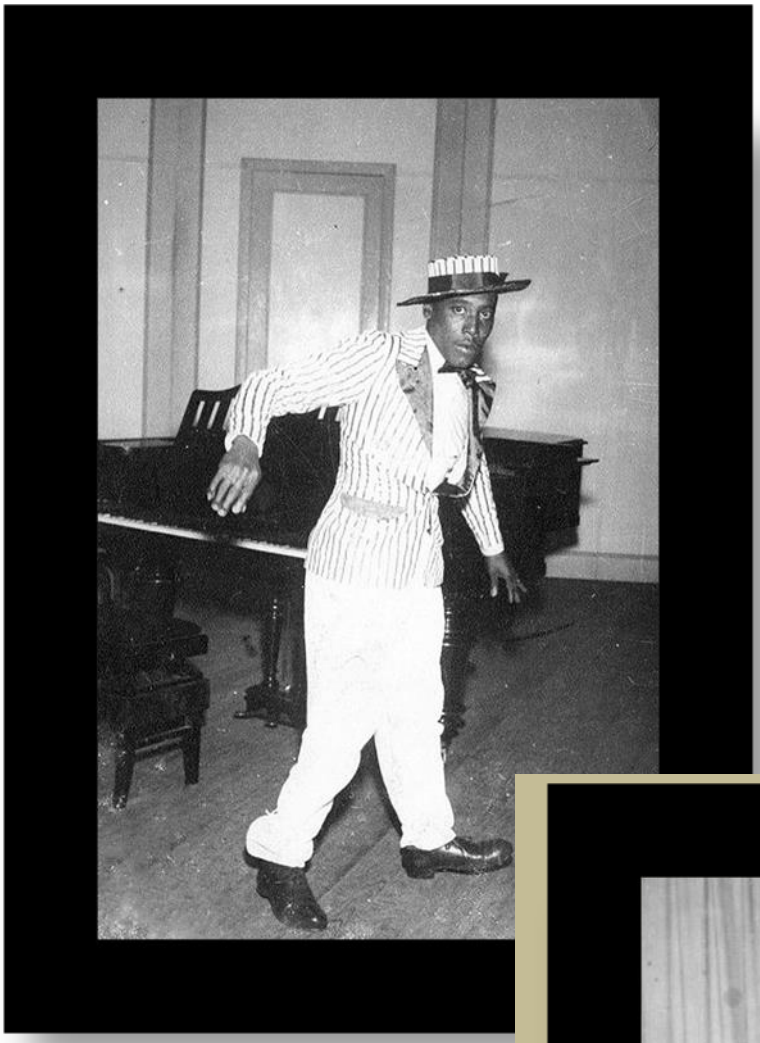
"O nome dela era professora Leo Tigre. Eu a conheci por intermédio de alunas das famílias conhecidas da gente...me levaram pra conhecer a professora. Fui um dia assistir à aula, conversando com ela eu disse que tinha vontade de que Campinas tivesse (escola) para meninas negras, que a gente não conseguia aqui nas escolas do branco (...) Havia o curso de bailados clássicos, curso de sapateado e o curso de danças modernas, danças populares. Nós tivemos um grande número de alunos brancos, alunos e alunas, porque havia aula de dança moderna, tinha pra cavalheiros, rapazes, pra moças, bailados pra crianças e moças. Nós fundamos o teatro pra também, dentro do bailado clássico funcionar a parte teatral então nós apresentávamos peças teatrais de benefício."

(Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.)

Apresentação de alunos egressos da Escola de Bailados Santa Efigênia, na comemoração de 1 ano da Associação de Empregadas Domésticas de Campinas, 1962.
Acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello



Apresentação de alunos egressos da Escola de Bailados Santa Efigênia, na comemoração de 1 ano da Associação de Empregadas Domésticas de Campinas, 1962. Acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello.



Apresentação de alunos egressos da Escola de Bailados Santa Efigênia, na comemoração de 1 ano da Associação de Empregadas Domésticas de Campinas, 1962.

Apresentação de alunos egressos da Escola de Bailados Santa Efigênia, na comemoração de 1 ano da Associação de Empregadas Domésticas de Campinas, 1962.
Acervo CASA LAUDELINA
de Campos Mello.

I Salão Campineiro dos Amigos das Belas Artes

"Foi quando eu dei a sugestão pra fazer a exposição. Aí um dia conversando com Bráulio naquela época a gente tinha o teatro, então o Bráulio dizia pra mim: arranja alguma coisa pra gente ocupar o teatro, ocupar o espaço (riu)....

- Você sabe, Bráulio, faz tempo que estou com isso na cabeça então eu estou pensando agora, eu vou falar pra você o que estou pensando, eu estou pensando em fazer uma exposição de valores negros. (...)

Eu comecei a falar que a gente poderia apresentar pintores, trabalhos manuais, trabalhos artísticos, cerâmicas, música, tudo, né... (...)

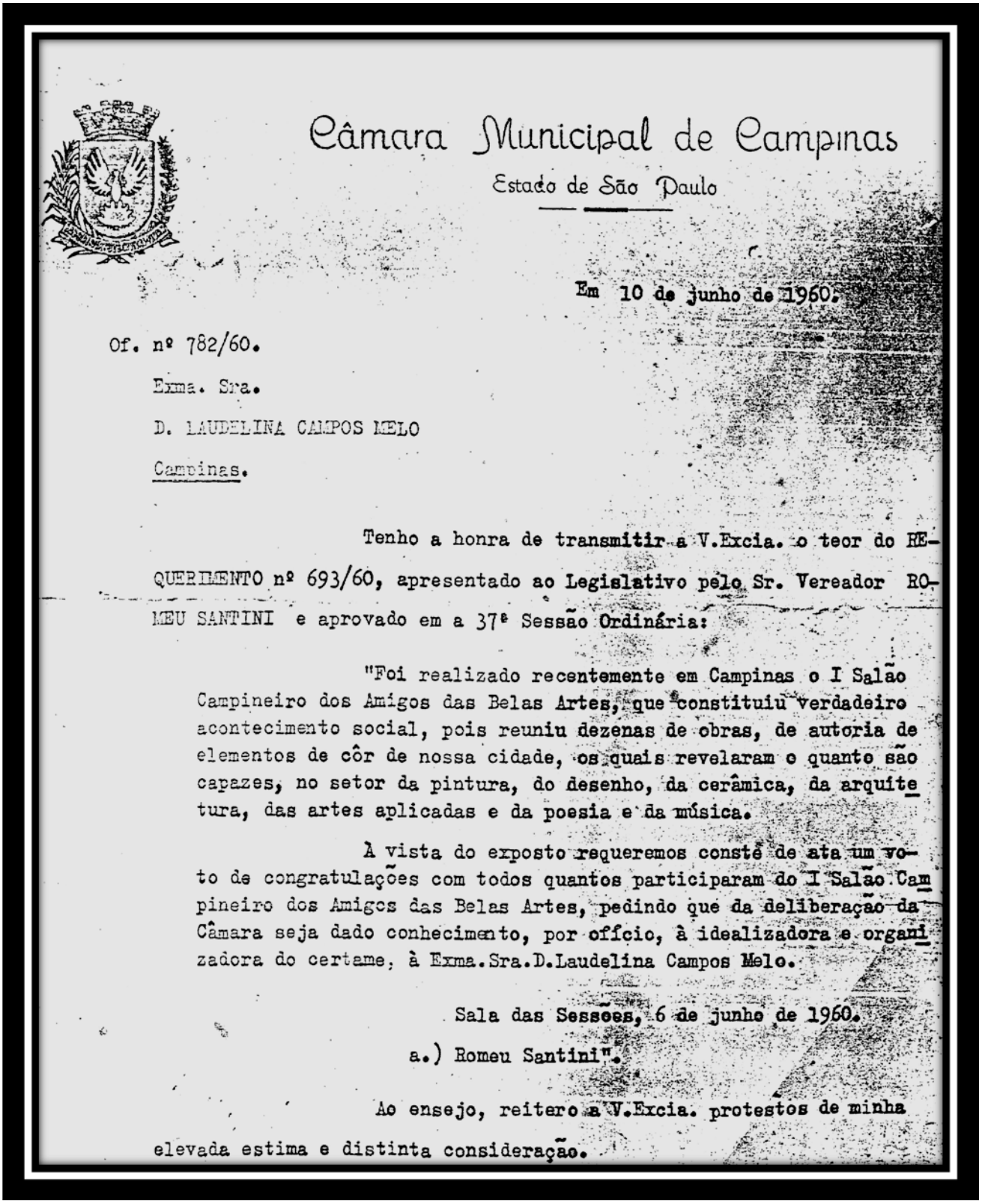
Nós começamos a convidar (às pressas) fomos na casa de seu Luizinho, ele já tinha quadros prontos, ele pintou mais...naquela época a gente estava fazendo o movimento do elemento negro, era o dia da abolição. Nós estávamos fazendo o movimento do aniversário da abolição. Aí convidamos o Raimundo, e começamos a convidar o pessoal. Depois veio de fora também, de Piracicaba, veio Jundiaí, que também expuseram. Daí nós sentamos pra compor a exposição. (...)

Então o Mario fez. Aqui essa parte era só ele (mostra a foto). O auto-retrato foi uma coisa comentadíssima, né. O auto-retrato dele, pintado dele. (...) Isso foi muito importante pra vida do Mario. Eu consegui levar ele pra morar com a gente. Ele foi.Aí ele já estava lecionando (na Escola de Belas Artes de Campinas), já não estava mais pintando parede, já saía de manhã, a gente cuidava da roupa dele e tudo pra ele ir arrumadinho lecionar, porque os alunos eram todos brancos, não tinha um negro pra contar história."

(Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.)

Laudelina de Campos Mello e o artista plástico Mário de Oliveira expondo suas obras no I Salão Campineiro dos Amigos das Belas Artes, 1960. Ao centro a artista Colete Pujol, à direita a poetisa Maria Genny Batista e sua filha Lidia Maria e à esquerda Joel da Siva.
Acervo CASA LAUDELINA

O artista plástico Mário de Oliveira apresentando suas obras no I Salão Campineiro dos Amigos das Belas Artes, 1960.
Acervo CASA LAUDELINA
de Campos Mello.



Câmara Municipal de Campinas

Estado de São Paulo

Em 10 de junho de 1960.

Of. nº 782/60.

Exma. Sra.

D. LAUDELINA CAMPOS MELO

Campinas.

Tenho a honra de transmitir a V.Excia. o teor do REQUERIMENTO nº 693/60, apresentado ao Legislativo pelo Sr. Vereador ROMEU SANTINI e aprovado em a 37ª Sessão Ordinária:

"Foi realizado recentemente em Campinas o I Salão Campineiro dos Amigos das Belas Artes, que constituiu verdadeiro acontecimento social, pois reuniu dezenas de obras, de autoria de elementos de côr de nossa cidade, os quais revelaram o quanto são capazes, no setor da pintura, do desenho, da cerâmica, da arquitetura, das artes aplicadas e da poesia e da música.

À vista do exposto requeremos conste de ata um voto de congratulações com todos quantos participaram do I Salão Campineiro dos Amigos das Belas Artes, pedindo que da deliberação da Câmara seja dado conhecimento, por ofício, à idealizadora e organizadora do certame, à Exma.Sra.D.Laudelina Campos Melo.

Sala das Sessões, 6 de junho de 1960.

a.) Romeu Santini".

Ao ensejo, reitero a V.Excia. protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

Ofício da Câmara Municipal de Campinas parabenizando Laudelina de Campos Mello pela idealização e realização do I Salão Campineiro dos Amigos das Belas Artes. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.)

Honra ao Mérito

C. S. Farjallat

Escrevemos há dias uma ligeira crônica sobre o Sr. Mario de Oliveira, artista radicado em Campinas, pintor de reais méritos e reconhecida honestidade profissional. Dissemos de nossas admiração pela sua rápida e promissora carreira, tanto mais se considerarmos o fato de ser o artista, inegavelmente um "self made man", um homem que se fez por si, e que soube, pelos proprios esforços, vencer as limitações do meio modesto.

Queremos hoje, trazer para os leitores do "Jornal de Campinas" a grata notícia de que o Sr. Mário de Oliveira acaba de conquistar novos lauréis, tendo sido premiado com medalha de bronze, na recente Exposição promovida pela Associação Paulista de Belas Artes, em São Paulo, com o seu "Auto-Retrato". Nesta mesma ocasião, a sua mestra e incentivadora, Sra. Colete Pujol, conquistou medalha de prata, com uma tela de natureza morta, "Peixes" Em entrevista concedida com exclusividade ao "Jornal de Campinas", disse-nos o Sr. Mário de Oliveira de seu empenho em apresentar na segunda quinzena de outubro, uma exposição de sessenta trabalhos. A montra, que se realizará no saguão do Teatro Municipal, proporcionará aos admiradores do laureado artista oportunidade para estudo da evolução de seus processos, recursos tecnicos e sensibilidade. Disse-nos ainda que depois desta exposição em nossa cidade, fará outras em Marilia e Bauru, seguindo então em viagem de estudos à Baia. Espera desta forma, concretizar um velho sonho de sua infancia: percorrer a Terra do Senhor do

Bonfim palmilhar as numerosas Igrejas, profusamente ornadas de tantas obras de arte e estudar motivos puramente baianos, paisagens e tipos regionais, em especial os referentes aos candomblés e terreiros de santos.

O artista não se considera ainda realizado, conforme nos assegurou; as numerosas decorações de interiores, que executou, as telas e pinturas a pastel e a os desenhos a carvão, nos quais usa tecnica especial e propria, deixam-no insatisfeito. Interpretando a natureza, como a vê e sente, procurando captar aquela chama ardente e fugitiva, que é a alma das coisas e dos sêres, aprimorando a tecnica, buscando a perfeição, e, portanto, distanciando-se dos borrões vistosos de certa chamada arte moderna vem-se colocando este artista em invejável posição. Não acreditando como querem alguns que a ausencia total de teoria ou de "escola", o desprezo da perspectiva, a imperfeição do desenho, o absurdo das tonalidades constituam Arte. Impressionista, no melhor sentido do vocábulo, procura ser fiel à sua arte, e dentro destes principios vem norteando a sua carreira.

Em uma época de improvisações e de malabarismos em todos os setores de atividade, é-nos grato salientar a presença entre nós, de um artista como o Sr. Mario de Oliveira, capaz de interpretar com absoluta honestidade as responsabilidades de sua carreira. Acresce que o Sr. Mario de Oliveira pertence a um grupo de esforçados cultores do Belo, tendo se filiado pois a uma pleiade de elementos de côr de Campinas, que se preocupam com o aprimoramento intelectual e artistico de sua comunidade.

No cliché, ao centro a artista Sr. Colete Pujol, o Sr. Mario de Oliveira, a menina Lidia Maria e sua mãe a poetisa Maria Genny Batista, e à esquerda a Sra. Lu. dovina Campos e o Sr. Joel da Silva.

Matéria do Jornal de Campinas sobre o sucesso do artista plástico Mario de Oliveira, 1960. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.)

"Queremos hoje trazer para o leitores do 'Jornal de Campinas' a grata notícia de que o sr. Mario de Oliveira acaba de conquistar novos lauréis, tendo sido premiado com medalha de bronze na recente Exposição promovida pela Associação Paulista de Belas Artes, em São Paulo, com seu auto-retrato(...)

É nos grato salientar a presença entre nós, de um artista como o Sr. Mario de Oliveira, capaz de interpretar com absoluta honestidade as responsabilidades de sua carreira. Acresce que Sr. Mario de Oliveira pertence a um grupo de esforçados cultores do Belo, tendo se filiado a uma plêiade de elementos de cor de Campinas, que se preocupam com o aprimoramento intelectual e

Ficha 1 - DESIGUALDADE RACIAL EM FOCO (1950-1960)

Ofício da Câmara Municipal	Depoimentos de Laudelina de Campos Mello

Ficha 2

---------- ---------- ---------- ----------	**ESCOLA DE BAILADOS SANTA EFIGÊNIA**	**I SALÃO CAMPINEIRO DOS AMIGOS DAS BELAS ARTES**
Ano(s)		
Público alvo		
Objetivo(s)		
Elementos culturais valorizados		
Avanços promovidos nos hábitos e costumes		

Oficina 3

"A quem cabe a grita?"

Apresentação

Desde a década de 1930 até os últimos dias de sua vida Laudelina de Campos Mello esteve envolvida na luta trabalhista junto às domésticas e foi, principalmente esta atuação que fez seu nome ficar conhecido nacionalmente. A iniciativa de fundar uma Associação de Empregadas Domésticas em 1936, na cidade de Santos-SP, onde residia, foi pioneira. Em 1961, fundou a Associação de Campinas-SP e sua luta inspirou a organização das trabalhadoras domésticas em várias cidades brasileiras em prol da conquista de direitos já assegurados a outras categorias profissionais.

Objetivos

- Estimular o debate sobre a importância da organização dos trabalhadores para a conquista e manutenção de direitos.
- Refletir criticamente sobre as conquistas e limitações da CLT na Era Vargas.
- Refletir sobre as diferenças entre sindicatos e associações beneficentes e as relações dos diferentes governos com estas organizações.
- Identificar problemas enfrentados pelas organizações de trabalhadores no contexto do golpe de 1964
- Identificar problemas enfrentados pelas trabalhadoras domésticas nos dias de hoje.

Atividade 1

Quem é trabalhador?
Avanços e limites da CLT

Orientação para a atividade

a) A partir da leitura do depoimento de Laudelina de Campos Mello preencha a ficha 1.

b) A partir da leitura dos trechos da Constituição de 1934 e do Decreto-Lei nº 5.452 de 1943, preencha a ficha 2.

Materiais

- Transcrição de trechos do depoimento de Laudelina de Campos Mello à pesquisadora Elisabete Aparecida Pinto entre 1990 e 1991.
- Fragmento da Constituição de 1934
- Fragmento do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT)
- Fichas a serem preenchidas

"A situação da empregada doméstica era muito ruim, a maioria daquelas antigas trabalharam vinte e três anos e morria na rua pedindo esmolas. Lá em Santos a gente andou cuidando, tratou delas até a morte. Era um resíduo de escravidão, porque era tudo descendente de escravos. (...) A Associação foi fundada dia 08 de julho de 1936...pra proteger as empregadas, em defesa do trabalhador doméstico, mas aí era mais assistência (...) No dia 05 de Setembro ía haver um congresso de trabalhadores na capital, que era Rio de Janeiro (...)O Getúlio já tinha instituído as leis Sindicais e ía haver o primeiro congresso. (...)As empregadas domésticas foram destituídas das Leis Trabalhistas, nós estávamos criando um movimento para ver se conseguia o registro do sindicato (...) Consegui com o secretário do Ministro que ele me deixasse falar com o Ministro. Fui falar com o Ministro, mas não adiantou nada porque não havia possibilidade de enquadramento de classe, as empregadas foram destituídas porque não traziam economia pro país.

E até hoje eles dizem que empregadas domésticas não trazem economias para o país...."

(Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de

Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.)

CONSTITUIÇÃO DE 1934

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

(...)

Art 121. A lei promoverá o amparo da producção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a protecção social do trabalhador e os interesses economicos do paiz.

§ 1.º A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que collimem melhorar as condições do trabalhador:

a) prohibição de differença de salario para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;

b) salario minimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, ás necessidades normaes do trabalhador;

c) trabalho diario não excedente de oito horas, reduziveis, mas só prorrogaveis nos casos previstos em lei;

d) prohibição de trabalho a menores de 14 annos; de trabalho nocturno a menores de 16 e em industrias insalubres, a menores de 18 annos e a mulheres;

e) repouso hebdomadario, de preferencia aos domingos;

f) férias annuaes remuneradas;

g) indemnização ao trabalhador dispensado sem justa causa;

h) assistencia medica e sanitaria ao trabalhador e á gestante, assegurado a esta descanso antes e depois do parto, sem prejuizo do salario e do emprego, e instituição de previdencia, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de accidentes de trabalho ou de morte;

i) regulamentação do exercicio de todas as profissões;

j) reconhecimento das convenções collectivas de trabalho. (...)

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acessado em: junho/2016

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
(...)

Art. 1º Esta Consolidação estatue as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas.

Art. 2º Considera-se empregador, a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços.

(...)

Art. 3º Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Parágrafo único. Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

Art. 4º. Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.

Art. 5º. A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo.

Art. 6º Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que esteja caracterizada a relação de emprego.

Art. 7º Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam :

a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família no âmbito residencial destas;

b) aos trabalhadores rurais, assim considerados e aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais...

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acessado em: junho/2016.

Ficha 1

Situação das trabalhadoras domésticas na década de 1930	
Tática de Laudelina para contornar e superar os problemas vivenciados pelas domésticas	

Ficha 2

Conquistas dos Trabalhadores	Trabalhadores Excluídos das Conquistas

Atividade 2

A luta sindical: entre a legalidade e a clandestinidade

Orientação para a atividade

A partir da leitura dos materiais preencha a ficha.

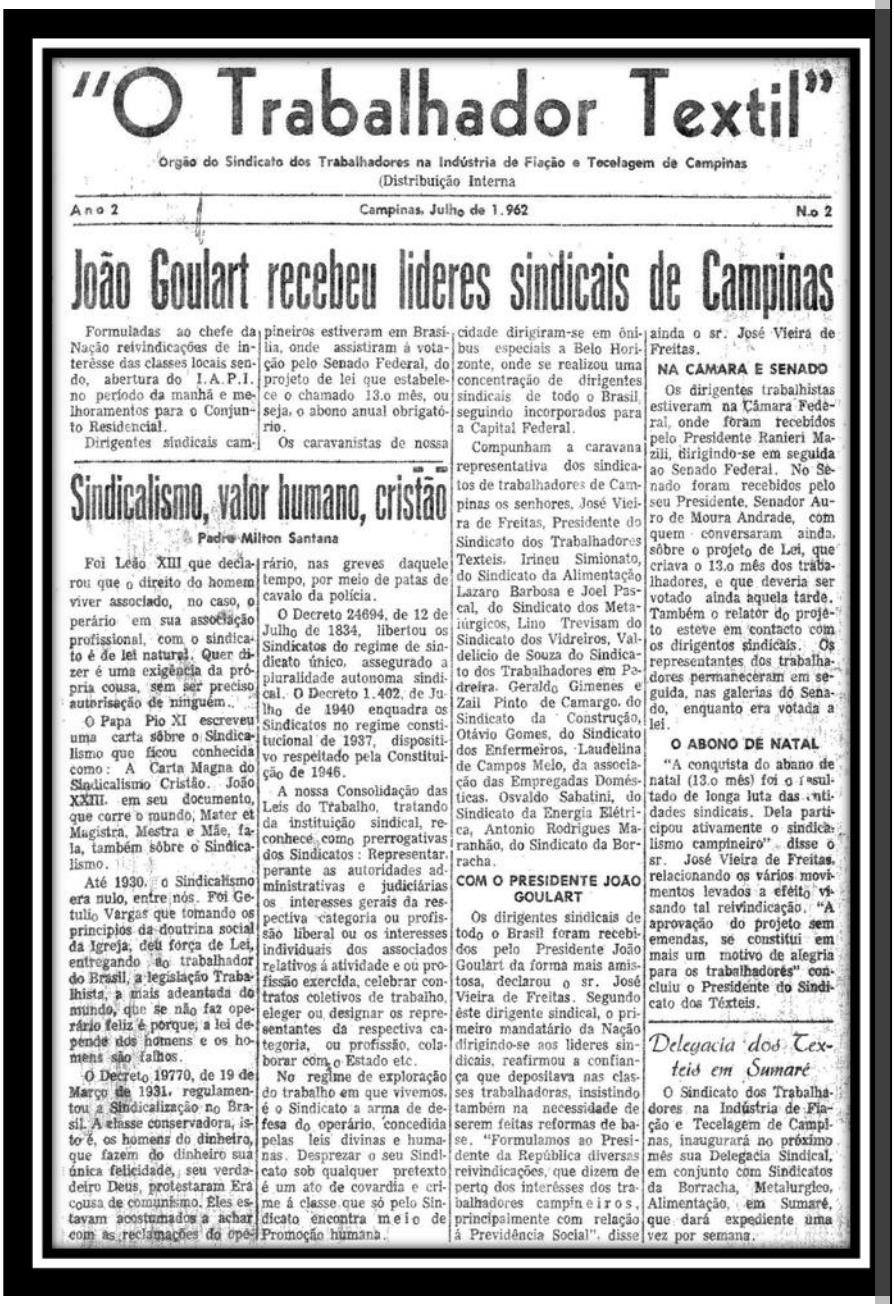
Materiais

- Transcrição de trechos do depoimento de Laudelina de Campos Mello à pesquisadora Elisabete Aparecida Pinto entre 1990 e 1991.
- Matéria do jornal sindical *O Trabalhador Têxtil:* "João Goulart recebeu líderes sindicais de Campinas"
- Ficha a ser preenchida

Nós ficamos funcionando junto com os treze sindicatos e na mesma sede até 64, quando veio o golpe dos militares, daí a associação propriamente dito não foi fechada, porque quando fecharam os sindicatos, eu não estava mais lá, um dos presidentes, mais um dos vereadores da Câmara tirou a gente de lá e nos levou pra uma sede onde funcionava a UDN. Quando veio a revolução começaram a cassar todo mundo, no dia que prenderam o Pedrinho do sindicato todo mundo foi pra porta da delegacia lá na Andrade Neves pra esperar a chegada do Pedrinho, porque o rádio anunciou no nome do Pedrinho. Como o Pedrinho era presidente do Sindicato da Construção Civil, então provavelmente eu tinha que ir, tinha que ser presa, porque eu era comunista. Pedrinho foi depor, eu fui no mesmo dia, mas só que eles esperaram de manhã e eu fui à tarde, então ninguém me viu ir lá na delegacia pra depor.

(O delegado era muito meu amigo) Quando precisava de mim ele ía me buscar pra fazer vatapá, pra fazer cuscuz. O dr. Dumont disse assim: A Nina não é comunista. A Nina é idealista, ela quer melhorar a situação das amigas dela, das irmãs dela da categoria. O Pedrinho também não é comunista, ele é idealista, ele quer que os trabalhadores da construção civil...tenha uma vida melhor. Nem eu nem ele sofremos nada, mas o Sindicato continuou fechado, fechou tudo...Eu saí isenta e o Pedrinho também, mas teve dirigentes que fugiram, teve que fugir, teve que ir embora (...) Aí, nós também da associação não funcionamos porque fomos impossibilitados de funcionar naquela época. Não foi cassada, mas não funcionou. (...) A Associação (das Empregadas Domésticas) não foi cassada, mas também não funcionou como entidade reivindicatória que era (nessa época de 64 a 68). Foi liberada pra funcionar como instituição beneficente. Nesse período não foi realizado nenhum evento e nem reivindicamos nada...e aí foi votada uma lei para a Associação passar a ser como utilidade pública...então foi quando eu comecei a funcionar arranjando mantimentos, roupas, remédios (na Associação passou a ter) médico, dentista e advogado

(Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.)



"O Trabalhador Textil"

Orgão do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Campinas
(Distribuição Interna

Ano 2 | Campinas, Julho de 1.962 | N.o 2

João Goulart recebeu líderes sindicais de Campinas

Formuladas ao chefe da Nação reivindicações de interêsse das classes locais sendo, abertura do I.A.P.I. no período da manhã e melhoramentos para o Conjunto Residencial.

Dirigentes sindicais campineiros estiveram em Brasília, onde assistiram à votação pelo Senado Federal, do projeto de lei que estabelece o chamado 13.o mês, ou seja, o abono anual obrigatório.

Os caravanistas de nossa cidade dirigiram-se em ônibus especiais a Belo Horizonte, onde se realizou uma concentração de dirigentes sindicais de todo o Brasil, seguindo incorporados para a Capital Federal.

Compunham a caravana representativa dos sindicatos de trabalhadores de Campinas os senhores, José Vieira de Freitas, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Texteis; Irineu Simionato, do Sindicato da Alimentação Lazaro Barbosa e Joel Pascal, do Sindicato dos Metalúrgicos, Lino Trevisam do Sindicato dos Vidreiros, Valdelicio de Souza do Sindicato dos Trabalhadores em Pedreira. Geraldo Gimenes e Zaii Pinto de Camargo, do Sindicato da Construção, Otávio Gomes, do Sindicato dos Enfermeiros, Laudelina de Campos Melo, da associação das Empregadas Domésticas. Osvaldo Sabatini, do Sindicato da Energia Elétrica, Antonio Rodrigues Maranhão, do Sindicato da Borracha.

COM O PRESIDENTE JOÃO GOULART

Os dirigentes sindicais de todo o Brasil foram recebidos pelo Presidente João Goulart da forma mais amistosa, declarou o sr. José Vieira de Freitas. Segundo êste dirigente sindical, o primeiro mandatário da Nação dirigindo-se aos lideres sindicais, reafirmou a confiança que depositava nas classes trabalhadoras, insistindo também na necessidade de serem feitas reformas de base. "Formulamos ao Presidente da República diversas reivindicações, que dizem de perto dos interêsses dos trabalhadores campineiros, principalmente com relação á Previdência Social", disse ainda o sr. José Vieira de Freitas.

NA CAMARA E SENADO

Os dirigentes trabalhistas estiveram na Câmara Federal, onde foram recebidos pelo Presidente Ranieri Mazili, dirigindo-se em seguida ao Senado Federal. No Senado foram recebidos pelo seu Presidente, Senador Auro de Moura Andrade, com quem conversaram ainda, sôbre o projeto de Lei, que criava o 13.o mês dos trabalhadores, e que deveria ser votado ainda aquela tarde. Também o relator do projeto esteve em contacto com os dirigentes sindicais. Os representantes dos trabalhadores permaneceram em seguida, nas galerias do Senado, enquanto era votada a lei.

O ABONO DE NATAL

"A conquista do abano de natal (13.o mês) foi o resultado de longa luta das entidades sindicais. Dela participou ativamente o sindicalismo campineiro" disse o sr. José Vieira de Freitas, relacionando os vários movimentos levados a efeito, visando tal reivindicação. "A aprovação do projeto sem emendas, se constitui em mais um motivo de alegria para os trabalhadores" concluiu o Presidente do Sindicato dos Têxteis.

Sindicalismo, valor humano, cristão

Padre Milton Santana

Foi Leão XIII que declarou que o direito do homem viver associado, no caso, o perário em sua associação profissional, com o sindicato é de lei natural. Quer dizer é uma exigência da própria cousa, sem ser preciso autorisação de ninguém.

O Papa Pio XI escreveu uma carta sôbre o Sindicalismo que ficou conhecida como: A Carta Magna do Sindicalismo Cristão. João XXIII. em seu documento, que corre o mundo, Mater et Magistra, Mestra e Mãe, fala, também sôbre o Sindicalismo.

Até 1930. o Sindicalismo era nulo, entre nós. Foi Getulio Vargas que tomando os principios da doutrina social da Igreja, deu força de Lei, entregando ao trabalhador do Brasil, a legislação Trabalhista, a mais adeantada do mundo, que se não faz operário feliz é porque, a lei depende dos homens e os homens são falhos.

O Decreto 19770, de 19 de Março de 1931, regulamentou a Sindicalização no Brasil. A classe conservadora, isto é, os homens do dinheiro, que fazem do dinheiro sua única felicidade, seu verdadeiro Deus, protestaram Era cousa de comunismo. Eles estavam acostumados a achar com as reclamações do operário, nas greves daquele tempo, por meio de patas de cavalo da polícia.

O Decreto 24694, de 12 de Julho de 1834, libertou os Sindicatos do regime de sindicato único, assegurado a pluralidade autonoma sindical. O Decreto 1.402, de Julho de 1940 enquadra os Sindicatos no regime constitucional de 1937, dispositivo respeitado pela Constituição de 1946.

A nossa Consolidação das Leis do Trabalho, tratando da instituição sindical, reconhece como prerrogativas dos Sindicatos: Representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos á atividade e ou profissão exercida, celebrar contratos coletivos de trabalho, eleger ou designar os representantes da respectiva categoria, ou profissão, colaborar com o Estado etc.

No regime de exploração do trabalho em que vivemos, é o Sindicato a arma de defesa do operário, concedida pelas leis divinas e humanas. Desprezar o seu Sindicato sob qualquer pretexto é um ato de covardia e crime á classe que só pelo Sindicato encontra meio de Promoção humana.

Delegacia dos Texteis em Sumaré

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Campinas, inaugurará no próximo mês sua Delegacia Sindical, em conjunto com Sindicatos da Borracha, Metalurgico, Alimentação, em Sumaré, que dará expediente uma vez por semana.

João Goulart recebeu líderes sindicais de Campinas. O Trabalhador Textil. Campinas, jul/1962. Apud. Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.

"João Goulart recebeu líderes sindicais de Campinas

(...)

COM O PRESIDENTE JOÃO GOULART

Os dirigentes sindicais de todo o Brasil foram recebidos pelo Presidente João Goulart da forma mais amistosa (...) o primeiro mandatário da Nação dirigindo-se aos líderes sindicais, reafirmou a confiança que depositava nas classes trabalhadoras, insistindo também na necessidade de serem feitas reformas de base. 'Formulamos ao Presidente da República diversas reivindicações ...principalmente com relação à Previdência Social', disse ainda o sr. José Vieira de Freitas.

(...)

NA CAMARA E SENADO

Os dirigentes trabalhistas ...conversaram ainda sobre o projeto de Lei que criava o 13º mês dos trabalhadores e que deveria ser votada ainda naquea tarde...Os representantes dos trabalhadores permaneceram em seguida nas galerias do Senado enquanto era votada a lei.

O ABONO DE NATAL

'A conquista do abono de nata (13º mês) foi o resultado de longa luta das entidades sindicais...A aprovação do projeto sem emendas, só constitui em mais um motivo de alegria para os trabalhadores', concluiu o Presidente do Sindicato dos Têxteis."

Relação estabelecida entre João Goulart e os movimentos sindicais	
Relação estabelecida entre o governo instaurado com o golpe de 1964 e os movimentos sindicais	
Diferenças entre SINDICATOS e ASSOCIAÇÕES BENEFICENTES	

Atividade 3

"O Terror das Patroas"

Orientação para a atividade

a) A partir da matéria do jornal Novos Rumos, do depoimento de Laudelina e do recorte de jornal, preencha a ficha 1 listando os objetivos da Associação de Empregadas Domésticas fundada por ela em 1961 em Campinas.

b) Assista ao vídeo! E a partir do depoimento, preencha a ficha 2 pontuando as permanências dos tempos de escravidão que, segundo Laudelina de Campos Mello, ainda marcavam o trabalho doméstico na década de 1980 e a critica que ela faz ao cenário político brasileiro de modo geral.

c) A partir dos argumentos apresentados por Laudelina em seu depoimento e na matéria de jornal em defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas, e utilizando a ficha , elabore uma resposta à carta anônima recebida por Laudelina de Campos Mello após a fundação da Associação de Empregadas Domésticas de Campinas no ano de 1961.

d) Entreviste uma trabalhadora doméstica baseando-se nas informações da matéria sobre a PEC das Domésticas e no roteiro da ficha 4. Exponha as informações colhidas para turma e debata sobre as conquistas e os problemas que marcam o trabalho doméstico atualmente.

Materiais

- Recorte de jornal com a matéria *Ela é o Terror das Patroas*
- Vídeo e transcrição de fragmento de depoimento de Laudelina ao MIS Campinas em 1989.
-Matéria do jornal *Novos Rumos*: "Domésticas de campinas travam luta por melhores condições de trabalho"
- Carta anônima enviada à Laudelina de Campos Mello em 1961.
- Matéria "PEC das Domésticas" publicada em 2015 pelo portal *G1*.

Ela é "o terror das patroas"

"Ela é o 'terror das patroas' – 'Muito prazer! Então a senhora é o terror das patroas em Campinas, não é mesmo?' A expressão foi do ministro do trabalho, Jarbas Passarinho, ao receber dona Laudelina de Campos Mello, líder das empregadas domésticas. Ela não se encabulou e sorriu com o ministro. Aliás, dona Laudelina não se encabula com essas coisas: já falou com outros ministros e até com presidentes da República para movimentar o seu grande plano de regulamentar a profissão de doméstica. No dia que ouviu a frase, a presidente da Associação dos Empregados Domésticos de Campinas foi franca com o ministro: 'este é o quarto presidente da República que está para regulamentar a profissão e pelo menos uns 8 ministros do trabalho empenaram a palavra de levar o ante-projeto ao Executivo"

(Jornal da Cidade, 03/07/1967. Apud. (Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.)

"Então foi quando eu comecei a conversar com outros grupos, outras pessoas, com advogado, com médico, tudo, falando, né, da necessidade da organização da categoria das empregadas domésticas. Aí quando esse advogado, que era, eu morava vizinho dele, me dava muito com a família dele, com a senhora dele.
- Qual é o nome dele?
José Cintra Batista. Ele é paulista. Nascido em São Paulo. Aí foi que ele deu a ideia da fundação, da Associação de Empregadas Domésticas, pra depois a gente requerer o enquadramento de classe. Porque tinha sido, dentro das leis trabalhistas, as empregadas doméstica tinham sido destituída das leis trabalhistas, né. A CLT não dava autorização para a categoria para que as empregadas domésticas fossem enquadradas nas leis trabalhistas, né. Porque eles achavam, até hoje eles acham, que a empregada doméstica não contribui pra nação e que a empregada doméstica não traz, dentro do bojo da nação, economia. Ela não traz economia pra própria nação, mas traz pro patrão dela, que é ela quem dá cobertura pra riqueza do patrão, que é ela que cria os filhos do patrão, é ela que cuida da casa. Antigamente a dona da casa estava dentro da casa, mas hoje, não. Hoje todo mundo trabalha. Marido e mulher, todo mundo trabalha. Então hoje, a empregada doméstica é a dona da casa, porque é ela que fica tomando conta dos filhos, ela que fica tomando conta da casa, ela que toma conta do patrimônio do patrão. E sem direito a nada, né. Que a maioria daquelas antigas trabalhou 20, 30 anos, morreram na rua pedindo esmola. Lá em Santos várias delas a gente teve... Cuidou delas, tratou delas e cuidou até a morte porque elas não tinham condição. Não tinha família, não tinha ninguém por elas. Ainda um resíduo de escravidão, né. Que é tudo descendente de escravo, né. Aí foi quando surgiu a ideia e o apoio dos advogados e da comunidade de Santos. Porque eu devo à comunidade de Santos.

- Dona Laudelina,por favor, o que a senhora pensa, né, sobre o exercício da profissão de doméstica?

O exercício da profissão da empregada doméstica é uma..uma..como é que se diz..É difícil da gente poder decifrar porque a empregada doméstica no dia ela faz..ela faz várias...vários trabalhos, né. Ela vai tratar um serviço numa casa, ela faz vários trabalhos, né. Ela faz o trabalho de lavadeira, de arrumadeira, de cozinheira, de passadeira e de tudo, né e...ainda não tem uma profissão. Não...ela não tá considerada ainda como profissional, mas ela é uma profissional. Porque se ela faz tudo isso durante o dia ela é uma profissional e a lei não considera a empregada doméstica como profissional. Eles só consideram profissional aqueles que tem um diploma na mão, aqueles que trabalham numa indústria, aqueles que tem um nome ligado à profissão, mas a empregada doméstica não é considerada. A empregada doméstica, esttá elevada à segunda categoria e está em segundo plano também. Porque além dos patrões não considerarem ela como categoria, as próprias leis também não consideraram até hoje. Então ainda precisa lutar pela profissão. E lutar pela profissão, nós vamos ter ainda trabalho. Porque nós vamos ter ainda que formar profissionais. Porque a maioria dos patrões que eu converso com eles, os bons, os maus e tudo, eles dizem o seguinte: "Dona Nina", ou "Nina", ou "Laudelina", eles dizem o seguinte. "Hoje a lei tá amparando, mas a maioria não é profissional". Eu disse: Antigamente vocês tiveram profissional, tiveram empregada doméstica sem profissão. E vocês aceitaram. Porque foi escrava de vocês. Não tinha profissão pra vocês, mas ela nasceu já dentro da profissão. Eu, por exemplo, com sete anos já cozinhava, já tomava conta d´uma cozinha. Então essa parte da empregada doméstica ainda a gente precisa lutar pra adquirir. Ainda precisa formar profissionais.
-Como?

Porque você vê. As patroas se queixam da seguinte forma: empregada pede dois, três salários pra fazer um trabalho**.** Pra tomar conta da casa, pra cozinhar, pra lavar, pra passar. Eu, no meu ver, eu acho que cada serviço tinha que ser especificionado (sic). Então ela é profissional dentro da cozinha, ela é profissional lavando roupa, ela é profissional fazendo doce, ela profissional arrumando uma casa, ela profissional tomando conta dos filhos. Então, tomando conta dos filhos ela é uma babá, tomando conta da casa, guardando o patrimônio do patrão ela é uma dona de casa e eles acham que a empregada num tendo profissão não pode ser bem aparada e não pode pedir salário mínimo**. (...)**

- E como a senhora vê, ao longo desse tempo todo, né, de atuação junto à categoria, a relação entre as patroas e empregadas? Mudou, ou continua sempre igual?

Cada vez pior. Porque agora elas brigam pela lei. Antes elas brigavam pra que a empregada dormisse no emprego e fosse escrava. E...não pagava nada. A maioria...trabalhava a troco da comida. Quer dizer: iam buscar lá nos cafundó do judas, aquelas que saíam da enxada, chegavam aqui, ela não tinha condição de ser uma...uma profissional, porque ela não era....nem leitura ela não tinham. Então elas taxavam. Como ela está taxando na carta que ela me mandou...não sei se é mulher ou homem, que a empregada é malcriada, é...vagabunda, e...não cuida direito das coisas, que quebra tudo. Tira uma criatura da enxada e põe num palácio, gente. Tenha dó. E eles faziam, por quê? Porque elas vinham de graça. Trabalhavam de graça. Porque que eles íam buscar lá? Porque que eles não se juntaram com a gente logo na fundação pra formar profissionais? Pra amparar a empregada? Porque ajudava as duas partes. Não só a empregada. Sim ao patrão. A patroa diz: " A empregada não serve pra atender um telefone, não sabe receber um recado, não sabe nada, sabe nada, é sem educação e tal". Ela veio do nada! A mesma coisa foi o escravo. O escravo foi solto num campo aberto sem condição. Porque veio a mão de obra italiana, os profissionais e eles foram jogado ao lado. Sem condição de vida. Eles não tinha os estudos, o preparo que os italianos trouxeram. A mesma coisa, a empregada doméstica, a maioria vem do escravo. Descendente de escravo**.** (...)

Nós vivemos num país que a porca sociedade, a sórdida política não conseguiu ainda chegar num termo. Porque quem está lá dentro são os senhores de engenho. São os donos das terra, são os donos dos canaviais, são os donos dos cafezais são os dono do gado, são os donos de tudo. Você vai conseguir como!? Haja vista nessa briga do salário mínimo. Quem é que está brigando? Não é o trabalhador que tá brigando. É o próprio patrão que briga! Pra não dar um tostão a mais**.** (...)

A quem cabe a grita? Não é dos safados que estão lá sentados comendo e bebendo às nossas custas não. É nós que temos que gritar. É nós! E nós não gritamos.

(Transcrição do depoimento de Laudelina ao MIS - Campinas, no ano de 1989)

Recife Protestou em Massa Contra «Industriais da Sêca»

RECIFE (Do Correspondente) — Esta cidade parou literalmente, no último dia 6 num impressionante protesto contra a manobra dos "industriais da sêca" que, através da emenda apresentada pelo tubarão Argemiro de Figueiredo, pretendiam liquidar, no Senado, o Plano Diretor da SUDENE para manter intacta a desumana exploração das massas nordestinas pelos bandos políticos ligados ao latifúndio e ao coronelato. A partir das 17 horas daquele dia, pararam tôdas as atividades comerciais e industriais do Recife, num extraordinário movimento de unidade que agrupou os trabalhadores, os estudantes e os homens da indústria e do comércio.

O ponto mais alto dêsse protesto foi o comício-monstro realizado na Praça da República com o comparecimento de mais de 10 mil pessoas que, empunhando faixas e cartazes exigiam a aprovação do Plano da SUDENE e a rejeição das "emendas" votadas no Senado. A população exigia, ao mesmo tempo, o atendimento de outras reivindicações básicas, como a reforma agrária, a industrialização do Nordeste, a extirpação do saque imperialista de nossa Pátria, a limitação da remessa de lucros para o exterior, etc. O comício — precedido de uma vibrante passeata partida da Escola de Engenharia — prolongou-se por mais de quatro horas, sempre em meio a um enorme entusiasmo.

ARRAIS DÁ INÍCIO

O movimento popular contra os "industriais da sêca" teve início, no Recife, com as declarações do prefeito Miguel Arrais, conclamando o povo a unir-se em defesa do Plano da SUDENE contra a ameaça representada pela "emenda Argemiro de Figueiredo". Seguiram-se as manifestações públicas da Câmara Municipal e da Assembléia Legislativa, onde vereadores e deputados de vários partidos fizeram enérgicos pronunciamentos contra a "indústria da sêca" e em defesa das reivindicações progressistas e nacionalistas do Nordeste. Imediatamente, mobilizaram-se os sindicatos de trabalhadores e as entidades estudantis. Dezenas de telegramas foram enviados à Câmara Federal exigindo o seu repúdio às emendas do Senado. Os portuários do Recife em assembléia geral de seu Sindicato aprovaram vigorosa moção em defesa da SUDENE. Diversos diretórios acadêmicos tanto da capital como de Caruaru deram a publicação notas oficiais condenando a famigerada "emenda Argemiro de Figueiredo". Além disso, inúmeros grupos de médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, etc., enviaram telegrama à Câmara dos Deputados.

O COMÍCIO

Todo êsse movimento de protesto desembocou, afinal, na grande concentração realizada no dia 6, na Praça da Independência. A manifestação foi convocada pelas organizações sindicais, estudantis e patronais. A convocação apelava à paralisação de tôdas as atividades na capital, entre 17 e 18 horas, e à reunião de todos num comício de protesto contra os traficantes da sêca. Por seu turno, a União dos Estudantes de Pernambuco e o Conselho Sindical dos Trabalhadores (CONSINTRA) convocaram, conjuntamente, uma passeata para o mesmo dia, na qual foi feito o entêrro simbólico de Argemiro de Figueiredo. O "féretro" saiu das escadarias da Escola de Engenharia, percorrendo várias ruas centrais da cidade, dissolvendo-se em frente ao palanque armado na Praça da Independência.

O comício foi uma manifestação impressionante. Entre outros oradores usaram da palavra o deputado federal Fernando Ferrari, o padre Antônio Melo, pároco do município de Cabo, o prefeito Miguel Arrais, do Recife, o vice-prefeito Artur de Lima Cavalcanti, o estudante José Marcionilo, da União dos Estudantes de Pernambuco, o vereador José Magalhães Melo, em nome da Câmara Municipal do Recife, o sr. Cláudio Braga, presidente do Conselho Sindical dos Trabalhadores, o deputado Eudes Costa, representante da Assembléia Legislativa, o sr. Barreto Guimarães, prefeito de Olinda, o sr. Pedro Gondim, governador de Alagoas, o vice-governador Pelópidas Silveira, o sr. Aluísio Alves, governador do Rio Grande do Norte, o deputado Ernesto Gurgel, representante do governador do Ceará, o deputado Teotônio Vilela, vice-governador de Alagoas e, encerrando o comício, o deputado federal Tenório Cavalcanti que, num magnífico discurso, denunciou os grupos internacionais e seus testas-de-ferro dentro do País. "Êstes, os imperialistas, são os principais inimigos do Brasil, de nosso desenvolvimento econômico e social", disse o sr. Tenório Cavalcanti.

CID VAIADO

O governador Cid Sampaio, incluído entre os oradores, não conseguiu falar. Mal ocupava o microfone, teve início uma estrepitosa vaia. A massa unânimemente bradava: «Não fala!», «Fora o traidor» — o dep. Tenório Cavalcanti tentou por todos os meios salvar as aparências, pedindo ao povo, inutilmente, que permitisse ao sr. Cid Sampaio falar. A grande massa, entretanto, não estava disposta a admitir que Cid Sampaio falasse e queria deixar claro a sua oposição ao govêrno do Estado, que se elegeu à base de sérios compromissos com o povo pernambucano para traí-lo e se tornar, afinal, um agente do golpismo lacerdista.

Enquanto a massa vaiava estrondosamente o sr. Cid Sampaio, elementos da polícia tentaram provocar distúrbios, inclusive fazendo alguns disparos. Foram, no entanto, repelidos à altura pela massa, que os obrigou a deixar a praça, correndo cheios de mêdo.

Os oradores, de modo geral, pronunciaram-se em defesa do Plano Diretor da SUDENE, contra a exploração dos trustes imperialistas em nossa Pátria, pela realização imediata da reforma agrária e a industrialização do Nordeste.

POR QUE A VAIA

A imprensa ligada ao sr. Cid Sampaio tem procurado dar a impressão de que a estrondosa vaia que impediu o governador do Estado de falar no comício foi uma "manobra comunista". A verdade, porém, é que não houve qualquer manobra e a vaia foi uma impressionante manifestação espontânea da grande massa, de protesto contra a sua péssima administração, suas atitudes políticas reacionárias e golpistas, e, em geral, a traição de seus compromissos com o eleitorado de Pernambuco. Se houve alguma preparação para a vaia, o que se pode dizer é que foi o próprio sr. Cid Sampaio quem a preparou. "Quem semeia ventos colhe tempestade" — diz, hoje, o povo pernambucano comentando a vaia do dia 6.

LIÇÕES DE UNIDADE NA GREVE DOS JORNALISTAS

Moisés Forner

Em frente à redação de um dos jornais da capital bandeirante, quando um grupo de jornalistas, após permanecer em vigília durante tôda a noite, foi cercado por fôrças policiais, já eram seis horas da manhã e os matutinos não haviam circulado. A cidade reiniciava nôvo dia de trabalho sob o sol que já iluminava o tôpo dos edifícios. Foi quando os transeuntes apressados, que demandavam a Rua Sete de Abril, se surpreenderam, primeiro, pelo aparato bélico erguido em tôrno do Edifício Guinle; depois, por repetidas explosões, que reboavam sinistramente no silêncio das ruas, ao mesmo tempo em que entravam em ação os famigerados "brucutus", lançando jatos d'água com violência sôbre os grevistas. Nas janelas dos prédios vizinhos, postavam-se espectadores. Grupos de populares estendiam-se nas imediações. Um cidadão comentou que estava faltando água em sua casa; não compreendia o sentido de mais aquela "realização" do governador.

Os jornalistas mantiveram-se firmes no pôsto de honra. Sua resistência transformou-se no fator que fêz pender para o seu lado a balança dos acontecimentos. Todos, em todos os "fronts", tanto nos outros piquêtes, como nas ações de bastidores, portaram-se magnìficamente. Mas a batalha decisiva ferira-se ali, onde se ergueu uma espécie de símbolo, a nortear as lutas imediatas e futuras dos jornalistas.

A impotência das armas contra a arma da unidade: êste o ensinamento principal do movimento vitorioso. Derrotados não foram simplesmente as bombas e os "brucutus", e sim algo mais profundo, nem sempre palpável: o poder econômico alienígena, mascarado de mil formas, acasalado com interêsse de grupos antinacionais — pai e mãe de uma política ruinosa, contra a qual se eleva a consciência de seu povo que se despede da infância e se apresta para gozar os benefícios da maturidade.

A unidade dos jornalistas não foi produto de uma inspiração repentina, embora sempre tenha havido dificuldades quando das lutas salariais. O fator que propiciou a unificação de pensamento e de ação da categoria, foi a possibilidade que teve cada jornalista de sentir-se integrado no movimento e pessoalmente responsável por êle, através de iniciativas que partiram das redações, tanto de jornais, como de rádio e TV, ao contrário do que sucedera nos anos anteriores, quando os acôrdos salariais eram fruto de entendimentos de gabinete, distanciados da classe, cabendo a esta, simplesmente, aceitá-los como fato consumado e deprimente, não apenas quanto aos níveis obtidos, mas, também, pelo sentimento de frustração que dominava uma categoria ansiosa por se afirmar como fôrça respeitável.

Os jornalistas conseguiram unificar suas fileiras, multiplicar e concentrar energias, justamente porque decidiram democratizar a responsabilidade, tornando-a coletiva e não apenas da diretoria; porque souberam descentralizar as ações, desde os abaixo-assinados iniciais e os debates em locais de trabalho, até as assembléias de setor, no encaminhamento das decisões, que foram, então, centralizadas, durante as assembléias-gerais, quando se formou a comissão de salários e, posteriormente o comitê de greve. Cúpula e base se unificaram num prestígio recíproco e mesmo alguns fatos ocorridos durante a greve e que poderiam ter prejudicado a unidade, foram superados, sem efeitos contraproducentes.

A solidariedade dos trabalhadores, através de suas organizações sindicais, rompeu uma barreira artificial que desligava os movimentos reivindicatórios dos jornalistas, das ações gerais do proletariado. Um setor significativo da intelectualidade, como são os homens de imprensa, identificou-se, nos memoráveis dias da greve, com os trabalhadores, em suas lutas contra a política de congelamento de salários. Das mais eloqüentes foi a atitude do presidente do Sindicato, jornalista Evaldo Dantas Ferreira, recebendo de braços abertos e sem discriminações o apoio de numerosas categorias profissionais, através dos seus líderes e retribuindo, depois, êsse apoio, participando das assembléias de trabalhadores, domingo último, por ocasião das decisões relativas à campanha pelo abono de Natal.

Quanto à atitude patronal, tornou-se pública a divisão que lavrou em seu seio. Foram brechas provocadas pela unidade e espírito de luta dos grevistas e que se refletiram particularmente nas críticas ao governador Carvalho Pinto, acusado de não ter usado de violência ainda maior contra os paredistas, como se não bastassem aquelas praticadas na Rua Sete de Abril, ocasião em que o Govêrno sentiu a necessidade de recuar, para não desgastar-se ainda mais, principalmente em pleno "rush" eleitoral, quando o prestígio do seu candidato está em jôgo.

Após a verdadeira escola em que as ruas de São Paulo se transformaram para os jornalistas, novas reivindicações se apresentam na ordem-do-dia, como a conquista do salário profissional — bandeira que manterá unidos todos os que participaram do movimento vitorioso.

Fortaleza: passeata contra carestia

Promovida pelo Pacto de Unidade Sindical, as organizações estudantis (universitárias e secundaristas) e a Frente Unida dos Servidores Públicos (federais, estaduais e municipais) realizou-se em Fortaleza uma gigantesca passeata de protesto contra a carestia de vida. Partindo da Praça Castro Carreira, em frente à Estação Central da Rêde Viação Cearense, a passeata percorreu as principais ruas do centro urbano encerrando-se com um monumental comício em que discursaram conhecidos dirigentes sindicais e estudantis bem como líderes dos servidores públicos cearenses. Nesta altura, o movimento de protesto já havia sido engrossado por imensa massa popular, transformando inteiramente a fisionomia da cidade. Durante a manifestação contra a escandalosa alta do custo de vida, as organizações promotoras declararam-se enèrgicamente contrárias ao projeto governamental de reforma tributária e a tôdas as iniciativas cujas conseqüências venham a recair sôbre as costas do povo. Também se manifestaram solidários com a luta atualmente sustentada pelas populações proletárias do Pirambu e da Cachoeirinha (bairro Padre Andrade) contra a ameaça de despejo em massa. A foto acima apresenta dois aspectos da passeata vendo-se operários, estudantes e servidores públicos empunhando cartazes pelas ruas de Fortaleza, numa reedição impressionante de outra grande passeata efetuada há poucos dias, no centro da capital cearense, no encerramento festivo do I Congresso Camponês do Ceará. (Texto-legenda do nosso correspondente Annibal Bonavides, de Fortaleza).

Domésticas de Campinas Travam Luta Por Melhores Condições de Trabalho

Campinas é uma cidade que cresce impetuosamente, na indústria e no comércio, transformando-se também urbanìsticamente. Sua população acompanha a evolução que se verifica, assumindo atitudes correspondentes. Ao lado dos demais setores de opinião pública, a classe operária se atualiza e participa das lutas que empolgam a consciência nacional. São coisas que sucedem em tôda parte, não sendo, portanto, um acontecimento inusitado. Entretanto, Campinas oferece também contribuições que podem ser consideradas inéditas, como é o fato de as empregadas domésticas terem constituído uma associação que luta em defesa dos seus direitos. O movimento adquiriu tal envergadura que se tornou assunto em tôdas as rodas, particularmente femininas. Donas-de-casa se perguntam se realmente aquilo "está certo", temerosas de uma verdadeira "rebelião" em seus lares...

Trata-se na verdade da luta iniciada por uma categoria profissional que não é considerada como tal, e portanto, não tem até agora direitos assegurados pelas leis trabalhistas. E é em tal sentido que o movimento das domésticas de Campinas se dirige, realizando surpreendente atividade arregimentando associadas, realizando assembléias, cheias de um colorido especial, onde a cozinheira, a arrumadeira e a "babá" podem falar, pela primeira vez, perante suas companheiras, dos problemas econômicos que as afligem, dos problemas que surgem em suas relações com os patrões devido à falta de leis que disciplinem êsse tipo de trabalho.

OBJETIVOS

A Associação das Empregadas Domésticas de Campinas foi fundada em maio dêste ano e tem como presidente a sra. Laudelina Campos de Melo. Sua sede acha-se instalada na Rua Barão de Jaguara, 704, onde as associadas se reúnem periòdicamente, a fim de balancear as atividades que se desenvolvem, desdobradas em vários setores. Os objetivos pelos quais elas se batem, são a conquista do enquadramento das domésticas na CLT, como categoria profissional; a defesa da dignidade do trabalho doméstico; a organização e manutenção de cursos de aperfeiçoamento da profissão; a prestação de serviços sociais; a manutenção de agência de colocações; a elevação cultural das associadas, através de cursos, conferências e palestras e a formação de ambiente social da categoria, através de promoções recreativas.

As domésticas mantêm a entidade com suas contribuições mensais e contam com assistência médica e jurídica gratuita, o mesmo ocorrendo com relação à assistência dentária.

Dona Laudelina é uma senhora de 57 anos, que desde a infância trabalha como empregada doméstica. É uma profissional competente, que conhece todos os segredos do "metier", desde a cozinha até o trato de crianças. Já viveu e enfrentou tôdas as situações que uma empregada doméstica pode lembrar para demonstrar que se encontra desamparada perante as leis. Por isso, um dos seus grandes sonhos sempre foi o de organizar uma entidade capaz de valorizar as domésticas, não só do ponto de vista financeiro, mas também, quanto à competência profissional. Dona Laudelina falou à reportagem de NOVOS RUMOS naquela cidade, apresentando mil projetos de melhoria da associação, abordando-os com entusiasmo, justamente porque a diretoria está sendo prestigiada, conta com o apoio das domésticas, podendo, assim, esperar que os objetivos da entidade sejam vitoriosos.

"O enquadramento das domésticas na Consolidação das Leis do Trabalho é um direito e uma necessidade da categoria" — declarou a NOVOS RUMOS a sra. Laudelina Campos de Melo, presidente da entidade que congrega a classe.

CARVALHO PINTO DEFENDE TRUSTES E AGRIDE A CÂMARA

Dando mais uma vez prova de que as opiniões dos Cunha Bueno e dos norte-americanos da "Willys" — e não a dos trabalhadores da indústria automobilística do ABC e a do povo em geral — é que merecem seu apoio, o sr. Carvalho Pinto tomou posição franca contra o projeto de lei que limita a remessa de lucros para o estrangeiro, já aprovada pela Câmara dos Deputados. "Não é uma lei nacionalista, mas xenófoba", afirmou, acrescentando que, se aprovada pelo Senado e sancionada pelo presidente da República contribuiria para "tornar o Brasil um país ilhado". E, como não podia deixar de ser, manifestou-se a favor do projeto encaminhado ao Congresso pelo sr. Jânio Quadros — projeto claramente inspirado pelos próprios imperialistas, como já ficou suficientemente claro através dos debates travados na Câmara dos Deputados.

Não é de estranhar essa posição do governador do Estado de São Paulo. Trata-se apenas de mais uma manifestação dentro da constante que norteia suas ações desde que assumiu seu cargo: favorecer os interêsses do capital estrangeiro. Milhões de cruzeiros do Estado têm sido invertidos na produção de energia elétrica, mas o govêrno nega-se a tomar medidas para assegurar a distribuição por emprêsas nacionais. Ao contrário, tôda a produção dessas usinas é entregue para distribuição à Bond & Share e à Light, que auferem dessa maneira grandes lucros sem inverter qualquer capital suplementar. Mais ainda: o govêrno do Estado opôs-se o quanto pôde e agora sabota abertamente a lei de municipalização da distribuição de energia aprovada pela Assembléia Legislativa por proposta do deputado José Magalhães de Almeida Prado.

Vai mais longe o sr. Carvalho Pinto e faz questão de dar prova do que entende por "nacionalismo" ao colocar à disposição do FBI (polícia norte-americana) os arquivos da polícia paulista. Quando êsse fato, anos atrás, foi denunciado pelo governador Brizola, o govêrno de São Paulo o desmentiu. Depois, êle mesmo encaminhou à Assembléia projeto de lei nesse sentido, exercendo forte pressão sôbre seus deputados para que fôsse aprovado.

Essa posição pró-imperialista do sr. Carvalho Pinto é inteiramente coerente com os demais aspectos do seu govêrno. Nega aumento de vencimentos dignos ao funcionalismo, decreta aumento de impostos, taxas e tarifas, coloca o Banco do Estado a serviço dos grandes banqueiros particulares, suborna jornais com verbas do Plano de Ação, atira a polícia contra trabalhadores, encaminha uma "revisão agrária" com a finalidade evidente de impedir a verdadeira luta pela reforma agrária antilatifundiária, felicita generais golpistas.

Das últimas ações do govêrno do sr. Carvalho Pinto, duas estão bem marcadas na consciência popular: a ação dos "brucutus" contra os jornalistas que pleiteavam salários dignos e a elevação dos preços das passagens dos ônibus intermunicipais.

Agora, o sr. Carvalho Pinto toma mais uma vez posição franca contra os interêsses nacionais, pronunciando-se contra o projeto de lei sôbre remessa de lucros aprovado pela Câmara. Seu secretário de Agricultura e pupilo José Bonifácio Coutinho Nogueira segue-lhe as pegadas. Não há muito o que estranhar aí. Mas a resposta a isso êle já a teve, nas manifestações ao sr. João Goulart a que foi obrigado a assistir. O povo está de um lado. O sr. Carvalho Pinto do outro. E o povo está cada vez mais com vontade de se livrar dêle.

ACABAM DE CHEGAR!

IMPORTANTES DOCUMENTOS DO

XXII CONGRESSO DO PCUS

(em espanhol)

1 — INFORME AO PARTIDO E AO POVO. Informe do Comitê Central do PCUS ao XXII Congresso. — N. Kruschiov ... Cr$ 50,00

2 — A PROPÓSITO DO PROGRAMA DOS COMUNISTAS. Informe sôbre o programa do PCUS ao XXII Congresso. N. Kruschiov ... Cr$ 50,00

3 — MODIFICAÇÕES NOS ESTATUTOS DO PCUS — F. Kozlov ... Cr$ 20,00

BREVEMENTE:

4 — O NÔVO PROGRAMA DO PCUS APROVADO NO XXII CONGRESSO

5 — OS NOVOS ESTATUTOS DO PCUS

FAÇAM SUAS ENCOMENDAS — Pedidos à:

Agência Intercâmbio Cultural — Jurandir Guimarães

Rua 15 de Novembro, 228 — 2º — Sala 209 — SÃO PAULO

Atendemos pelo [illegible] Postal

DOMÉSTICAS DE CAMPINAS TRAVAM LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

"[...] O movimento adquiriu tal envergadura que se tornou assunto em todas as rodas, particularmente femininas. Donas de casa se pergunta se realmente "aquilo está certo", temerosas de uma verdadeira "rebelião" em seus lares.

Trata-se na verdade de uma luta iniciada por uma categoria profissional que não é considerada como tal, e portanto não tem até agora direitos assegurados pelas leis trabalhistas. E é em tal sentido que o movimento das domésticas de Campinas se dirige realizando surpreendente atividade arregimentando associadas, realizando assembleias, cheias de um colorido especial, onde a cozinheira, a arrumadeira e a "babá" podem falar pela primeira vez perante suas companheiras dos problemas econômicos que as afligem, dos problemas que surgem em suas relações com os patrões, devido à falta de leis que disciplinem esse tipo de trabalho.

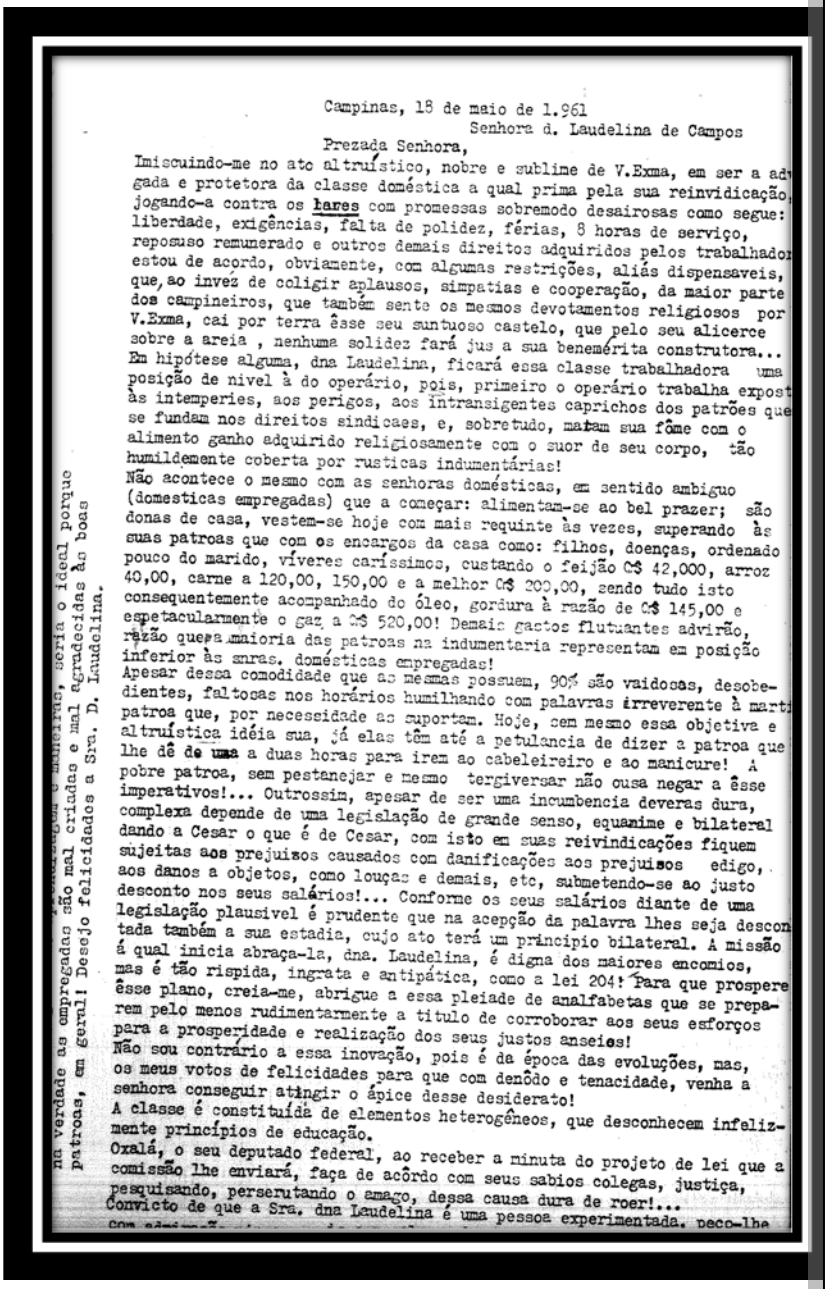
OBJETIVOS

A Associação das Empregadas Domésticas de Campinas foi fundada em maio deste ano e tem como presidente a sra. Laudelina de Campos Mello. (...) Os objetivos pelos quais elas se batem são a conquista do enquadramento das domésticas na CLT como categoria profissional; a defesa da dignidade do trabalho doméstico; a organização e manutenção de cursos de aperfeiçoamento da profissão; a prestação de serviços sociais; a manutenção de agência de colocações; a elevação cultural das associadas através de cursos, conferências e palestras e a formação de ambiente social da categoria através de promoções recreativas.

As domésticas mantém a entidade com suas contribuições mensais e contam com assistência médica e jurídica gratuita, o mesmo ocorrendo com relação à assistência dentária.

Dona Laudelina é uma senhora de 57 anos, que desde a infância trabalha como empregada doméstica ...Já viveu e enfrentou todas as situações que uma empregada doméstica pode lembrar para demonstrar que se encontra desamparada perante as leis. Por isso, um dos seus grandes sonhos sempre foi o de organizar uma entidade capaz de valorizar as domésticas não só do ponto de vista financeiro, mas também quanto à competência profissional..."

Jornal Novos Rumos. Campinas, 15 a 21 de dezembro. Disponível em http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/. Acessado em junho/2016.



Campinas, 18 de maio de 1.961
Senhora d. Laudelina de Campos

Prezada Senhora,

Imiscuindo-me no ato altruístico, nobre e sublime de V.Exma, em ser a adv
gada e protetora da classe doméstica a qual prima pela sua reinvidicação,
jogando-a contra os lares com promessas sobremodo desairosas como segue:
liberdade, exigências, falta de polidez, férias, 8 horas de serviço,
reposuso remunerado e outros demais direitos adquiridos pelos trabalhador
estou de acordo, obviamente, com algumas restrições, aliás dispensaveis,
que, ao invez de coligir aplausos, simpatias e cooperação, da maior parte
dos campineiros, que também sente os mesmos devotamentos religiosos por
V.Exma, cai por terra êsse seu suntuoso castelo, que pelo seu alicerce
sobre a areia , nenhuma solidez fará jus a sua benemérita construtora...
Em hipótese alguma, dna Laudelina, ficará essa classe trabalhadora uma
posição de nivel à do operário, pois, primeiro o operário trabalha expost
às intemperies, aos perigos, aos intransigentes caprichos dos patrões que
se fundam nos direitos sindicaes, e, sobretudo, matam sua fôme com o
alimento ganho adquirido religiosamente com o suor de seu corpo, tão
humildemente coberta por rusticas indumentárias!
Não acontece o mesmo com as senhoras domésticas, em sentido ambiguo
(domesticas empregadas) que a começar: alimentam-se ao bel prazer; são
donas de casa, vestem-se hoje com mais requinte às vezes, superando às
suas patroas que com os encargos da casa como: filhos, doenças, ordenado
pouco do marido, víveres caríssimos, custando o feijão Cr$ 42,000, arroz
40,00, carne a 120,00, 150,00 e a melhor Cr$ 200,00, sendo tudo isto
consequentemente acompanhado do óleo, gordura à razão de Cr$ 145,00 e
espetacularmente o gaz a Cr$ 520,00! Demais gastos flutuantes advirão,
razão que a maioria das patroas na indumentaria representam em posição
inferior às suas. domésticas empregadas!
Apesar dessa comodidade que as mesmas possuem, 90% são vaidosas, desobe-
dientes, faltosas nos horários humilhando com palavras irreverente à marti
patroa que, por necessidade as suportam. Hoje, sem mesmo essa objetiva e
altruística idéia sua, já elas têm até a petulancia de dizer a patroa que
lhe dê de uma a duas horas para irem ao cabeleireiro e ao manicure! A
pobre patroa, sem pestanejar e mesmo tergiversar não ousa negar a êsse
imperativos!... Outrossim, apesar de ser uma incumbencia deveras dura,
complexa depende de uma legislação de grande senso, equanime e bilateral
dando a Cesar o que é de Cesar, com isto em suas reivindicações fiquem
sujeitas aos prejuisos causados com danificações aos prejuisos edigo,
aos danos a objetos, como louças e demais, etc, submetendo-se ao justo
desconto nos seus salários!... Conforme os seus salários diante de uma
legislação plausivel é prudente que na acepção da palavra lhes seja descon
tada também a sua estadia, cujo ato terá um principio bilateral. A missão
á qual inicia abraça-la, dna. Laudelina, é digna dos maiores encomios,
mas é tão rispida, ingrata e antipática, como a lei 204! Para que prospere
êsse plano, creia-me, abrigue a essa pleiade de analfabetas que se prepa-
rem pelo menos rudimentarmente a titulo de corroborar aos seus esforços
para a prosperidade e realização dos seus justos anseios!
Não sou contrário a essa inovação, pois é da época das evoluções, mas,
os meus votos de felicidades para que com denôdo e tenacidade, venha a
senhora conseguir atingir o ápice desse desiderato!
A classe é constituída de elementos heterogêneos, que desconhecem infeliz-
mente princípios de educação.
Oxalá, o seu deputado federal, ao receber a minuta do projeto de lei que a
comissão lhe enviará, faça de acôrdo com seus sabios colegas, justiça,
pesquisando, perserutando o amago, dessa causa dura de roer!...
Convicto de que a Sra. dna Laudelina é uma pessoa experimentada, peço-lhe

na verdade as empregadas são mal criadas e mal agradecidas às boas
patroas, em geral! Desejo felicidades a Sra. D. Laudelina.

Carta anônima destinada à Laudelina de Campos Mello.
Acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello

"Campinas, 18 de maio de 1961

Senhora Laudelina de Campos

Prezada Senhora,

Imiscuindo-me no ato altruístico, nobre e sublime, de V. Exma, em ser a advogada e protetora da casse doméstica a qual prima pela sua reivindição jogando-a contra os lares....Em hipótese alguma, dona Laudelina, ficará essa classe trabalhadora uma posição de nível à do operário, pois primeiro o operário trabalha exposto às intempéries, aos perigos, aos intransigente caprichos dos patrões que se fundam nos direitos sindicais e , sobretudo, matam sua fome com o alimento ganho adquirido religiosamente com o suor de seu corpo, tão humildemente coberto por rústicas indumentárias! Não acontece o mesmo com as senhoras domésticas ...que a começar: alimentam-se ao bel prazer; são donas de casa; vestem-se hoje com mais requinte às vezes superando às suas patroas...Apesar dessa comodidade que as mesmas possuem, 90% são vaidosas, desobedientes, faltosas nos horários, humilhando com palavras irreverentes à mártir patroa que, por necessidade as suportam...Para que prospere esse plano, creia-me, obrigue a essa plêiade de analfabetas que se preparem pelo menos rudimentarmente...A classe é constituída de elementos heterogêneos, que desconhecem infelizmente princípios de educação...na verdade as empregadas são mal criadas e ma agradecidas às suas patroas em geral...."

PEC das Domésticas

Proposta que regulamenta lei foi sancionada pela presidente Dilma. Novas regras estabelecem 7 novos direitos para trabahadores.

Mais de dois anos depois da promulgação da proposta de Emenda à Constituição que ficou conhecida como PEC das Domésticas, que prevê novos direitos os trabalhistas para a categoria, a presidente Dilma Rousseff sancionou a regulamentação lei, que estabelece 7 novos benefícios para os trabalhadores, além dos que entraram em vigor em 2013 (...)

Disponível em http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/06/pec-das-domesticas-leia-perguntas- e-respostas-e-tire-suas-duvidas-sancionado.html. Acessado em junho/2016.

Ficha 1

Objetivos da Associação de Empregadas Domésticas de Campinas em 1961

Ficha 2

Marcas dos tempos de escravidão no trabalho doméstico
Críticas ao cenário político brasileira de fins da década de 1980

Ficha 3

_____

Cara (o) patroa(ão)

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Atenciosamente,

_____

Ficha 4

Nome: **Idade:**
Quando começou a trabalhar como doméstica?
Trabalha com carteira assinada? ( )Sim ( ) Não
Você é sindicalizada? ( ) Sim ( ) Não
Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta em seu trabalho?
Você achou importante a aprovação da PEC das Domésticas? Por que?

Oficina 4
Lugar de mulher? Onde é?

Apresentação

Durante muito tempo a história foi apresentada como um desenrolar de processos movidos pelo "homem". O termo que, nesse caso, se pretendia sinônimo de "humanidade" ou de "seres humanos", acobertou muitas vezes as peculiaridades entre homens e mulheres no mover das engrenagens sociais. As histórias de vida de Laudelina de Campos Mello abrem, diante de nós, esse acortinado e nos auxiliam a refletir sobre as diferentes expectativas impostas às mulheres e aos homens, bem como as ações destes frente a essas regras sociais no Brasil do seu e do nosso tempo.

Objetivos

- Estimular as reflexões sobre o caráter social das identidades de gênero
- Promover o debate sobre as desigualdades sociais entre mulheres e homens
- Reconhecer o protagonismo de mulheres em processos históricos

Atividade 1

Na Guerra

Orientação para a atividade

A partir dos materiais disponibilizados o estudante deve preencher a ficha.

Assista ao vídeo!

Materiais:

- Transcrição de trechos do depoimento de Laudelina de Campos Mello à pesquisadora Elisabete Aparecida Pinto entre 1990 e 1991.
- Vídeo de depoimento de Laudelina de Campos Mello ao Museu da Imagem e do Som Campinas,em 1989.
- Ficha a ser preenchida.

"Eu me alistei como voluntária .....na defesa passiva e auxiliar de guerra. Durante a guerra eu fui servir, eu me alistei como voluntária...na defesa passiva e auxiliar de guerra, que os soldados tinham ido pra Itália, então o grupo feminino que acompanhava a vigilância da cidade. (...)

Numa tarde do dia 24 de julho de 1943, às quatro horas da tarde, o alarme soou porque havia inimigos por perto, então a gente descia até o portão, lá embaixo , lá dentro do mar, lá embaixo no porão já era o mar, então tem uma agulha que o sinal onde está o inimigo, que os torpedeiros vinham vindo (...) neste dia era submarino que vinha, mas a gente preparava tudo porque quando vinham os submarinos, vinham aviões também, os aviões atacavam também, então preparavam tudo e eu fiquei no comando. Então dá aquele estouro que estremece tudo...Aquele dia foi terrível, aquele dia eu vi a morte.

- E a senhora chegou a soltar a bomba?

Soltei porque tinha que soltar que era pra cercar ... no outro dia cedo tinha pedaços de submarinos boiando. Aquele dia pra mim foi o pior dia da minha vida eu vi que ali estava um pedaço da vida das pessoas."

Depoimento de Laudelina de Campos Mello à Elisabete Pinto, 1991. (Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.)

[...] Aí estavam fazendo inscrição, recrutando as mulheres porque a guarda da cidade era...não era a polícia militar, era guarda civil, né. Então eles foram pra Itália. Então eles convocaram as mulheres. Então...eu lia no jornal, assistia pelo rádio, né, a chamada e fui me inscrever. Eu sou o número 20. Quando eu me inscrevi, para defender a pátria, né. Aí passei. Em 41. Em 5 de setembro de 1941 eu já estava alistada e comecei a funcionar.

-O que a senhora fazia?

Tudo. Tudo que um soldado faz. Só não fomos pra frente, né. Tudo...Abrir trincheira, fazia aqueles exercício de guerra para levar os velho pros coisa lá...pros labirintos. Os ataques aéreos. Abria trincheira, carregava os soldados feridos. Eu dava expediente no Forte de Itaipus, onde estava a maior força, né, que é na entrada da Barra, daí eu fui escalada para..pra suprir os canhões. Então a cada bomba... tem que ser....carregava..tinha que ter cinco mulheres para carregar. Cinco soldadas, né. Então, carregava, aí eu colocava, porque os navios os....os tropedeiros vinham pra atacar, né. Então tinha rede em cima, a bomba caía em cima, varria pro mar. No outro dia amanhecia os peixe mortos. Fomos mais do que 5 vezes atacados.

- O marido da senhora participava também da Frente Negra e da guerra?

Da guerra não. Ele não participou. Eu participei. Meu filho já no fim.

Aí continuando: eu fiz quatro cursos, né, fiz soldado de fogo, que era o bombeiro, quando tinha incêndio saía os carro pra apagar o incêndio; fiz policiamento do trânsito, a polícia que dava o serviço de trânsito, né, nas ruas; e fiz sentinela....fiz um curso de...autocomando, né, que era pra ficar nas matas, nos pontos estratégicos, pra sentir quando vinha aquela peça dentro do mar para..aquela agulha que denuncia quando vem vindo o torpedeiro, né. E dei serviço no blecaute também, à noite na praia. E tava fazendo o serviço de enfermagem quando terminou, né. Aí o primeiro batalhão nós éramos 650, segundo batalhão tinha 500, então eu fui indicada pra ser instrutora do 2º batalhão. Cheguei à cabo-instrutora do 2º batalhão.

- Do batalhão feminino?

Feminino. (...)

Esse é o uniforme que se usou naquela época, né (mostra o uniforme utilizado na guerra)

Depoimento de Laudelina de Campos Mello ao Museu da Imagem e do Som- Campinas, 1989.

----------	**Informações sobre a II Guerra Mundial**
Anos citados	
Cenário de guerra descrito	
Principais meios de comunicação da época	
Diferença entre homens e mulheres em relação às atividades desempenhadas	

Atividade 2

Na Política

Orientações para a atividade

a) A partir da observação das fotografias preencha a ficha 1.

b) A partir da leitura do gráfico preencha a ficha 2.

c) A partir da análise das fotografias e do gráfico relacione as informações obtidas e preencha a ficha 3.

Materiais

- Fotografias de Laudelina de Campos Mello em eventos políticos. Acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello.

- Gráfico informativo da participação feminina na política brasileira no ano de 2014.

- Fichas a serem preenchidas.

Laudelina de Campos Mello em homenagem ao Monsenhor de Santana pelos trabalhos realizados na cidade de Campinas e pelo apoio à luta pelos direitos das domésticas. Década de 1960.
Apud. PINTO, Elisabete Aparecida. Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015, p.491.**

Almoço no Restaurante Parque Industrial Brasília, em 05 de agosto de 1962. Dona Laudelina fez um discurso reivindicando igualdade e todos os direitos trabalhistas concedidos aos homens; e principalmente o direito ao INPS pelas Empregadas Domésticas. Apud: PINTO, Elisabete Aparecida. Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015. p.480.**

Câmara dos Deputados, Brasíia, 10 de agosto de 1965. Representantes dos sindicatos de Campinas e Laudelina de Campos Mello, representando a Associação das Empregadas Domésticas.

Apud: PINTO, Elisabete Aparecida. Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991). São Paulo: Anita Garibaldi, 2015p.481

Câmara dos Deputados, sala de Francisco Amaral, Brasíia, 10 de agosto de 1965. Apud. PINTO, Elisabete Aparecida. Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991). São Paulo: Anita Garibaldi, 2015. p.481.

Laudelina em almoço com políticos e sindicalistas provavelmente em agosto de 1965, em Brasília.

Encontro de Laudelina com o ministro do trabalho, Jarbas Passarinho, Brasíiia (28 de maio de 1966). Reunião do ministro com os sindicalistas, solicitando o cumprimento das Leis Trabalhistas em vigor, e Dona Laudelina o enquadramento das empregadas domésticas nas Leis Trabalhistas. Apud. PINTO, Elisabete Aparecida. Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991). São Paulo: Anita Garibaldi, 2015, p. 482.

Disponível em https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica. Acessado em junho/2016.

Ficha 1 - Análise das Fotografias

Quais personagens são retratados?	
O que chama mais sua atenção?	
Qual característica do mundo político brasileiro da década de 1960 podemos apreender?	

Ficha 2 - Percentual de participação por sexo no ano de 2014

----------	Mulheres	Homens
Dep. Estaduais		
Dep. Distritais		
Dep. Federais		
Senadoras (es)		
Governadoras (es)		

Ficha 3 - Passado Presente

Comparação entre o meio político do qual participava Laudelina de Campos Mello e o cenário político atual baseando-se nos dados de 2014

Atividade 3

Na luta

Orientação para a atividade

a) A partir da observação das fotografias, preencha a ficha 1.

b) A partir da leitura dos depoimentos de Laudelina (1, 2 e 3) preencha a ficha 2.

c) A partir do gráfico "Uso do Tempo" preencha a ficha 3.

d) Faça um levantamento entre meninas e meninos de sua turma e preencha a ficha 4.

Materiais:

- Fotografias de Laudelina de Campos Mello e outras militantes domésticas. Acervo CASA LAUDELINA de Campos Mello.

- Trechos de depoimentos de Laudelina de Campos Mello à Elisabete Pinto, entre 1990 e 1991.

- Transcrição de trechos do depoimento de Laudelina de Campos Mello ao Museu da Imagem e do Som em 1989.

- Gráfico informativo sobre uso do tempo no serviço doméstico por mulheres e homens no ano de 2009.

- Fichas a serem preenchidas

Posse da diretoria da Associação das Empregadas Domésticas em 05 de julho de 1962. Apud. PINTO, Elisabete. Etnicidade, Gênero e Educação: Trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello. São Paulo:Anita Garibaldi, 2015, p. 479.

Público participante da Assembleia do dia 18 de maio de 1961 no Sindicato das Empregadas Domésticas de Campinas. Apud PINTO, Elisabete. Etnicidade, Gênero e Educação: Trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello. São Paulo:Anita Garibaldi, 2015, p.478.

Laudelina de Campos Mello e outras militantes no V Congresso Nacional de Empregadas Domésticas do Brasil, em Olinda, Pernambuco, de 24 a 27 de janeiro de 1985.
Apud**:** PINTO, Elisabete. Etnicidade, Gênero e Educação: Trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello. São Paulo:Anita Garibaldi, 2015, p.485.

Laudelina de Campos Mello discursando no VI Congresso das Trabalhadoras Domésticas, Campinas, 1989.
Apud PINTO, Elisabete. Etnicidade, Gênero e Educação: Trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello. São Paulo:Anita Garibaldi, 2015, p.485.

Laudelina de Campos Mello, Benedita da Silva (à época deputada federa) e mais duas militantes, no VI Congresso Trabalhadoras Domésticas, Campinas, 1989. Apud: PINTO, Elisabete. Etnicidade, Gênero e Educação: Trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello. São Paulo:Anita Garibaldi, 2015, p.486.

Depoimento 1

(...) Em 1962 foi a primeira vez que nós fomos à Brasília...Então nós fomos pra Brasília pedir (para eles nos) registrar como facultativo no INPS. Foi João Goulart que assinou a lei. (...) (Nesta ocasião, um dos almoços que foram servidos) falo sobre tudo aquilo que a gente precisava, o amparo porque as domésticas ficaram fora das leis trabalhistas, (peço) amparo via inclusão no INPS como facultativo e (peço) pro João Goulart que fosse regulamentada na CRP a inclusão, que fosse enquadrada as empregadas domésticas como trabalhadoras domésticas e tivesse todos os direitos iguais aos homens. Aí falei sobre a aposentadoria, sobre a condição delas quando estão doentes, falei tudo.

(Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.)

Depoimento 2

A empregada doméstica tá elevada à segunda categoria e tá em segundo plano também. Porque além dos patrões não considerar ela como categoria, as próprias leis também não consideraram até hoje. Então ainda precisa lutar pela profissão. E lutar pela profissão nós vamos ter ainda trabalho. Que nós vamos ter ainda que formar profissionais. Porque a maioria dos patrões que eu converso com eles, os bons, os maus e tudo, eles dizem o seguinte: "Dona Nina", ou "Nina", ou "Laudelina", eles dizem o seguinte. "Hoje a lei tá amparando, mas a maioria não é profissional". Eu disse Ah, antigamente vocês tiveram profissional, tiveram empregada doméstica sem profissão. E vocês aceitaram. Porque foi escrava de vocês. Não tinha profissão pra vocês, mas ela nasceu já dentro da profissão. Eu, por exemplo, com sete anos já cozinhava, já tomava conta d´uma cozinha.

(Transcrição de trecho do depoimento de Laudelina de Campos Mello ao Museu da Imagem e do Som - Campinas, 1989)

Depoimento 3

Ainda tem uma parte muito interessante o sindicato da empregada doméstica é completamente diferente. Tá engajado, mas é diferente do homem.

- Por que?

Porque a mulher vive dentro da casa trabalhando. O homem não. O homem sai de manhã, faz o serviço dele, de noite ele vem. A mulher trabalha de dia na casa do patrão e de noite na casa dela. Ela faz dois período....de trabalho. E não é considerada pelas leis. Então eu acho que quando houver uma especificação de profissão vai ter mais valor.

(Transcrição de trecho do depoimento de Laudelina de Campos Mello ao Museu da Imagem e do Som - Campinas, 1989)

Disponível em :http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf. Acessado em junho/2016.

Ficha 1 - Análise das fotografias

O que retratam?	
O mais chama sua atenção?	
Qual característica do trabalho doméstico está retratada?	

Ficha 2

Diferenças entre homens e mulheres em relação ao trabalho
Depoimento 1
Depoimento 2
Depoimento 3

Ficha 3 - Diferença entre meninos/homens e meninas/mulheres em relação aos afazeres domésticos no ano de 2009

Ficha 4- Passado Presente

----------	MENINAS	MENINOS
Número dos que fazem tarefas domésticas		
Tipo de tarefas domésticas que fazem		
Total de entrevistados		

Atividade 4

Ser menina como Nina

Orientação para a atividade

a) A partir do depoimento preencha a ficha 1 listando características que estão implicitamente atribuídas às mulheres e aos homens.

b) Discuta em grupo sobre a seguinte questão: As características listadas na ficha 1 correspondem exclusivamente ao gênero (homem ou mulher) a que foram atribuídas? Utilizando como exemplos as histórias de vida de Laudelina, elabore um texto sintetizando as reflexões do grupo, registre na ficha 2 e exponha para a turma.

Materiais:

- Transcrição de trechos do depoimento de Laudelina de Campos Mello à pesquisadora Elisabete Aparecida Pinto

- Fichas a serem preenchidas

"A minha mãe dizia pra mim que eu deveria ter
nascido homem porque já nasci com aquela garra,
com aquela coisa que tudo pra mim eu não deixava
passar, eu queria enfrentar."

(Laudelina de Campos Mello em entrevista à Elisabete Pinto. Apud. PINTO, Elisabeth. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.)

Ficha 1

Mulheres	Homens

Ficha 2

Oficina 5

Narrando Vidas, Contando Histórias

Apresentação

Nossas histórias pessoais são tecidas pelos fios da história da sociedade em que vivemos e vice-versa, por isso, histórias do nosso país podem ser apreendidas a partir de experiências individuais. As histórias de vida de Laudelina de Campos Mello podem ajudar nossa sociedade a refletir sobre problemas que, apesar de não se manifestarem da mesma forma, ainda estão presentes em nosso dia-a-dia, como as desigualdades sociais, raciais e de gênero. Que tal apresentar as histórias de luta de Laudelina de Campos Mello a outras pessoas?

Objetivos

- Conferir visibilidade a perspectivas diversas sobre a história do Brasil
- Conferir visibilidade a luta dos negros e negras no Brasil
- Estimular a percepção crítica acerca do racismo e do machismo e das assimetrias socio-econômicas que marcam estruturalmente nossa sociedade.
- Motivar ações em prol da valorização das diferenças e da superação das hierarquizações étnico-raciais e de gênero.
- Valorizar a autonomia dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem
- Verificar as seleções e apropriações feitas pelos estudantes sobre os temas trabalhados.

Orientações para a atividade

- Dividir a turma em 4 grupos
- Cada grupo deve escolher uma das oficinas anteriores (1, 2, 3 ou 4)
- A partir do tema, das fontes e do conhecimento adquirido com a oficina escolhida, cada grupo deve contar histórias de Laudelina de Campos Mello utilizando a linguagem que mais se identificar. Seguem exemplos:
    - Uma história em quadrinhos
    - Um curta metragem utilizando a câmera do celular
    - Uma matéria jornalística
    - Uma paródia musical
- Organizar uma mostra das produções na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. "Em torno das 'Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana': uma conversa com historiadores".**Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, jan-jun/2008.

ALBERTI, Verena. "Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira". In: PEREIRA, Amilcar Araújo e MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

_____. Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais. *Revista História*. Hoje, v. 1, nº 1, p. 61-88 - 2012

ARFUCH, Leonor. **O Espaço Biográfico: Dilemas da Subjetividade Contemporânea.** Tradução: Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

AURELL, Jaume. **Textos autobiográficos como fontes historiográficas: relendo Fernand Braudel e Anne Kriegel**. Wilton C. L. Silva (tradução). História (São Paulo) v.33, n.1, p. 340-364, jan./jun. 2014 ISSN 1980-4369 341.

BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2003.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes Subalternos. Tese (doutorado em Sociologia). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. 2004. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/>. Acessado em janeiro de 2015.

_____. **Lei nº 10639 de 29 de janeiro de 2003**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em: 06 fev 2014.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Brasília : MEC/SEF, 1998. Disponível em http://portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series. Acessado em abril de 2016.

BUTLER, Judith.Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOPES LOURO, G.(org.) **O corpo educado - Pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

CANEN, Ana. Sentidos e Dilemas do Multiculturalismo: Desafios Curriculares para o novo milênio. IN: LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Currículo: debates contemporâneos** - 3ª ed - São Paulo: Cortez, 2010, pp.174-195.

CARDOSO, Cláudia Pons. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. **Fazendo Gênero 8** - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

CASA LAUDELINA - Organização de Mulher Negra. Disponível em http://www.casalaudelina.org.br/#nos-laudelinas. Acessado em abril de 2016.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CHEVALLARD, Yves. **La transposición didáctica: Del saber sábio al saber esnseñado**. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 3ª ed., 2009.

COSTA, Suely.Conceito de gênero e ensino da história. X Encontro Regional de História. ANPUH-RJ. História e Biografias. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

COSTA, Warley da. A Escrita Escolar da História da África e dos Afro-Brasileiros: Entre Leis e Resoluções. In. PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria. Currículo, ensino de história e narrativa. Disponível em <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT12-3145--Int.pdf> Acesso em 28 de julho de 2015.

GANDELMAN, Luciana. Gênero e Ensino: Parâmetros Curriculares, Fundacionismo Biológico e Teorias Feministas. In. SOIHET, Rachel; ABREU, Martha (orgs.). **Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LEVI, Giovani. Usos da Biografia. In: MORAES, Marieta de; AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**, FGV Editora, 1996.

LIMA, Mônica. A África na Sala de Aula. Nossa História, ano 1, n° 4, fevereiro de 2004

LOPES, Alice Casemiro e MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.
LORIGA, Sabina. O pequeno x: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MATTOS, Hebe Maria. O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro:Casa da Palavra, 2003.

MATTOS, Ilmar Rohloff. Mas não somente assim. Leitores, autores, aulas como texto e o ensino aprendizagem de história. **Revista Tempo**. Departamento de História da UFF. V.11, n.21. Rio de Janeiro. Julho, 2006.

MONTERO, Ana Maria e GABRIEL, Carmen Teresa. Currículo de História e Narrativa: Desafios Epistemológicos e Apostas Políticas. In: MONTEIRO, Ana Maria; GABRIEL, Carmen Teresa; ARAÚJO, Cinthia Monteiro de; COSTA, Warley da (orgs.) **Pesquisa em Ensino de História: Entre Desafios Epistemológicos e Apostas Políticas**. - 1 ed. - Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras: Protagonismo Ignorado. Nova **História das Mulheres**. PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PALTI, Elias José. **Giro Linguístico e Historia Intelectual.** Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2012.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **Resistência também dentro da escola**. Revista de História da Biblioteca Nacional. nº101, fev/2014, p. 80.

_____. **Por uma autêntica democracia racial: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de História.** Revista História Hoje. vol. 1, n.1, jun/2012, p.111-128.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

_____. **Etnicidade, Gênero e Educação: A Trajetória de Vida de Dª Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Vol 1- Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 1993. 493 pp.

REVEL, Jaques. Tradução de Carmem Lúcia Druciak. **História e Historiografia: Exercícios Críticos.** Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos [et al.]. História e Patrimônio: Guapimirim. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2012. 80 p.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e Regimes de Historicidade. In: MÉTIS: história & cultura – UCS.v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003

_____. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. Comunicação a ser apresentada na sessão "A abordagem biográfica: meios e fins em diferentes campos de expressão e saber" do GT "Biografia e memória social" no XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, outubro de 1998. Acessada em 14 de setembro de 2015 no site: http://www.anpocs.org/

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

_____. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Religião e identidade cultural negra: católicos, afrobrasileiros e neopentecostais. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011

SOIHET,Rachel; PEDRO,Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero.** *In. Revista Brasileira de História* Nº 54 vol. 27. São Paulo: ANPUH, jul.-dez, 2007

_____. **Discutindo Biografia e História das mulheres.** In: FUNK, Susana Bórneo; MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Glaucia de Oliveira (orgs.). Linguagens e Narrativas: Desafios feministas. Vol.1. Tubarão - SC: Copiart, 2014, p.79.

XAVIER, Regina. Biografando outros sujeitos, valorizando outra História: Estudos sobre a experiência dos escravos. In: SCHIMIDT, Benito Bisso (org.) **O Biográfico: perspectivas interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2000.

Acervos Consultados

Arquivo O Cruzeiro/EM/D.A Press
CASA LAUDELINA de Campos Mello
Museu da Imagem e do Som de Campinas
Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Outras referências

Menina é Apedrejada na Saída de Culto de Candomblé no Rio. Uol Notícias, 16/06/2015. Disponível em:/http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/06/16/menina-e-apedrejada-na-saida-de-culto-de-candomble-no-rio.htm. Acesso em: junho/2016

A Noite da Beleza Negra. http://www.ileaiyeoficial.com/noite-da-beleza-negra. Acessado em abril/2016

A PEC da Domésticas. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/06/pec-das-domesticas-leia-perguntas-e-respostas-e-tire-suas-duvidas-sancionado.html. Acessado em junho/2016.

Mais Mulheres na Política. Disponível em https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica. Acessado em junho/2016.
Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. 4ª edição. Disponível em:http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf. Acessado em junho/2016.